

Carlos Henrique Goulart Árabe

DESENVOLVIMENTO NACIONAL E PODER POLÍTICO

O PROJETO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES EM UM PERÍODO DE CRISE

**MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

Outubro de 1998

Ar11d

36367/BC

Carlos Henrique Goulart Árabe

DESENVOLVIMENTO NACIONAL E PODER POLÍTICO

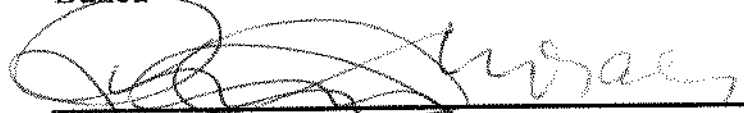
O PROJETO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES EM UM PERÍODO DE CRISE

Dissertação de Mestrado apresentada junto ao
Departamento de Ciência Política do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas (Unicamp), sob orientação do
Prof. Dr. Reginaldo C. Corrêa de Moraes

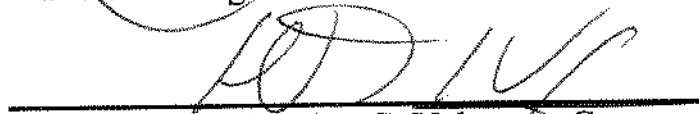
Este exemplar corresponde à redação final
da dissertação defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em

02 / 12 / 1998

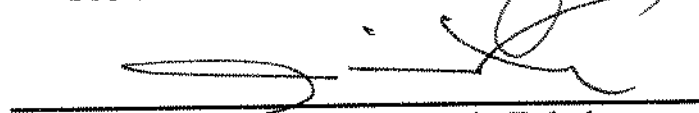
Banca



Prof. Dr. Reginaldo C. Corrêa de Moraes



Prof. Dr. Sebastião C. Velasco e Cruz



Prof. Dr. Caio Navarro de Toledo

Outubro de 1998

Resumo

Esta dissertação avalia a elaboração programática do Partido dos Trabalhadores (PT) entre os anos de 1989 e 1994, considerada como um projeto de desenvolvimento nacional.

O enfoque básico de análise são as relações entre desenvolvimento nacional e poder político, tomando como referenciais os contextos nacional e internacional do período. Por este ângulo, busca-se compreender as diferenças entre os dois momentos de afirmação do projeto do PT. A noção de crise nacional é uma categoria básica para esta análise.

A inserção deste projeto no campo de debate dos problemas do “subdesenvolvimento” é feita através do exame de três modelos explicativos que o influenciam: o estruturalismo da CEPAL, a escola da dependência e a interpretação do desenvolvimento desigual e combinado. Diagnósticos e vias de superação do “subdesenvolvimento” são colocados em contraponto. Capitalismo periférico ou transição ao socialismo são as grandes disjuntivas como pano de fundo histórico.

Para Aylene.

Aos queridos Camilo e Isadora.

Aos meus pais, exemplos de generosidade.

À memória do Isaac Ackcelrud.

Aos que continuam a lutar para transformar o Partido dos Trabalhadores em partido revolucionário, especialmente aos companheiros da Democracia Socialista.

Agradecimentos sinceros ao amigo e professor Regis, aos professores Caio, Edmundo e Sebastião.

Em grande medida devo este modesto trabalho ao ambiente que tenho o privilégio de compartilhar com companheiros como João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Gustavo Cotas, José Correia, Raul Pont, Dolores, Fábio Pereira, Ítalo Cardoso, Félix Sanchez, Nalu Faria, Tatau Godinho e, mais raramente mas de modo marcante, com Michael Lowy, Francisco Louçã e Daniel Bensaid.
Naturalmente, as falhas deste trabalho devem ser imputadas somente ao autor.

Por fim, registro a ajuda do sistema de bolsas da CAPES.

Índice

Introdução

Definição do campo temático e qualificação das questões formuladas	5
a) O problema do desenvolvimento	5
a1) Desenvolvimento e subdesenvolvimento	6
a2) A relação entre desenvolvimento nacional e poder político	12
b) É possível falar em um projeto de desenvolvimento nacional e de poder em torno às duas candidaturas de Lula?	15
c) A importância de utilizar o referencial dos contextos em que se apresenta o projeto e os sinais particulares que definem cada um deles	17
d) Ainda que seja plausível considerar um projeto de desenvolvimento nacional do PT, porque relacioná-lo com certos debates sobre os impasses e possibilidades do desenvolvimento na periferia do capitalismo?	20

Capítulo 1

Contornos e idéias nucleares do projeto de desenvolvimento nacional do PT	24
a) A elaboração do projeto de desenvolvimento nacional ao longo dos encontros partidários	25
a1) Da fundação ao 4º Encontro nacional	25
a2) 5º Encontro nacional: bases para o projeto de desenvolvimento nacional	26
a3) 6º Encontro nacional: primeiro projeto de desenvolvimento nacional	29
a4) 7º Encontro nacional e o 1º Congresso: o interregno	31
a5) 8º Encontro nacional: retomando a perspectiva do 5º e 6º Encontros nacionais	33
a6) 9º Encontro Nacional: segundo projeto de desenvolvimento nacional	34
b) Primeiro e segundo projeto de desenvolvimento nacional do PT: unidade e diferenças	36
b1) A avaliação da crise	39
b2) Projeto de desenvolvimento e a questão do poder	42
b3) Mercado interno e mercado internacional	44
b4) Reforma agrária	46
b5) Inflação	50
b6) Estado: papel econômico e transformações políticas	56
c) Uma síntese	59

Capítulo 2

Contexto histórico e o projeto de desenvolvimento nacional do PT	63
a) Dinâmica da sociedade brasileira e dinâmica internacional nos anos 80	66
a1) A questão internacional	67
a2) Da crise do padrão de desenvolvimento ao abandono do desenvolvimentismo	71
a3) Instabilidade e polarização políticas	77
a4) Caráter, auge e viragem da crise brasileira	79

b) PT: da crise nacional à crise do desenvolvimento. Conceitos utilizados e concepções programáticas em 1989 e 1994	84
Capítulo 3	
Para onde vai o desenvolvimento?	92
a) Estruturalismo	98
b) Escola da dependência	102
c) Interpretação do desenvolvimento desigual e combinado	105
d) Os três “modelos” anteriores e o projeto do PT	107
e) O projeto de desenvolvimento nacional do PT	109
Conclusão	115
<i>Post scriptum</i>	124
Bibliografia	128

Apresentação

Essa dissertação analisa a elaboração programática do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1989 e 1994, quando este partido disputou a Presidência da República apresentando uma plataforma voltada para responder à crise da sociedade brasileira.

1989 e 1994 são dois momentos singulares na história recente do Brasil. Marcam, cada um a seu modo, o auge e o final de um período de impasses políticos e econômicos que se desenvolveu a partir de uma dupla combinação de problemas estratégicos para o capitalismo brasileiro. Estes problemas tiveram sua expressão mais acabada na incapacidade de dar sequência ao crescimento econômico do pós-guerra, em particular ao dos anos 70, e na instabilidade do regime político que substituiu o regime militar. Podemos dizer que os principais temas debatidos pelos atores políticos no desfecho deste período histórico diziam respeito às saídas e alternativas face à crise do desenvolvimento capitalista brasileiro e simultaneamente à crise do Estado, seu principal agente. Para estas questões convergiram as atenções e delas derivaram vários conflitos.

Compreender a proposta do Partido dos Trabalhadores neste contexto é o que nos propomos neste estudo.

O programa do PT dos anos 1989 e 1994 pode ser visto - é sob este ângulo que pretendemos estudá-lo - como um projeto de desenvolvimento nacional. Os termos deste projeto estavam intimamente articulados com a crítica do Estado e com a perspectiva de transformá-lo. Ainda que inacabado, o projeto de desenvolvimento do PT constituiu um ponto de vista geral sobre os principais problemas históricos do país

naquele momento. Distintivo em relação a outras alternativas e apoiado por uma expressiva base social, representou também uma determinada compreensão de futuro, uma certa utopia calculada.

A avaliação crítica do projeto para a sociedade brasileira estruturado pelo PT nos anos de 1989 e 1994 é ainda algo por ser feito. Grande parte dos estudos sobre o PT volta-se para a investigação do partido na sociedade, sua origem e evolução, sua autonomia e grau de integração ao Estado e mesmo sua evolução programática.¹

Não conhecemos ainda um conjunto de estudos que tratem da questão específica de como o PT se propôs a resolver o principal dilema da sociedade brasileira depois de décadas de crescimento do pós-guerra. Ou, utilizando um enfoque auxiliar, que tratam da indagação de como os impasses da crise do desenvolvimento e do desenvolvimentismo lançam seus problemas ao debate político e teórico.

Nossa pretensão neste estudo é discutir as definições programáticas do PT *naquilo que concernem a uma proposta de desenvolvimento para o Brasil* (naturalmente, incluindo sua relação com a questão do poder político). Isto nos conduz às resoluções partidárias tomadas, destacadamente, no 6º Encontro Nacional - base para o primeiro programa de Lula, em 1989 - e no 9º Encontro Nacional do PT - que definiu o programa da segunda candidatura, em 1994.

¹ Nesta linha de enfoque, para citar alguns dos estudos realizados no âmbito da Unicamp, estão dissertações como GUIMARÃES, J. R. - Claro enigma: o PT e a tradição socialista. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP : s.n. , 1990.; CEZAR, B.T. - Verso, reverso, transversal. Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas, 1995; CICONE, R. B. - Da Intenção ao Gesto: um olhar gramsciano sobre a possibilidade de integração do PT à ordem. Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas, 1995; FURTADO, O. H. P. - Trajetos e Perspectivas Social-Democratas: Do Modelo Europeu para o PSDB e o PT no Brasil. Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas, 1996.

Pretendemos também contextualizar o que chamamos de projeto de desenvolvimento nacional do PT, no sentido de compreender mudanças de formulação e o seu significado mais amplo à luz da dinâmica política e das possibilidades abertas (e modificadas) pela crise dos anos 80 e pelo seu desdobramento a partir de 1989.

Discutiremos ainda em que medida podemos conectar a construção do projeto de desenvolvimento delineado pelo PT com alguns dos debates acerca do desenvolvimento na periferia.

O estudo se organiza em cinco partes:

- introdução: a definição do campo temático e a qualificação das questões formuladas;
- capítulo 1: a exposição dos contornos e idéias nucleares de um possível projeto de desenvolvimento nacional do PT;
- capítulo 2: o exame dos contextos nacionais em que este projeto se expressa, vale dizer, a situação política e a dinâmica social em 1989 e em 1994 (vistos como anos característicos e condensadores de períodos maiores);
- capítulo 3: o cotejamento do projeto do PT com enfoques mais amplos sobre o tema e que julgamos ter relação com a elaboração *petista*. Vale dizer, com o *desenvolvimentismo* da Cepal, com a “escola” da dependência e com a concepção socialista que considera a possibilidade da transição a partir das contradições do capitalismo nos países da periferia;
- conclusões: onde sintetizaremos as conclusões parciais obtidas em cada um dos capítulos;

1. sobre a validade de considerar um projeto de desenvolvimento nacional do PT e ao mesmo tempo compreender sua perspectiva em relação às transformações das estruturas de poder;

2. sobre a contextualização política deste projeto;

3. sobre os vínculos e referências mais gerais ou históricas que permitem apontar alcances e limites desta elaboração específica.

Buscaremos dar conta destes objetivos tomando como base para análise os documentos oficiais do Partido dos Trabalhadores no período compreendido entre a sua fundação e o 9º Encontro nacional bem como textos e artigos que se relacionam com o debate programático do PT. Este é o material básico para o capítulo 1, que considera também algumas das contribuições fundamentais para o estudo do desenvolvimento na periferia do capitalismo. Para tratar o capítulo 2 nossa referência é principalmente a literatura política e econômica brasileira recente, tomando ainda algumas contribuições teóricas gerais sobre o debate de “situações de crise”. Voltaremos à literatura que sumaria o debate *desenvolvimentista*, e a aportes críticos a esta elaboração bem como a algumas contribuições de tradição socialista, para desenvolver os temas presentes no capítulo 3.

Introdução

Definição do campo temático e qualificação das questões formuladas

Sustentaremos a seguir o que se formula como questões básicas deste trabalho.

Iniciaremos, na parte a, introduzindo uma discussão sobre o “desenvolvimento nacional”, expressão que carrega vários significados e que tem uma rica história de debate. Pretendemos ainda nesta introdução justificar a íntima conexão entre desenvolvimento nacional e poder político. Naturalmente este tratamento será limitado ao objetivo de estabelecer parâmetros para adentrar aos aspectos centrais que compõem nosso estudo.

Buscaremos em seguida, nas partes b, c e d, justificar as razões e a plausibilidade de:

- tomar a elaboração do PT, em 1989 e 1994, como um efetivo projeto de desenvolvimento nacional;
- considerar a necessária correlação deste projeto com a evolução e a mudança de curso na sociedade brasileira (influenciada pelos acontecimentos internacionais) no período em questão;
- e, a utilidade de levar em conta outras abordagens sobre o desenvolvimento para realizar um exame em profundidade sobre o sentido histórico do projeto defendido pelo Partido dos Trabalhadores.

a) O problema do desenvolvimento

a1) Desenvolvimento e subdesenvolvimento

A questão do desenvolvimento nacional é posta diante dos países e regiões que, no processo de constituição do capitalismo como um sistema universal, integram-se a este sistema de forma subordinada e “atrasada”. Ainda que não se possa abstrair as condições nacionais do desenvolvimento capitalista, o que vale tanto para os países que podem ser chamados de centrais como para aqueles periféricos, é possível reconhecer uma problemática específica para um conjunto de países capitalistas “subdesenvolvidos”.²

Quais os destinos – ou, de forma mais precisa, quais as possibilidades históricas de desenvolvimento – destas nações? Esta, talvez, seja a grande questão que envolve o tema do desenvolvimento na periferia do capitalismo. Intimamente ligada a ela está a avaliação da natureza destas sociedades.

Por isso mesmo as várias abordagens sobre o desenvolvimento na periferia do capitalismo têm como pano de fundo, de forma explícita ou implícita, uma determinada compreensão da História e, em particular, do capitalismo.

Desse ponto de vista pensamos não incorrer no risco de uma análise simplificadora se dissermos que a grande maioria das correntes que procuram explicar a

² Autores como Arrighi, que se orientam pela concepção de economia-mundo, propõem uma estratificação da economia mundial em três blocos: centro, semiperiferia e periferia, mas de toda forma realçam a especificidade das regiões não centrais do capitalismo. Cf. - ARRIGHI, G. - A ilusão do desenvolvimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 137 e seguintes.

condição “subdesenvolvida” pode ser inserida em um mesmo campo metodológico: o que organiza a investigação a partir de uma ótica evolucionista ou unilinear.³

Para este campo, o desenvolvimento da periferia, em um contexto de capitalismo como sistema universal, tem como única possibilidade o desenvolvimento capitalista. Entre os estudos inseridos nesta perspectiva, certamente os mais notórios são os de autores vinculados, ou inspirados, pela Comissão Econômica para América Latina (CEPAL).⁴ Ainda que a CEPAL tenha insistido sobremaneira na problemática específica do subdesenvolvimento, recusando, portanto, as generalizações a-históricas advindas de interpretações baseadas na teoria econômica clássica, e sobretudo na neoclássica, é evidente sua identidade originária com a primeira abordagem, no aspecto fundamental de operar conceitualmente exclusivamente no interior do modo capitalista de produção.

Localizam-se também neste campo metodológico interpretações com uma matriz teórica diferente, que advém de uma interpretação linear ou evolucionista do próprio marxismo. São as análises “etapistas”, que se articularam sob a influência dos Partidos

³ Tomamos a idéia de concepção unilinear da história – por oposição a uma concepção multilinear – do brilhante estudo organizado por Shanin a respeito da intervenção de Marx na chamada questão russa. Shanin e seu colaboradores evidenciam que Marx considerava seriamente a hipótese de uma possibilidade de desenvolvimento não-capitalista a partir da comunidade camponesa, aproximando-se de formulações consideradas “populistas” e distanciando-se dos marxistas russos contemporâneos a este debate, que defendiam a inevitabilidade do desenvolvimento capitalista como uma etapa necessária para a criação de condições para uma transformação socialista. Cf. SHANIN, T. - *Late Marx and the Russian Road*. Nova York: Monthly Review Press, 1983. Também SAWER, M. - *Marxism and the question of the asiatic mode of production*. Haya: Martinus Nijhoff, 1977.

⁴ Nossas referências básicas para o exame da CEPAL são MORAES, R. C. C. - *Planejamento: democracia ou ditadura?* São Paulo: Tese de Doutorado, Depto. De Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1987; RODRIGUEZ, O. - *Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981; e BIELSCHOWSKY, R. - *Pensamento*

Comunistas posteriormente à década de 30.⁵ Ainda que não operassem exclusivamente no mundo conceitual do modo capitalista de produção, o desenvolvimento capitalista da periferia significava necessariamente uma etapa histórica a ser cumprida.

As décadas de 40 e 50 registram o aparecimento de uma série de estudos econômicos e sociológicos sobre o “subdesenvolvimento”. Os primeiros, influenciados pelo keynesianismo, e os últimos pelas teorias da modernização, formavam um conjunto com uma abordagem linear e evolutiva, vendo o subdesenvolvimento basicamente como um estágio a ser superado e o desenvolvimento capitalista como o destino comum da ampla periferia do sistema.⁶

Normalmente se considera a “economia do desenvolvimento” como tendo sido iniciada ao final dos anos 40.

“A crítica feroz do estruturalismo latinoamericano em relação à teoria neoclássica, e as discussões subsequentes a que esta deu lugar, foram parte de um processo mais geral que viu o surgimento da economia do desenvolvimento.

A teoria do desenvolvimento floresceu durante os anos cinquenta e sessenta...”⁷

Esta observação pode ser considerada correta de tomarmos estritamente os desdobramentos (evolutivos e de ruptura) da teoria econômica a partir da chamada

econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 2ª ed., Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

⁵ Cf. LOWY, M. - *Dialéctica y revolución*. México: Siglo Veintiuno editores, 1975, p. 149 e seguintes. Cf. igualmente SAWER, M., op. cit.

⁶ MEIER, G. M. - The formative period. in MEIER, G. M. e SEERS, D. - *Pioneers in Development*. World Bank/Oxford University Press, 1984; MORAES, R. C. C. - *Planejamento: democracia ou ditadura?* São Paulo, Tese de Doutorado, Depto. de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1987, pp. 73 a 76.

escola clássica (Ricardo, Smith). A esta primeira grande hegemonia na economia política seguiu-se a contrarrevolução neoclássica e, depois da grande crise dos anos 30, um período de hegemonia keynesiana. No contexto desta hegemonia é que se instala, após a II Grande Guerra, e toma lugar próprio o que se poderia denominar de economia do desenvolvimento. Convencionou-se chamar os autores deste período inicial de “pioneiros”.⁸

Se tomarmos, no entanto, um enfoque mais amplo, que aliás se encontra em vários estudos sobre o problema do desenvolvimento, observaremos que o tema – ainda que sob um tratamento metodológico substancialmente distinto – vem sendo objeto de estudo há mais tempo.⁹ Podemos encontrar em Marx elementos importantes de investigação sobre as regiões “atrasadas”. É possível assinalar dois enfoques nestes estudos: um, o mais celebrizado, na idéia de que os países “adiantados” mostravam o caminho e arrastavam os mais atrasados na direção do desenvolvimento capitalista; outro, menos conhecido e difundido, que se estabeleceu a partir dos estudos de Marx sobre a Rússia, onde se levanta a possibilidade (e a crítica à inevitabilidade do desenvolvimento capitalista) de um desenvolvimento não capitalista para aquele país

⁷ Cf. KAY, C. - Estudios del desarrollo, neoliberalismo e teorías latinoamericanas. Revista Mexicana de Sociología, ano LV/n.º3, julho/setembro de 1993.

⁸ Cf. BUSTELO, P. - Teorías contemporáneas del desarrollo económico. Madrid: Editorial Síntesis, 1998, p. 115 e seg.

⁹ Nesse sentido um estudo interessante, ainda que bastante parcial, especialmente no que toca à avaliação das concepções de Marx, está em ARNDT, H. W. - Economic Development: A Semantic History. Neste trabalho busca-se a origem do termo e dos conceitos de desenvolvimento nos estudos em língua inglesa, identificando em Marx e em autores que conheciam sua obra a primeira formulação coerente do problema do desenvolvimento. Além disso, este mesmo estudo identifica nos historiadores do império britânico – e mesmo nos debates e informes políticos do período – a utilização do termo, ainda que sob conceitos diversos. Cf. ARNDT, H. W. - Economic Development: A Semantic History. Economic Development and Cultural Change, volume 29, n.º 3, abril 1981.

que se encontrava “em atraso” relativamente aos países capitalistas industrializados.¹⁰ A própria noção de atraso, neste caso, deixa de ser vista como referente a uma etapa e passa a ser percebida como produto histórico. É sobretudo interessante para o que nos propomos em nosso estudo, destacar esta segunda versão iniciada por Marx.

A contraposição metodológica a este campo é a que admite – e, em algumas interpretações, considera como única possibilidade de desenvolvimento – uma via não capitalista, mais propriamente, em transição ao socialismo, para o desenvolvimento da periferia.

Neste campo encontram-se a interpretação marxista do desenvolvimento desigual e combinado¹¹, algumas correntes da escola da dependência¹² e algumas análises baseadas na teoria dos sistemas mundiais¹³. Aqui ganha determinação fundamental, por sobre as características nacionais ou locais, o aspecto mundial do sistema capitalista. A universalização do capitalismo modifica (e condiciona) as possibilidades de desenvolvimento de cada sociedade que se compõe como parte deste

¹⁰ Cf. BUSTELO, P. - op. cit., p. 55 e seg. Mas a referência básica para os últimos trabalhos de Marx especialmente voltados para o estudo da Rússia camponesa está em Shanin, T., *Late Marx: gods and craftsmen*. in SHANIN, T. - *Late Marx and The Russian Road*. New York: Monthly Review, 1984.

¹¹ Concepção formulada por Trotsky para analisar a revolução russa de 1905. Baseia-se na análise do capitalismo como uma totalidade universal. Cf. LOWY, M. - *The Politics of Combined and Uneven Development*. Londres: Verso, 1981; e, MANDEL, E. - *Trotsky: Teoría y Práctica de la Revolución Permanente*. México: Siglo Veintiuno editores, 1983.

¹² Trata-se de um conjunto bastante variado de elaborações críticas à CEPAL e ao seu desenvolvimentismo. Aqui nos referimos aos trabalhos de Andre Gunder Frank, em particular FRANK, A G. - *América Latina: subdesarrollo o revolución*. México: Ediciones Era, 1973.

¹³ Destacando-se especialmente a coletânea em ARRIGHI, G. - op. cit. É de se notar, inclusive, a observação deste autor sobre a possibilidade negativa de uma “terceira via”: o não-desenvolvimento. Questionando a possibilidade de um desenvolvimento capitalista para o conjunto da periferia, Arrighi levanta, além de uma perspectiva socialista para enfocar a questão, a hipótese do não-desenvolvimento, algo que parece ganhar atualidade no atual período histórico. In ARRIGHI, G. - op. cit.

sistema. Não se repete, a partir deste ponto de vista, a trajetória “ideal” dos países que ascenderam inicialmente à condição de capitalistas. Do mesmo modo, as categorias analíticas utilizadas para compreender estes países seriam anacrônicas para o estudo dos demais. As correntes teóricas que partilham deste campo metodológico têm em comum a perspectiva – ou ainda a possibilidade – de um desenvolvimento nacional não-capitalista.

A elaboração e a polêmica sobre o problema do desenvolvimento têm, como já referimos, uma história longa. Ainda que diferente na forma (e no conteúdo) que adquiriu a partir da década de 1940, a investigação sobre as regiões “atrasadas” começou a se constituir, no pensamento socialista, desde fins do século passado. A partir do início deste século, com as análises sobre o imperialismo, a questão ganha corpo como um dos temas centrais nos debates socialistas.¹⁴

A bifurcação dos estudos sobre o “subdesenvolvimento”, expressando dois grandes campos metodológicos, indica, em uma primeira aproximação, a polêmica em torno ao tema do desenvolvimento na periferia do capitalismo, um debate que se

¹⁴ O tema foi destaque dos primeiros congressos da III Internacional, fundada em 1919. Sobressai ainda em estudos de Lenin, anteriores a esta data, sobre o desenvolvimento capitalista na Rússia e ainda sobre o imperialismo. Do mesmo modo, de forma até mais significativa e explícita, encontramos esta temática nos textos de Trotsky, anteriores e posteriores à fundação da III Internacional.

Utilizando um ângulo de análise diferente – a que se baseia no chamado estudo dos sistemas mundiais – Wallerstein procura localizar a questão do desenvolvimento como uma disputa entre Estados e sistemas econômicos. Este autor trata o debate em torno ao desenvolvimento como parte de uma disputa política e ideológica mundial mais ampla, opondo os Estados Unidos e a recém criada União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Assim, data o início dos debates sobre o “subdesenvolvimento” em meados dos anos 20. Cf. WALLERSTEIN, I. - The concept of national development, 1917-1989: Elegy and Requiem, in WALLERSTEIN, I. - After Liberalism, New York, The New Press, 1995.

desdobra em vários planos, fazendo parte, em alguns momentos históricos, da agenda da direita e da esquerda, sendo tratado por várias abordagens teóricas e ideológicas.

a2) A relação entre desenvolvimento nacional e poder político

Alguns estudos sobre a CEPAL procuram identificar a concepção de Estado que se estabeleceu de forma subjacente ao ideário desenvolvimentista. Mesmo não sendo alvo de trabalhos específicos dos autores estruturalistas, a questão do poder joga um papel decisivo nesta linha de elaboração. A começar pelo fato do Estado ser concebido como um agente ativo e condutor do processo de desenvolvimento. De modo explícito, a ação do Estado visa constituir e fortalecer as instituições econômicas e relações sociais fundadas no mercado.¹⁵

Mas trata-se também de afastar do poder estatal aqueles setores sociais vinculados às estruturas econômicas do “atraso”; de buscar um poder racional, conferindo imenso papel aos quadros técnicos que assegurariam a coerência entre os objetivos econômicos desenvolvimentistas e as decisões políticas. Esta é uma condição essencial para por em marcha todo o projeto de desenvolvimento nacional, visto que o Estado deveria dedicar-se totalmente a esta tarefa e estar desimpedido de outros compromissos. As classes sociais interessadas em superar o atraso, em conquistar o desenvolvimento econômico, como que delegariam (e respaldariam) poder a um setor social específico, os técnicos, para representa-las e agir em seu nome.¹⁶

¹⁵ RODRIGUEZ, O. - op. cit.; e BIELSCHOWSKY, R. - Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo, 2ª ed., Rio de Janeiro, Contraponto, 1995.

¹⁶ MORAES, R. C. C. - Planejamento: democracia ou ditadura?, São Paulo, Tese de Doutorado, Depto. De Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1987.

Os trabalhos da CEPAL são emblemáticos da dupla natureza dos debates desenvolvimentistas. Ao mesmo tempo que trataram de constituir um esforço teórico específico - investigar a problemática do atraso econômico no contexto de um desenvolvimento capitalista internacionalmente desigual - constituíram-se como instrumentos poderosos para a articulação de projetos políticos nacionais.¹⁷ Esta elaboração foi tão influente, sobretudo na região latino-americana, que é possível afirmar que ainda hoje a idéia de desenvolvimento tem uma associação imediata com aquela instituição. E que mesmo grande parte das críticas mais substantivas a esta elaboração tiveram de partir de (e em alguns casos adotaram), em alguma medida, conceitos e referências "cepalinos".¹⁸ É importante notar, desde já, que em um momento de crise do desenvolvimento, a década de 60, especialmente na América Latina o tema do desenvolvimento foi apropriado também por correntes de pensamento marxistas ou próximas a estas, como foi o caso da chamada escola da dependência.

As interpretações dependentistas, com mediações variadas, convergem mais diretamente para os problemas do Estado (e da autonomia decisória nacional) a partir das análises dos impasses do desenvolvimento econômico. É possível destacar dentre os ramos em que se diversificam os estudos da dependência a interpretação dos impasses econômicos como fundamentalmente impasses e conflitos políticos, cuja resolução

¹⁷ RODRIGUEZ, O. - Teoria do subdesenvolvimento da cepal, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1981

¹⁸ CARDOSO DE MELLO, J. M. - O capitalismo tardio, São Paulo, Brasiliense, 1982.

depende, em última instância, das lutas sociais e políticas, e portanto de mudanças estruturais do Estado, no interior de cada país.¹⁹

Dentre as concepções socialistas que julgamos ter influenciado as elaborações programáticas do PT no período assinalado, a que se baseia na interpretação do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo propõe a superação do atraso econômico e da opressão nacional através de um processo de “revolução permanente” culminando com a transformação socialista do Estado²⁰. Ainda que não trate da mesma forma o problema do desenvolvimento, o que está em jogo é a constituição de países dominados em nações, que é uma temática comum tanto dos desenvolvimentistas como dos dependentistas.

A questão do Estado e sua transformação é tão mais importante quanto mais conflitos se estabelecem no projeto do desenvolvimento proposto. É nítido, sobretudo na primeira elaboração do projeto do PT (1989), o esforço em conectar novas dinâmicas na economia e no Estado. O desenvolvimento é, aí, mais que um processo econômico de superação de bloqueios e limites impostos pelo capitalismo periférico; é um processo de enfrentamento e superação de contradições entre as classes sociais. Nenhum dos grandes problemas econômicos é analisado de forma “pura”. Ao contrário, busca-se quem são os beneficiários e os perdedores, a quem serve determinada condição econômica e como foi dirigida sua construção historicamente. Assim o desenvolvimento não é neutro e

¹⁹ CARDOSO, F. H. e FALETTO, E - Dependencia y desarrollo en América Latina, México, 15ª ed., Siglo XXI, 1979.

²⁰ Estamos nos referindo às análises dos limites do desenvolvimento capitalista na periferia que se baseiam na tese do desenvolvimento desigual e combinado, elaborada por Trotsky. Cf. MANDEL, E. - Trotsky como alternativa, São Paulo, Xamã, 1995, p. 129 a 145 e MANDEL, E.

seus impasses resultam de uma determinada dominação de classe. A conclusão lógica do projeto, expressa com vigor na sua primeira formulação, é que o desenvolvimento pressupõe a luta pela elevação da classe trabalhadora à condição de classe dirigente da sociedade. Nesta perspectiva o problema do desenvolvimento econômico está inteiramente associado a uma nova configuração das classes sociais e do Estado.

b) É possível falar em um projeto de desenvolvimento nacional e de poder em torno às duas candidaturas de Lula?

Tanto em 1989 como principalmente em 1994 o tema central de organização programática da proposta do PT é o de articular uma saída à crise do desenvolvimento. É bem verdade que esta saída se apresenta muito mais como delineamentos gerais e grandes diretrizes, estando longe de uma formulação e formalização acabadas. Expressam, no entanto, um ponto de vista geral sobre a crise e o desenvolvimento no Brasil, distintivo de outros. E mais, a seu tempo e ainda que possa ter sido de forma efêmera - o que ainda não sabemos definitivamente - reuniu um expressivo apoio social em torno às suas idéias.

A temática do desenvolvimento está presente com clareza nas formulações programáticas do 6º Encontro Nacional do PT (1989), quando se busca encontrar uma resposta à crise do desenvolvimento, superando o nacional-desenvolvimentismo. Esta alternativa, chamada nas resoluções do 5º Encontro Nacional do PT de democrático-popular, começa então a adquirir um contorno mais definido de *projeto*. E tem como

- Classes sociales et crise en Amérique Latine, Paris, Critiques de l'économie politique, n.º 16-17, setembro, 1974.

centro nuclear a idéia de desenvolvimento nacional intimamente articulada à uma transformação do Estado.

Neste momento incidem com bastante força, compondo o núcleo da formulação, alguns elementos de uma visão de transição ao socialismo, o que é dado pela crítica ao Estado (ao pressuposto de uma radical alteração como base para implementar o projeto e como aspecto diretor do projeto), pela crítica ao desenvolvimento capitalista e, sobretudo, pela dinâmica anticapitalista para o desenvolvimento de novo tipo. Nesta formulação desenvolvimento e transição são tratados em conjunto, com o segundo “guiando” a visão geral do projeto.²¹ Mais ainda, a perspectiva é de constituir um processo nacional autônomo face ao mercado e ao capital internacionais, fortalecendo o caráter nacional do projeto e distanciando-se (senão opondo-se) à dinâmica do capitalismo internacional (imperialismo).²²

Em grande medida o programa de 1994 prossegue o de 1989, como se pode ver nas Diretrizes para o Programa de Governo (1993) e nas resoluções do 9º Encontro Nacional (1994). Neste momento, no entanto, o eixo mais coerente é o da retomada de certo desenvolvimentismo, ocupando um lugar central a idéia que o motor do programa é um conjunto de reformas econômicas, em particular as que gerariam um mercado interno de massas (o que dá às demais idéias um caráter subordinado e configura um tom economicista à visão geral de projeto). A anterior relação entre desenvolvimento e

²¹ PARTIDOS DOS TRABALHADORES - Resoluções Políticas do 6º Encontro Nacional do PT, Secretaria Nacional de Comunicação do Diretório Nacional, São Paulo, 1989. Citadas em seguida como 6º EN.

²² 6º EN, p. 40.

poder é alterada, com o primeiro assumindo o “posto de comando”.²³ Além disso, a relação com o mercado internacional assume um caráter ambíguo: por um lado afirma-se um desenvolvimento centrado num mercado interno de massas, por outro assume também uma postura algo construtiva frente ao hegemonismo (não mais formulando o domínio do capitalismo internacional como imperialismo) e uma idéia de integração “soberana” ao mercado internacional.²⁴

c) A importância de utilizar o referencial dos contextos em que se apresenta o projeto e os sinais particulares que definem cada um deles

Este ponto refere-se aos contextos históricos e políticos em que se apresentam e disputam as alternativas gerais para o país, especificamente os dois momentos que em que estamos caracterizando a proposta estruturada pelo PT.

Isso tem importância porque ajuda a qualificar o caráter de “viabilidade histórica” que de alguma forma é um elemento de conformação de um projeto (o que o distinguiria, por exemplo, de um instrumento de propaganda, utilizando uma distinção sempre recorrida no debate dos partidos de esquerda). Além disso, pode permitir compreender melhor as mudanças no interior do próprio projeto que estamos analisando.

²³ PARTIDOS DOS TRABALHADORES - 1994. Lula Presidente. Uma Revolução Democrática no Brasil. Programa de Governo. Projeto para Discussão, 2ª edição, Cadernos de Teoria e Debate, São Paulo, 1994 (onde encontram-se as Diretrizes para elaboração do Programa de Governo Lula-94, de outubro de 1993); Resoluções do 9º Encontro Nacional do PT, Diretório Nacional do PT, São Paulo, 1994; Bases do Programa de Governo, Teoria e Debate, São Paulo, 1994. As formulações que estamos referindo estão no principal documento, as Bases do Programa de Governo.

1989 e 1994 significam contextos diferentes. O primeiro condensa todo um período de crise e uma polarização de alternativas. O segundo expressa muito mais uma disputa condicionada por uma alternativa vencedora e em andamento.

Resumidamente, poderíamos apresentar os seguintes aspectos de cada um dos dois momentos de expressão do projeto “petista” de desenvolvimento:

1989: ponto culminante da crise, resultado de longos impasses sem projetos vencedores. Resume, digamos, três expressivos processos: primeiro, o esgotamento do padrão de desenvolvimento, a sequência de “tentativas e erros” ao longo dos anos 80 (especificamente durante os 5 anos de Governo Sarney) e progressiva mudança de agenda que sucede o plano Cruzado; segundo, a instabilidade política que marca o período e que identifica uma profunda crise de direção política das classes dominantes; terceiro, a progressiva afirmação de um campo político e social antagonista, estruturado em torno ao PT.

1994: a crise do período anterior está na fase descendente, com uma alteração significativa do caráter dos impasses. A conjugação de uma agenda nova (inaugurada politicamente pela vitória de Collor) e sobretudo a estabilização iniciada em 1994 (e naturalmente o significado da eleição de Fernando Henrique Cardoso), expressaram e consolidaram uma nova coesão das classes dominantes em termos de condução do país com a derrota do PT, caracterizando uma etapa nova. No interregno entre os dois momentos (1989 e 1994), ocorre o *impeachment* que repõe algumas condições de disputa nacional de projeto. Mas esta reposição é parcial (não retoma o conjunto dos

²⁴ PARTIDOS DOS TRABALHADORES - Bases do Programa de Governo, Teoria e Debate, São Paulo, 1994, p. 50, p.116 a 119 e p. 143 a 145. De agora em diante citado como BASES.

elementos que caracterizaram 1989) e dificilmente se pode avaliar aquele episódio como algo mais que crise de governo.²⁵

Pensamos ser possível nesta parte correlacionar a forma de articulação que toma o projeto do PT em 1989 e em 1994 com as condições específicas do contexto político em cada um destes momentos. Ou seja, podemos ver as mudanças internas ao programa não só, por exemplo, pelo ângulo da “correlação de forças interna” ao partido ou da evolução da sua inserção no Estado (como tratam alguns estudos), mas pelo ângulo da correlação de forças na sociedade, impondo restrições mas também novas disjuntivas.

Sob este ponto de vista, em 1994 os novos condicionantes fazem parte de um novo movimento global da sociedade. É necessária nesse ponto uma nota sobre o contexto na América Latina (ao menos, referente aos dois outros países mais importantes, México e Argentina) que, antes do Brasil e também após crises prolongadas, passam a experimentar novos cursos de orientação (mais tarde seguidos pelo Brasil).²⁶

Este tipo de observação, que de alguma forma trata do tema da viabilidade histórica, traz pelo menos uma implicação importante e complexa. Trata-se da relação entre coerência e viabilidade: uma formulação aparentemente mais realista (mais adaptada ao curso dominante) pode perder em coerência e em viabilidade a longo prazo, pois de alguma forma se subordina a alternativas às quais se opõe. De outro lado, uma

²⁵ VELASCO E CRUZ, S. C. - Estado e economia em tempo de crise - política industrial e transição política no Brasil nos anos 80. Campinas, Depto. de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 1992, p. 181.

²⁶ Apoiamos nossa interpretação em BATISTA JR., P. N. - O Plano Real à luz da experiência mexicana e argentina, in Estudos Avançados, São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da USP, vol. 10, n.º 28, setembro/dezembro 1996.

formulação que para manter a coerência perde o sentido de disputa mais imediata pode se transportar para outro terreno, válido, mas diferente do aqui tratado.

Ainda que menos elaborado e ainda que mais radical, o projeto de desenvolvimento do PT apresentado em 1989 pode ser visto com mais "viabilidade" justamente pelo ambiente social e político do país, pelo curso dos movimentos globais da sociedade.

Difícilmente se pode pensar no problema de um projeto de desenvolvimento nacional fora de um contexto de crise. Fora deste contexto um projeto desta natureza estará entre duas escolhas (que o descaracterizariam enquanto tal): ou buscar uma aderência (e adesão) ao curso político, econômico e ideológico dominante na sociedade ou apresentar-se na contracorrente dos acontecimentos e se configurar menos como um projeto de desenvolvimento e mais como uma via para disputas futuras. Este dilema estava mais presente em 1994 do que em 1989.

d) Ainda que seja plausível considerar a existência de um projeto de desenvolvimento nacional do PT, porque relacioná-lo com certos debates sobre os impasses e possibilidades do desenvolvimento na periferia do capitalismo?

Um argumento se apresenta na forma de questão: o que sucedeu com o debate sobre o desenvolvimento ao longo da década de 80? Ousáramos dizer que se algo se perdeu nesta década foi a capacidade do pensamento crítico de prosseguir os esforços a partir dos impasses da dependência e do rico debate sobre o imperialismo e o desenvolvimento nacional dos países periféricos que teve lugar nas décadas de 60 e 70. Há um relativo vazio teórico do debate sobre o desenvolvimento ao longo dos anos 80

no Brasil, contrastando com as décadas anteriores e, de uma forma um tanto paradoxal, desenhando uma simetria entre a crise do desenvolvimento e a crise da crítica ao desenvolvimentismo.²⁷

Em certo sentido este período foi um longo processo de mudança de agenda, resultado de derrotas políticas da esquerda acumuladas desde a década anterior (Chile), de uma profunda alteração da correlação de forças mundial, e de um forte deslocamento das preocupações na economia e no conjunto das ciências sociais, tendo cada vez mais lugar os temas do ajuste e da estabilização.²⁸ Tem no entanto um papel específico e decisivo o próprio esgotamento das elaborações em torno do tema da dependência e a ausência de novos caminhos que poderiam ser abertos pelas várias abordagens críticas à “escola” da dependência.²⁹

Pensamos que a elaboração do PT retoma temas do antigo debate, ainda que submetido às lacunas e deficiências deixadas pelo longo silêncio do período.

As idéias norteadoras do programa de desenvolvimento do PT encontram parcialmente analogia com as que permearam o debate desenvolvimentista e da dependência, embora recolham também fortes subsídios em outros tipos de elaboração. Assim, pensamos poder identificar a presença de três influências teóricas na formulação petista: uma inspiração estruturalista (o papel do Estado na condução do desenvolvimento e a temática da formulação de um projeto nacional alternativo, a idéia

²⁷ FIORI, J. L. - O voo da coruja: uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista, Rio de Janeiro, EdUERJ, 1995, p. xi a xx.

²⁸ BENSID, D. - La discordance des temps, Paris, Les Éditions de la Passion, 1995, para a análise internacional, e VELASCO E CRUZ, S. C. - op. cit., p. 55 e seg., e p. 113 e seguintes para a análise nacional.

da predominância do fator econômico na determinação do desenvolvimento, como em 1994) e a ênfase no processo de desenvolvimento para dentro (em 1989 e 1994); uma inspiração “dependentista”, podendo ser relacionado com os temas centrais daquela escola, como crise do desenvolvimento, crise do Estado, os conflitos de classe e a dinâmica política interna, destacando a apropriação classista do desenvolvimento e da sua ideologia; mas também uma inspiração socialista, sendo possível ainda ler neste esforço de produzir uma visão alternativa de desenvolvimento a inserção de uma perspectiva socialista, que é a tentativa de introduzir elementos de transição a partir do objetivo de conquista do governo central e que relaciona desenvolvimento e transição, aparecendo com clareza nas definições do 6º Encontro Nacional.

A relação entre a elaboração do PT e estas referências mais gerais e históricas deve ser feita no exame de determinados temas que permeiam o debate mais amplo sobre o desenvolvimento.

Dentre estes temas cabe realçar:

- a própria concepção do desenvolvimento, que implica tanto a idéia de nação e de relações sociais projetadas como a noção mesma de que tipo de desenvolvimento se discute. Neste sentido a relação com o mercado, um aspecto para o esclarecimento destas questões, toma direções diversas conforme a abordagem teórica;

- a análise dos condicionantes da desigualdade no desenvolvimento capitalista entre países e regiões, observando neste marco a relação entre os aspectos nacionais e os

²⁹ COUTROT, T. - Uma balanço da teoria da dependência, São Paulo, Novos Estudos Cebap n.º 29, março de 1991; FIORI, J. L. , op. cit.

elementos externos. Desde já, assinale-se, o debate e a crítica às visões dicotômicas entre estas dimensões;

- a relação entre desenvolvimento nacional e poder político, vale dizer a compreensão da natureza e desdobramentos dos conflitos sociais e políticos desencadeados no curso de processos em que se chocam e entrecruzam projetos nacionais com suas maiores ou menores identificações com interesses de classes sociais.

Neste contexto podemos rever os eixos estruturadores do projeto de desenvolvimento nacional do PT.

Capítulo 1

Contornos e idéias nucleares do projeto de desenvolvimento nacional do PT

Neste capítulo vamos expor o que se pode considerar como o projeto de desenvolvimento nacional do PT.

Nosso primeiro passo é identificar na trajetória do partido o momento em que tem início esta elaboração particular e como se desdobra a partir de então. Tomamos como base para esta análise os encontros do Partido dos Trabalhadores desde a sua fundação até o 9º Encontro Nacional, que delibera o programa de Lula em 1994.

Feito este exame preliminar passaremos a uma avaliação mais detida daqueles documentos que dão conta de uma elaboração especificamente voltada ao projeto de desenvolvimento nacional.

Utilizaremos, nos casos em que contribuir para o esclarecimento das concepções elaboradas pelo PT, um conjunto de intervenções escritas para o debate que se desenvolve em conexão com a elaboração do projeto de desenvolvimento nacional do PT.

A exposição está organizada em três seções, da seguinte forma:

- na seção a) examinamos a elaboração do PT ao longo dos encontros partidários, de modo a localizar o início de uma formulação específica e verificar sua evolução;
- na seção b) analisamos o que estamos caracterizando como projeto de desenvolvimento nacional;

- por fim, concluímos com a seção c) apresentando uma síntese dos dois momentos básicos de elaboração do projeto de desenvolvimento nacional.

a) A elaboração do projeto de desenvolvimento nacional ao longo dos encontros partidários

a1) Da fundação ao 4º Encontro nacional

Até o 4º Encontro Nacional, realizado em junho de 1986, os encontros (e suas principais resoluções) estão relacionados com questões da organização inicial do partido, com temas políticos voltados para a definição de uma plataforma de lutas na conjuntura e com aspectos mais gerais do programa.³⁰

O 4º Encontro Nacional define, pela primeira vez, a necessidade de elaborar um projeto alternativo para o país. Mas a própria forma de colocar a questão mostra o quanto esta abordagem ainda era embrionária:

“Projeto alternativo global

(...) além do plano de lutas, o PT deve ser capaz de elaborar e colocar em debate para a sociedade o seu projeto alternativo que se contraponha à lógica e ao alcance da Política do Governo para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Entendemos que, na parte econômica e social, este projeto deve conter pelo menos os seguintes pontos:

- a) suspensão do pagamento da dívida externa e rompimento dos acordos com o FMI;
- b) reforma agrária sob o controle dos trabalhadores;

³⁰ PARTIDO DOS TRABALHADORES - Resoluções da fundação do PT e dos 1º, 2º, 3º e 4º Encontros Nacionais, São Paulo, Secretaria Nacional de Formação Política, 1995.

- c) estatização do sistema bancário e financeiro;
- d) controle, pelos trabalhadores, dos fundos sociais;
- e) orientação do crescimento econômico, com distribuição de renda, recuperação salarial, prioridade para o mercado interno, para a agricultura de alimentos;
- f) educação e saúde públicas e gratuitas, estatização gradativa do sistema de transportes e uma política habitacional que privilegie a construção de moradias populares;
- g) estatização da indústria farmacêutica;
- h) contra a privatização e pela democratização das empresas estatais.”³¹

a2) 5º Encontro nacional: bases para o projeto de desenvolvimento nacional

É a partir do 5º Encontro Nacional, realizado em dezembro de 1987, que toma corpo a formulação anunciada no 4º Encontro Nacional. Aí estão estabelecidos os delineamentos básicos para a construção de uma proposta para disputar os rumos da sociedade. Vamos encontrar não só a denominação - “democrático e popular” - e a característica estratégica do projeto - orientado para responder às contradições do desenvolvimento tardio - como também uma forma específica de relacionar a disputa presente na sociedade, o projeto alternativo e o objetivo socialista. Sobre o programa (projeto) o Encontro estabelece:

“O programa não se resume a um conjunto de reformas democráticas e populares pelas quais lutamos: envolve também uma crítica e uma disputa a partir de uma visão anticapitalista e socialista em relação à ordem

³¹ Idem, 4º Encontro Nacional, Resolução “O estágio do desenvolvimento capitalista no Brasil”, item 84.

vigente...”³²; (...)“O PT deve apresentar-se como uma opção real de Governo...”³³; (...)“Fixar o perfil político geral do PT como partido socialista que tem uma proposta global de novos rumos para a sociedade, expressa em nosso futuro Programa Alternativo de Governo...”³⁴

O 5º Encontro Nacional tem um papel importante na história do Partido dos Trabalhadores porque, pela primeira vez, decide um conjunto de concepções programáticas em relação aos objetivos, aos meios de conseguí-los e sobre o próprio partido, marcando uma diferença significativa com o curso que caracteriza os quatro primeiros encontros nacionais.³⁵ Aliás, é um marco exatamente por isso: representa um momento de consciência sobre o papel do partido e uma opção de dirigir o seu crescimento rumo a objetivos estratégicos socialistas. Deste ponto de vista é uma espécie de alicerce para as definições políticas no anos seguintes.

É neste encontro que se definem as grandes reformas que condensam, para três grandes questões, respostas alternativas àquelas postas em marcha historicamente. São elas: a questão do Estado ou questão democrática; a questão nacional ou a luta pela autonomia nacional frente ao mercado externo e ao poder dos países dominantes; e a questão da propriedade, incluindo a questão do controle social sobre o mercado e a democratização da propriedade agrária. Ao destacar estas questões, o partido supera a forma que até então expressava sua visão programática, que seccionava plataforma de

³² PARTIDO DOS TRABALHADORES - Resolução Política do 5º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, dezembro de 1987, Diretório Nacional do PT, p.8.

³³ Idem, p. 16.

³⁴ Idem, p. 30.

³⁵ Várias visões até então defendidas por setores minoritários dentro do partido foram aprovadas. Como exemplo citamos a própria concepção de partido: o conceito de partido que se propõe a ser uma direção política e um organizador coletivo era até o 5º Encontro Nacional

lutas imediatas e programa geral. O programa democrático popular propunha-se a tratar exatamente dos problemas do desenvolvimento tardio e a estabelecer uma ponte entre as lutas reivindicatórias, imediatas, e o objetivo socialista.

As respostas são articuladas com a perspectiva de conquistar o governo, em um processo dinâmico (interno e externo às instituições) de transformação do poder. A visão da luta por reformas e pelo poder vai determinar o núcleo da elaboração do Encontro Nacional seguinte, que consideramos a primeira formulação mais articulada de um projeto de desenvolvimento. Assim o ponto 75 das resoluções do 5º Encontro Nacional será retomado de forma quase literal no 6º Encontro Nacional e sem dúvida é o princípio articulador das propostas ali decididas:

“Nas condições do Brasil, um Governo capaz de realizar as tarefas democráticas e populares, de caráter antiimperialista, antilatifundiário e antimonopólio - tarefas não efetivadas pela burguesia - tem um duplo significado: em primeiro lugar é um Governo de forças sociais em choque com o capitalismo e a ordem burguesa, portanto um Governo hegemônico pelo proletariado, e que só poderá viabilizar-se com uma ruptura revolucionária; em segundo lugar, a realização das tarefas a que se propõe exige a adoção concomitante de medidas de caráter socialista em setores essenciais da economia e com o enfrentamento da resistência capitalista. Por essas condições um Governo dessa natureza não representa a formulação de uma nova teoria das etapas³⁶, imaginando uma etapa democrático-popular e,

rejeitado pela maioria, que defendia a idéia de um partido de representação parlamentar dos movimentos sociais.

³⁶ Referência crítica à concepção de que a transformação das sociedades capitalistas atrasadas dar-se-ia por um processo de etapas históricas demarcadas. Supunha que tais sociedades ainda não tinham atingido um “estágio” de desenvolvimento capitalista.

o que é mais grave, criando ilusões em amplos setores na possibilidade de uma nova fase do capitalismo, uma fase democrático e popular.”³⁷

O 5º Encontro Nacional lança a candidatura de Lula e inicia a elaboração do programa “democrático-popular”. Diferentemente do encontro seguinte, este ainda não tem uma dimensão da profundidade da crise em curso no país: os 24 pontos que descrevem a situação são basicamente centrados na análise da conjuntura presente (Governo Sarney). A tentativa de articular um programa alternativo apresenta uma lista de propostas que está muito de constituir-se uma visão alternativa de desenvolvimento do país.³⁸

Assim, mesmo com sua influência sobre os momentos seguintes do partido, não chegou a condensar um projeto de desenvolvimento nacional. Isto somente acontecerá nas duas eleições presidenciais diretas depois do regime militar, 1989 e 1994.

a3) 6º Encontro nacional: primeiro projeto de desenvolvimento nacional

É apenas no 6º Encontro Nacional, realizado em junho de 1989, que se formula uma visão articulada sobre o projeto de desenvolvimento alternativo para o país. Mais precisamente, é neste momento que se estabelece a formulação de um projeto de desenvolvimento nacional, tendo em conta a crise da sociedade (e do seu padrão histórico de desenvolvimento). Esta relação aparece em uma condição especial, em que a crise da sociedade (e do desenvolvimento) avançava sem resolução e a capacidade de formulação e de aglutinação social do Partido dos Trabalhadores se encontrava em

³⁷ PARTIDO DOS TRABALHADORES - Resolução Política do 5º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, dezembro de 1987, Diretório Nacional do PT, p. 17.

³⁸ Idem, p. 5 a 10.

ascenso. Retomaremos a discussão desta relação, entre contexto político e projeto, no capítulo II. Por ora, registramos que o momento em que o partido alcança um grau de elaboração que podemos chamar de projeto de desenvolvimento nacional não se explica apenas pela sua própria evolução, mas guarda estreito vínculo com o que se passa na sociedade e, mais particularmente, com o aprofundamento da crise do desenvolvimento ao longo da década de 80.

As resoluções do 6º Encontro Nacional estão redigidas de maneira breve, quase que através de enunciados gerais. Mas apresentam uma avaliação da crise do desenvolvimento no Brasil onde se verifica a possibilidade de uma disputa de projetos de desenvolvimento. Esta situação nova evidenciava a ausência de projetos unificadores no interior das classes dominantes e o acúmulo de forças em torno ao pólo oposto representado pelo PT, ultrapassando, portanto, as análises mais circunstanciadas à conjuntura que caracterizaram o 5º Encontro. Além disso, o 6º Encontro Nacional define as diretrizes e bases para a elaboração do programa que orientaria a candidatura de Lula em 1989. O Programa de Ação de Governo, que deveria ser elaborado a partir destas orientações, não chegou a ser concluído³⁹, constituindo então as resoluções do 6º Encontro - as Diretrizes... e as Bases...⁴⁰ - o efetivo programa da candidatura presidencial. É o texto que tomamos para analisar o que chamamos de primeiro projeto de desenvolvimento nacional do PT.

³⁹ Ver artigo de Carlos Eduardo de Carvalho, coordenador do Plano de Ação de Governo em 1989, em Medo (e gosto) de pecar, Teoria e Debate nº 10, São Paulo, Partido dos Trabalhadores, maio de 1990, p. 49 e seguintes.

⁴⁰ PARTIDO DOS TRABALHADORES - Resoluções Políticas do 6º Encontro Nacional do PT, Secretaria Nacional de Comunicação do Diretório Nacional, São Paulo, 1989. Citadas em seguida como 6º EN.

Nas Diretrizes e nas Bases estão contidas as seguintes relações articuladoras do projeto: novo desenvolvimento e transformações do poder, a relação entre autonomia nacional (para o desenvolvimento) e o cenário político e econômico internacional, os mecanismos básicos para se instaurar uma nova dinâmica (um conjunto de reformas distributivistas visando um modelo centrado no espaço nacional, além da sua repercussão na estrutura mesma das relações de poder, que aparece aqui como um aspecto central). A compreensão deste texto aparece mais claramente pelo objetivo de iniciar um processo de transição ao socialismo que, em certo sentido, subordina e orienta o debate sobre o projeto de desenvolvimento nacional.

É de se registrar que um tema já bastante importante àquele momento, a inflação, não é tratado - ou melhor, aparece lateralmente sem receber maiores atenções.

Adiante trataremos em detalhe a elaboração do 6º Encontro Nacional.

a4) 7º Encontro nacional e o 1º Congresso: o interregno

Entre o 6º e o 8º Encontros Nacionais ocorrem o 7º Encontro Nacional (junho de 1990) e o 1º Congresso (dezembro de 1991).

Apesar de estar em curso no país (e na América Latina) processos de ampla reestruturação capitalista - ponto que trataremos no capítulo II - as resoluções do 7º Encontro Nacional e do 1º Congresso não aprofundam o projeto alternativo, objeto central do 5º e do 6º Encontros Nacionais.

Entre as poucas passagens das resoluções do 7º Encontro Nacional que se referem ao tema encontramos esta que reflete o estado da discussão:

“O PT deve contrapor à política neoliberal um programa democrático-popular articulado com nossa proposta socialista, única forma

de enfrentar a longo prazo as propostas de reestruturação do capitalismo brasileiro. Para tanto, o Programa de Ação de Governo (PAG), apresentado por Lula nas eleições de 1989, deve ser atualizado e repensado no novo quadro da economia e do Governo Collor”.⁴¹

O 1º Congresso dá o mesmo tipo de atenção: nos 170 itens da principal resolução reserva 5 para o tema do projeto de desenvolvimento nacional. Sua formulação, no entanto, antecipa algumas modificações frente às concepções desenvolvidas no 5º e especialmente no 6º Encontros Nacionais e que estarão presentes nas formulações do 9º Encontro Nacional.

A avaliação da crise da sociedade brasileira adquire um enfoque basicamente econômico:

“A crise brasileira não é uma crise qualquer. País de industrialização mais avançada no continente e com um imenso potencial econômico, vivemos hoje a crise mais intensa de todo o século XX. Um país que manteve uma taxa de crescimento histórico do PIB em 7% ao ano no período do pós-guerra, com um crescimento de 4 vezes do PIB por habitante, permaneceu praticamente estagnado nos anos oitenta. A estrutura produtiva envelheceu, o fluxo positivo da poupança externa se inverteu em função da dívida externa. A economia brasileira perdeu competitividade de forma acelerada e tenta manter posições no comércio externo com um brutal arrocho salarial e deterioração do câmbio. O Estado está fragilizado financeiramente e com imensas dificuldades para reverter este quadro...A hiperinflação passou a rondar perigosamente o País. E as próprias bases materiais da democracia vão sendo solapadas pelo avanço da crise.”⁴²

⁴¹ PARTIDO DOS TRABALHADORES - Resoluções do 7º Encontro Nacional, São Paulo, Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, 1991, p. 48.

⁴² PARTIDO DOS TRABALHADORES - Resoluções do 1º Congresso, São Paulo, Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, 1992, p. 48 e 49.

Para em seguida apresentar o eixo do projeto de desenvolvimento, mais tarde reafirmado pelo 9º Encontro Nacional:

“Esses milhões de ‘expulsos do mercado’...constituem uma base excepcional a partir da qual se pode desenvolver um novo ciclo de desenvolvimento econômico no País. Diferentes países, em diferentes épocas históricas, recorreram a esse expediente - o mercado interno de massas (CH) - para superar fases de crise estrutural semelhante a nossa”.⁴³

A idéia de um projeto que articula desenvolvimento nacional e transição ao socialismo permanece tanto no 7º Encontro Nacional como no 1º Congresso, embora sem a ênfase adquirida no 6º Encontro Nacional. Assim o 1º Congresso conclui:

“...vemos a luta por um governo democrático e popular...como a expressão de um governo de hegemonia dos trabalhadores...na perspectiva da construção do socialismo.

...Uma democracia que articule formas representativas e diretas. E uma transição econômica que, partido da socialização dos grandes meios de produção, de uma reforma agrária sob o controle dos trabalhadores e de um planejamento econômico democrático, entenda que o mercado ainda sobreviverá por longo período, porém não mais como força hegemônica...”.⁴⁴

a5) 8º Encontro nacional: retomando a perspectiva do 5º e 6º Encontros nacionais

O 8º Encontro nacional, realizado em junho de 1993, tem um papel semelhante ao do 5º Encontro Nacional, embora com um alcance menor. Este encontro, ao contrário dos dois que o antecedem (o 7º Encontro Nacional e o 1º Congresso), está voltado para

⁴³ Idem, p. 49.

retomar a elaboração do projeto de desenvolvimento parada 4 anos antes, na disputa presidencial de 1989. O 8º Encontro Nacional não produz uma base nova para esta elaboração; mas procura restabelecer os pontos básicos da formulação do 6º Encontro Nacional tendo em vista a sua atualização.

Assim, a resolução “Por um governo democrático-popular” retoma, embora sem a mesma ênfase, a visão “transicional” como fio condutor do projeto

(que é)...”parte de uma revolução democrática em nossa sociedade, uma ruptura com as estruturas de poder vigentes, que abra caminho para a construção de uma sociedade radicalmente diferente da nossa. Já fracassou no passado o reformismo nacional-populista, que acreditou poder conciliar interesses antagônicos.”⁴⁴

Igualmente retoma a defesa de reformas distributivistas - da renda nacional e da propriedade agrária - bem como da idéia de uma inserção soberana no mercado internacional como eixos de um projeto de desenvolvimento nacional.

Digno de nota é a ausência da discussão sobre a crise do desenvolvimento brasileiro. Os termos da análise da situação do país voltam a ser circunscritos à conjuntura presente (Governo Itamar).

Deste modo o 8º Encontro ocupa um lugar a meio caminho, como veremos, entre as formulações do 6º e do 9º Encontros Nacionais.

a6) 9º Encontro Nacional: segundo projeto de desenvolvimento nacional

⁴⁴ Idem, p. 52 e 53.

⁴⁵ PARTIDO DOS TRABALHADORES - Resoluções do 8º Encontro Nacional, São Paulo, Diretório Nacional, 1993, p. 6.

O 9º Encontro Nacional, realizado em maio de 1994, tem como resolução principal um longo documento em que é apresentado o programa da candidatura presidencial de Lula em 1994.

A estrutura deste documento é bastante parecida com a do 6º Encontro Nacional; no entanto adquire um tratamento bastante mais detalhado configurando-se como projeto de desenvolvimento nacional e plano de governo.

Mantém em primeiro lugar uma avaliação da situação nacional em que o destaque é para a crise do padrão histórico do desenvolvimento no Brasil e a continuidade de possibilidades de apresentar uma alternativa para a sua retomada através do que é caracterizado como um novo ciclo longo para a economia. Como veremos, há pontos de unidade e há diferenças significativas de análise quando se compara com a formulação do 6º Encontro Nacional. Em 1994 é nítida a predominância de um enfoque econômico para a análise de conjunto da sociedade brasileira.

Também apresenta as idéias mestras de um projeto de desenvolvimento conjugando as mesmas relações que estruturam a proposta de desenvolvimento de 1989: a relação entre desenvolvimento e poder, entre mercado interno e mercado internacional, e o conjunto de alterações em relação à renda e à propriedade visando a constituição de um mercado interno de massas e a abertura de um ciclo longo de desenvolvimento sobre esta base. Registramos aqui, além da continuidade de método, uma diferença substancial que será detalhada no item seguinte. É que mesmo organizando a elaboração do projeto através de relações políticas e econômicas semelhantes, seu conteúdo é marcadamente determinado pelo ângulo econômico, isto é, o conjunto da proposta passa a ser

compreensível a partir do modelo econômico alternativo que se quer atingir - e não mais pelas transformações políticas e sociais em direção ao socialismo.

É importante anotar que, diferente da elaboração de 1989, o tema da inflação recebe uma atenção destacada. Como veremos, no entanto, isto não chegou a ser concluído em uma proposta.

b) Primeiro e segundo projeto de desenvolvimento nacional do PT: unidade e diferenças

Na leitura das resoluções relativas aos programas de 1989 e 1994 procuramos apreender, por um lado, a avaliação da crise na sociedade e na economia brasileira, suas decorrências e potencialidades; e, por outro, a definição dos elementos básicos que conformam a visão de um desenvolvimento de novo tipo. A partir destes aspectos é possível depreender a articulação interna, a lógica e a dinâmica presentes no projeto de desenvolvimento do PT. É também possível estabelecer os matizes e a evolução programática entre os dois momentos - 1989 e 1994 - desta elaboração.

Ainda detalhando a forma particular da nossa leitura, julgamos importante ir além de descrever os elementos básicos que conformam, em cada momento, o projeto apresentado pelo PT. É necessário buscar suas articulações-chave. Neste sentido é preciso dar atenção especial a duas relações: entre desenvolvimento e poder, e entre mercado interno e a relação com o mercado internacional. São relevantes, ainda, o papel do Estado, a questão agrária e o tema da inflação.

Os dois primeiros temas são articuladores da proposta do PT.

A relação entre desenvolvimento e Estado (ou poder) expressa a compreensão mais geral do problema do desenvolvimento. Aliás sem esta conexão elementar não faz sentido discutir um projeto de desenvolvimento, pois um projeto desta natureza - e não só o do PT - propõe-se justamente a sobrepor-se ao curso supostamente "natural" das relações econômicas e sociais de mercado e a estabelecer uma direção não-espontânea para o processo. Este ângulo é absolutamente fundamental para a leitura do projeto de desenvolvimento do PT e para distinguir os seus traços em cada um dos momentos (1989 e 1994). Esta leitura também encontra amparo - e aqui pontuamos como registro, pois será mais trabalhado no capítulo III - na análise dos problemas do desenvolvimento como problemas específicos de uma determinada condição histórica, que foi a abordagem metodológica da CEPAL⁴⁶. Os autores da dependência, nos seus vários enfoques, destacam sobremaneira este aspecto⁴⁷. E, podemos ainda agregar, em favor desta abordagem, uma interpretação socialista específica, que destaca os limites do desenvolvimento capitalista nos países dominados e apresenta como perspectiva a ultrapassagem da ordem política burguesa à medida em que os problemas do desenvolvimento atrasado colocam em questão os interesses das classes dominantes.⁴⁸

A relação entre mercado interno e mercado internacional expressa o problema da autonomia nacional, aspecto essencial no desenvolvimento. Este aspecto é claramente um dos que organizam a perspectiva do projeto de desenvolvimento do PT, estabelecendo o grau de autonomia da inserção internacional pretendida e a visão sobre

⁴⁶ CARDOSO DE MELLO, J. M. - O capitalismo tardio, São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 13 a 27.

⁴⁷ CARDOSO, F. H. e FALETTO, E - Dependencia y desarrollo en América Latina, México, 15ª ed., Siglo XXI, 1979, p.190 e seguintes.

questões como dívida externa e relação com organismos internacionais. Mas, desde as formulações da CEPAL⁴⁹, esta questão tem um destaque central nos debates sobre o desenvolvimento. Uma dinâmica centrada no mercado interno era uma das preocupações centrais das propostas estruturalistas, face a uma avaliação da dinâmica internacional que impedia o desenvolvimento. Sob outro ângulo, aparece também como elemento definidor na chamada escola da dependência, com a discussão da relação entre fatores internos e externos no processo de desenvolvimento. E, poderíamos dizer ainda que o tema tem um lugar chave nas análises socialistas sobre o imperialismo.

Outros aspectos devem ser buscados para estabelecer o contorno do projeto em discussão. O papel do Estado na condução do desenvolvimento certamente é um deles e a questão agrária é outro. Ambos fazem parte de uma discussão histórica sobre o desenvolvimento na América Latina. A importância conferida a cada um deles serviu para dividir correntes interpretativas e articular visões sobre as possibilidades futuras de nossas sociedades.

Incluimos ainda um último elemento que é a questão da inflação. Não deixa de ter relação com o debate histórico na região, mas sobretudo esta escolha responde a um tema notoriamente central nas várias conjunturas brasileiras desde o final da década de 50 e particularmente na década de 80.

O propósito é compreender a coerência destas medidas e a possibilidade de articulá-las sob a denominação de um projeto de desenvolvimento.

⁴⁸ MANDEL, E. - Trotsky como alternativa, São Paulo, Xamã, 1995, p. 129 a 145.

⁴⁹ BIELSCHOWSKY, R. - Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo, 2ª ed., Rio de Janeiro, Contraponto, 1995; e, Rodriguez, O. - Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1981.

b1) A avaliação da crise

O 6º Encontro Nacional supera o 5º Encontro Nacional em alguns aspectos-chaves, como uma “clara distinção entre governo e poder” e “um maior desenvolvimento da tese que vincula a defesa do socialismo com a idéia de democracia, rejeitando, explicitamente, a tese do partido único”.⁵⁰

O enfoque que estamos adotando nos permite assinalar dois outros aspectos de superação: a avaliação do caráter da crise nacional e o que consideramos ser a primeira formulação de um projeto de desenvolvimento.⁵¹

A avaliação da crise da sociedade destaca o seu sentido global e estrutural,

“motivada...por uma acumulação de processos econômicos e políticos que vem se desenvolvendo há longos anos. A evidência de que há um impasse no padrão de acumulação capitalista no Brasil está expressa na queda brutal da economia brasileira na década de 80. A incapacidade das classes dominantes de estabilizarem um regime político perpassa os anos da crise da ditadura militar e toda a experiência da ‘Nova República’”.⁵²

Reconhecendo que “ainda não temos condições de impor nossa saída para a crise e podemos não vir a tê-la”; depois de assinalar o aspecto internacional da crise e de relacioná-la com o caráter dependente do capitalismo brasileiro, identifica o horizonte da situação:

“A idéia de que estamos vivendo uma crise é importante porque dá a amplitude das tarefas e dos desafios que estão pela frente: não existe solução

⁵⁰ PONT, R. - Breve História PT, Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, Brasília, 1992, p. 55.

⁵¹ 6º EN.

⁵² 6º EN, p. 5.

à vista e é a direção da sociedade e o problema do poder que estão, ao final do processo, em jogo. A idéia esclarece que estamos diante de anos de grandes enfrentamentos de classe, de instabilidade institucional e forte tensão política, e que, portanto, temos de atualizar nosso programa...”⁵³

A partir desta potencialidade aberta pela crise, a conquista do governo central é vista como

“possibilidade de iniciar um acelerado e radical processo de reformas econômicas, de lutas políticas e sociais. Tudo isso criará condições para a conquista da hegemonia política e de transformações socialistas”.⁵⁴

A avaliação do 9º Encontro Nacional (1994), expressa nas Bases do Programa de Governo, apresenta um corte diferente: a análise econômica da crise é muito mais aprofundada e detalhada, mas, de certo modo, sobrepõe-se como visão geral da crise. A visão da crise é assim bifurcada e o potencial de desdobramento perde a unidade política-econômica antes obtida. O tom economicista é bastante visível:

“Retirar o Brasil da crise e iniciar um novo ciclo de crescimento econômico sustentado e de qualidade distinta dos anteriores — baseado na distribuição de riqueza, renda e poder e com equilíbrio ecológico — é nossa meta principal, que se articula com o objetivo estratégico de construção de uma sociedade socialista e democrática.

A crise na qual o Brasil está imerso tem dimensões históricas. Não se trata de um mero interregno, entre outros, na vida de uma economia que retoma seu fôlego para voltar a crescer. Nossa sociedade experimentou grandes mutações entre 1930-80, industrializando-se, urbanizando-se e constituindo-se como um sistema nacionalmente integrado. Esgotado o dinamismo decorrente destes três grandes processos, bem como o sistema de financiamento a ele associado — baseado na expropriação de parte do

⁵³ 6º EN, p. 5.

excedente agrícola, no arrocho salarial e em financiamentos externos — a Nação perdeu sua própria imagem de futuro, sem que esses mesmos processos a tivessem levado a ajustar completamente suas contas com o passado. Inaceitável concentração de renda e riqueza, bolsões de pobreza e uma estrutura agrária excludente — características típicas de sociedades atrasadas —, presentes neste fim de ciclo industrial, agravaram-se durante a grande estagnação que a ele se segue. Isto denuncia a predominância de um modelo de crescimento baseado na grande exploração da força de trabalho, desigualdades regionais ampliadas, dependência externa, distorções na estrutura produtiva e agressões ao meio ambiente. Operando com um mercado restrito, abastecido com bens de luxo produzidos com tecnologias capital-intensivas por grandes oligopólios nacionais e estrangeiros, foi um desenvolvimento para poucos, incapaz de explorar plenamente as potencialidades do Brasil.

Ao esgotamento desse ciclo de cinquenta anos, pressões externas derivadas da constituição de uma nova (des)ordem mundial, fortemente excludente, e internas, derivadas de centros de poder da velha ordem, combinaram-se para dar lugar a uma crise marcada por uma aparente ausência de projeto, que se prolonga até hoje.”⁵⁵

Esta longa passagem retirada das Bases... é uma amostra bastante representativa da visão da crise, que reaparece várias vezes no texto. Se voltarmos às Diretrizes⁵⁶, veremos um tratamento um pouco mais próximo ao dado pelo 6º Encontro Nacional:

“As propostas que apresentará em seu Programa de governo-94 apontam para transformações de caráter democrático e antimonopolistas -

⁵⁴ 6º EN, p. 23.

⁵⁵ PARTIDO DOS TRABALHADORES - Bases do Programa de Governo. 1994. Uma Revolução Democrática no Brasil. São Paulo: Teoria e Debate, 1994, p. 10 e 11. Citado em seguida como BASES.

⁵⁶ PARTIDO DOS TRABALHADORES - 1994. Lula Presidente. Uma Revolução Democrática no Brasil. Programa de Governo. Projeto para Discussão, 2ª edição, Cadernos de Teoria e Debate, São Paulo, 1994, p. XI.

antilatifundiárias e antiimperialistas - que se inserem em uma estratégia de longo prazo de construção de uma alternativa ao capitalismo, uma revolução democrática que mude radicalmente as bases do poder.”

Ainda que com um enfoque centrado na economia (com perdas, portanto, para a análise da globalidade da crise e de suas potencialidades), permanece um vínculo, mais diluído é verdade, entre desenvolvimento e alterações na estrutura do poder. Poderíamos dizer que o que se altera a fundo é a ordem dos fatores: é o novo tipo de desenvolvimento que determina a questão do poder.

b2) Projeto de desenvolvimento e a questão do poder

Passamos agora a expor o que estamos chamando de projeto de desenvolvimento nacional do PT, começando com aquele definido no 6º Encontro Nacional.

Com as Diretrizes para a elaboração do Programa de Governo, o 6º Encontro Nacional define uma relação básica entre reformas (que visam gerar um novo modo de desenvolvimento) e poder, onde uma dinâmica anti-capitalista é o que dá coerência à visão de conjunto.

“A efetivação de medidas deste gênero - reformas de conteúdo antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista (CH) - mesmo que de cunho não explicitamente socialista, choca-se com a estrutura do capitalismo aqui existente e somente poderão ser adotadas por um governo de forças sociais e políticas em choque com a ordem burguesa(...)o governo democrático e popular e o início da transição ao socialismo são elos do mesmo processo.”⁵⁷

⁵⁷ 6º EN, p. 26.

O novo desenvolvimento proposto pelo PT aponta para um outro modo de organização social: “o PT não acredita na possibilidade de uma etapa de ‘capitalismo popular’ no país”.⁵⁸

Ao mesmo tempo, é um novo tipo de poder que pode viabilizar o desenvolvimento.

Já vimos que a formulação do 9º Encontro Nacional dá uma certa continuidade a esta idéia básica, com uma alteração de ordem. Isto é confirmado ainda pela introdução do capítulo econômico:

”Com o Governo Democrático e Popular as maiorias nacionais serão chamadas a um engajamento ativo na definição das questões econômicas. Assumindo a direção da Nação, promoverão um processo de democratização da vida econômica, e procurarão reorientar a economia, buscando um novo ciclo de desenvolvimento, baseado na constituição de um mercado interno de massas, isto é, na criação de um círculo virtuoso de crescimento entre salários, produtividade, consumo e investimentos. Haverá um processo de distribuição da riqueza, da renda e do poder, condição do novo processo de desenvolvimento.(...)”

O primeiro elemento que distinguirá o novo ciclo de desenvolvimento será que sua dinâmica será dada por um circuito virtuoso de crescimento entre produtividade, salários, consumo e investimentos. Sua preservação ao longo do tempo dependerá, portanto, de gerar progressiva desconcentração da renda nacional.

Promoveremos o desenvolvimento a partir da criação de um mercado interno de massas. Isto requererá:

- um Estado reformado: organizado, “desprivatizado” e aberto a participação popular, a serviço da sociedade e da soberania nacional (...)”⁵⁹

⁵⁸ Idem.

O potencial transformador do projeto é reduzido, com sua ordem invertida - como assinalamos - mas também com prazos bastante alongados, o que fica mais claro ainda no enunciado da concepção do projeto:

“Esse projeto antilatifundiário, antimonopolista, antiimperialista e democrático-radical, materializa um compromisso de nosso governo em responder de modo conseqüente às demandas nacionais e às exigências populares.(...)”

Não contrapomos, portanto, o nosso governo democrático e popular com a luta pelo socialismo. Lutamos pelo fim da exploração e da injustiça (...)

O governo Lula faz parte desta luta, não apenas pelas reformas que realizará, mas principalmente porque imprimirá uma nova dinâmica à sociedade brasileira, em que os setores populares poderão lançar-se rumo a objetivos cada vez mais amplos.”⁶⁰

É o caso de ressaltar a ampliação do conceito de democratização em direção à vida econômica⁶¹, que procura inserir uma dinâmica política no interior do viés marcadamente econômico do projeto. Isto, no entanto, no nosso entendimento, não altera a orientação geral do segundo programa que estamos descrevendo.

b3) Mercado interno e mercado internacional

A relação mercado interno/mercado internacional pode ser abordada utilizando o mesmo procedimento.

⁵⁹ BASES, p. 116 e 118.

⁶⁰ BASES, p. 13.

⁶¹ BASES, p. 119.

Entre os pressupostos do “novo modelo de desenvolvimento econômico” o 6º Encontro Nacional inclui

“mudanças amplas e estruturais na ordem capitalista vigente, opondo-se ao modelo econômico dependente do imperialismo, controlado pelos monopólios e latifúndios” e o “rompimento dos laços de dependência financeira e tecnológica com o sistema capitalista internacional”.⁶²

Define-se mais adiante uma posição contrária ao pagamento da dívida externa, através da suspensão do seu pagamento e de uma auditoria para verificar a sua legitimidade e da proposta de uma aliança internacional dos países devedores. O capital estrangeiro terá sua ação sob controle “da mesma forma que os oligopólios de capital brasileiro”, objetivando a transferência de tecnologia e a inserção em áreas consideradas prioritárias pelo governo.⁶³ Por fim define uma política externa voltada à luta por uma nova ordem internacional “que liquide as relações de subordinação e dependência”, afirmando ainda que o novo governo

“terá uma política antiimperialista e prestará solidariedade irrestrita às lutas em defesa da autodeterminação e da soberania nacional, e a todos os movimentos em favor da luta dos trabalhadores pela democracia, pelo progresso social e pelo socialismo”.⁶⁴

Esta visão, aliada às reformas distributivas, configura uma idéia geral de fortalecer uma dinâmica endógena e de proteção ao mercado interno e de reconstituir uma autonomia nacional nas decisões econômicas. No novo modelo de desenvolvimento a dinâmica não só é dada pelos fatores internos como a integração dependente é vista como nociva em várias dimensões.

⁶² 6º EN, p. 31.

⁶³ 6º EN, p. 34.

O 9º Encontro Nacional, como já dissemos, desenvolve muito mais amplamente a tese do mercado interno de massas como motor do crescimento. Este é o mecanismo que anima o projeto geral.⁶⁵ Apesar disso, a relação com o mercado externo é vista de forma não tão conflitiva, alterando os termos em que é colocada no primeiro programa. Há aqui uma maior expectativa de complementaridade e de se beneficiar com esta relação, obviamente, reduzindo o tom dependentista de 1989.⁶⁶ De outro lado, não há dúvidas quanto a alguns conflitos (apesar da idéia subjacente de que o espaço internacional do capital havia se modificado favoravelmente⁶⁷), como é o caso do tratamento proposto para a dívida externa. Mesmo com uma fórmula diferente da usada no primeiro programa, o desfecho previsível da questão seria a suspensão dos pagamentos da dívida externa.⁶⁸

b4) Reforma agrária

Nos dois momentos de elaboração do projeto de desenvolvimento a questão agrária (e agrícola) ocupa um lugar de destaque. A forma de tratamento em ambos procura destacar estes dois aspectos, o que se refere à propriedade e o que se refere ao "modelo agrícola".

⁶⁴ 6º EN, p. 40.

⁶⁵ BENJAMIN, C. - Por um novo e longo ciclo, in Partido dos Trabalhadores, Teoria e Debate nº 22, São Paulo, p.19. Nos debates preparatórios do segundo programa de Lula, a expansão do mercado interno, via elevação da massa salarial, foi vista como um elemento básico para impulsionar a economia dada a difícil recuperação de um Estado em crise de financiamento.

⁶⁶ BASES, p.143 e 144.

⁶⁷ COUTROT, T. - Hacia un programa económico de Lula, in Inprecor para América Latina, n.º 41, abril de 1994.

⁶⁸ BASES, p. 147 e 148.

No primeiro projeto - 1989 - o que se discute é a reforma agrária, mesmo anunciando "dois grandes eixos: o plano agrário, marcadamente antilatifundiário e comprometido com a reforma agrária, e o plano de política agrícola, que defende um modelo de produção agrícola democrático e popular"⁶⁹. As medidas dirigem-se, então, para eliminar a grande propriedade e sua capacidade de organizar as relações de poder no campo. São ilustrativas deste enfoque as seguintes medidas:

"Revisão da Constituição Federal, na parte que declara a propriedade produtiva como insuscetível de desapropriação (...), propondo ainda a "fixação de um tamanho máximo para as propriedades fundiárias, particulares, considerando um enquadramento modular para cada região, tipo de produção e o conjunto de propriedades de cada proprietário, com a desapropriação das áreas que excedam esse limite";

"Desapropriação de imóveis rurais improdutivos, como tais considerados os que não cumpram sua função social..., os que não tenham grau de utilização de terra igual ou superior a 80%, grau de eficiência de exploração igual ou superior a 100% e aqueles cujos proprietários não cumprem a legislação que rege as relações de trabalho e os contratos de uso temporário da terra".⁷⁰

Estes objetivos – e, talvez mais ainda, a dinâmica a eles inerente – são coerentes com a perspectiva geral que anima o primeiro projeto de desenvolvimento, focada nas transformações políticas a partir do enfrentamento das grandes contradições do desenvolvimento tardio e bloqueado. É possível dizer, entretanto, que o projeto minimiza a questão propriamente econômica da adequação produtiva da agricultura ao

⁶⁹ 6º EN, p 34.

⁷⁰ Idem, p. 35.

novo modelo de desenvolvimento centrado em reformas distributivas, e, portanto, em uma expressiva ampliação do mercado interno.

O segundo projeto - 1994 - efetivamente trabalha com os dois "grandes eixos" mas com ênfase para o segundo, ou seja, para um conjunto de medidas visando a reorganização da produção agrícola em função de dar suporte ao desenvolvimento baseado no mercado interno de massas. Além disso, o caráter da reforma agrária adquire um sentido governamental, desaparecendo a noção enfatizada no primeiro projeto de uma reforma "sob controle dos trabalhadores".

Assim resume:

"Este programa persegue quatro objetivos, que representam em conjunto os pilares deste novo contrato social entre a agricultura e a sociedade brasileira:

- democratizar a propriedade rural (...) como forma de desconcentrar a renda e democratizar as relações sociais e de poder no campo;

- fortalecer a agricultura familiar para expandir a produção e a renda, e ampliar a oferta de postos de trabalho no campo; conter o êxodo rural...; multiplicar as fontes de abastecimento do mercado interno e desenvolvimento da agroindústria;

- garantir uma política de segurança alimentar, assegurando a disponibilidade de alimentos a preços baixos...;

- promover o desenvolvimento rural, dando condições para uma agricultura auto-sustentável...".⁷¹

A política de reforma agrária de 1994 praticamente deixa de lado o objetivo destacado do primeiro projeto de eliminar a grande propriedade. As grandes propriedades passam a ser consideradas para efeito da reforma agrária nos casos de

⁷¹ BASES, p. 131.

subutilização ou áreas não exploradas, onde se configurarem como áreas de conflito ou ainda em casos de inandimplência dos proprietários.⁷² Além de perder, portanto, seu caráter massivo, com repercussões óbvias para o impacto nas relações de poder na agricultura (e na sociedade), sua implementação é vista como algo bastante dilatado no tempo:

"(...) (a solução d) "este problema ultrapassa o período de um mandato, o governo Lula propõe um plano de 15 anos..."⁷³

A ênfase do segundo projeto de desenvolvimento nacional do PT é o reordenamento econômico da produção agrícola, através de um amplo processo de crédito orientado para a modernização da pequena e média propriedade, para a infraestrutura e para os sistemas de distribuição e comercialização da produção. É uma orientação, neste sentido, coerente com o "eixo" marcadamente econômico que organiza o projeto de desenvolvimento . A política para a agricultura é voltada, então, para constituir um modelo agrário e sobretudo agrícola, baseado na pequena e média propriedade, associado ao objetivo de constituir um mercado interno de massas.

Entre estas duas elaborações é possível verificar uma linha de continuidade formal, mas sobressaem, com evidência, os traços diferenciais. Em 1989, o projeto agrário visa alterar as relações de poder na agricultura (com suas amplas repercussões na sociedade); em 1994, o objetivo central é a articulação econômica da produção agrícola em consonância com a expansão do consumo de massas.

⁷² Idem, p. 132.

⁷³ Idem, p. 131.

b5) Inflação

O tema da inflação não só foi alvo de uma intensa disputa teórica (e política) de forma associada aos debates sobre o desenvolvimento desde a década de 50, como foi ao longo deste período um fato relevante e persistente na história econômica do Brasil e dos países da região.⁷⁴ O Brasil, no período que estamos analisando, assistiu a um acirramento do problema e uma série de tentativas para resolvê-lo.⁷⁵ O país estava ante a ameaça de uma hiperinflação ao final do governo Sarney. Citamos estes fatos, que retomaremos detidamente no capítulo seguinte, para introduzir, na forma de contraponto, o tratamento dado pelo primeiro projeto de desenvolvimento ao tema.

O programa de 1989 não desenvolve um tratamento da questão da inflação. Marginalmente, dentro da discussão sobre Política de Rendas, o assunto é mencionado da seguinte maneira:

⁷⁴ A inflação não só é um fato recorrente na história econômica do Brasil desde a década de 50 como alvo de importantes batalhas teóricas que opuseram e formaram campos de interpretação antagônicos. A mais famosa destas disputas foi a que opôs estruturalistas e monetaristas no final da década de 50 e início dos 60. O tema foi tratado com destaque por autores vinculados à CEPAL (os estruturalistas), embora pouco incorporado aos seus documentos oficiais. Nesta análise destacavam-se as chamadas causas primárias (especialmente os desequilíbrios externos e a rigidez da oferta agrícola, que decorriam da estrutura produtiva; incluíam-se ainda aspectos institucionais entre estas origens primárias da inflação) e os chamados mecanismos de propagação (entre os quais se destacavam o déficit fiscal, um sistema bancário fluído e o conflito distributivo). Para esta visão o enfoque monetarista concentrava-se nestes últimos fatores; sua terapia implicava em políticas recessivas e atuantes apenas nos mecanismos de propagação, sem alterar os elementos estruturais; portanto em uma visão antidesenvolvimentista. A inflação só poderia ser vencida com o desenvolvimento. O enfoque estruturalista considerava portanto a inflação como inevitável e simultânea - embora não benéfica - ao desenvolvimento por substituição de importações. Conforme RODRIGUEZ, op. cit. BIELSCHOWSKY, op. cit., analisa na mesma direção, embora com especificidades, o trabalho de Furtado sobre a inflação no Brasil.

⁷⁵ A taxa média mensal de inflação passa de 7,6% em 1986 para 24,8% em 1989. Neste período várias tentativas na forma de plano de combate a inflação foram realizadas e frustradas: Plano Cruzado (1986), Cruzado II (também em 1986), Plano Bresser (1987) e Plano Verão (1989).

"(...) é necessário implantar urgentemente uma política de preços, com mecanismos democráticos de administração dos mercados, para impedir que o poder dos grandes capitalistas acabe por reverter por meio da inflação e da desorganização do abastecimento os avanços conseguidos".⁷⁶

A questão seria tratada no chamado Plano de Ação de Governo - que não chegou a ser concluído, como já assinalamos - ou em proposta específica.⁷⁷ Isto, porém, não chegou a se efetivar plenamente.

Em 1994 o tema é longamente tratado. Neste momento estava em andamento a implantação da chamada fase II do Plano Real, finalmente completado em junho. O tema, portanto, era obrigatório. Apesar de dispensar várias páginas à questão da inflação, a proposta apresentada situa-se em marcos genéricos, sob o argumento de que era preciso apreciar a situação concreta para formular uma posição mais clara, o que se teria ao fim do governo em curso.

A análise da inflação destaca três aspectos causais: o conflito distributivo, os desequilíbrios da balança de pagamentos e a fragilidade do financiamento público, expresso principalmente no orçamento do governo federal. Rejeitava a concepção de que a origem era basicamente monetária e sua decorrência em termos de enfrentamento.⁷⁸

⁷⁶ 6º EN, p. 32.

⁷⁷ No texto do Plano de Ação Governamental que não chegou a ser aprovado no seu conjunto o tema da inflação continua a receber um tratamento modesto. Considera que as principais medidas do programa atacam as causas básicas da inflação: dívida externa, capacidade fiscal e de planejamento do Estado; sistema financeiro; produção de alimentos, oligopólios. Admite, no entanto, que tais medidas podem não ser suficientes, acrescentando, então, a proposta de constituir um sistema permanente de negociação de preços. Medidas como congelamento e de intervenção nos mercados poderiam vir a ser utilizadas. Partido dos Trabalhadores, Plano de Ação de Governo, mimeo, dezembro de 1989.

⁷⁸ BASES, p. 150.

A visão básica de uma alternativa de combate à inflação era a de que a

"(...) estabilização precisa ser implementada dentro dos marcos de uma política global que promova, simultaneamente, o desenvolvimento econômico e a distribuição de renda", o que requer "o início imediato de um novo ciclo de crescimento".⁷⁹

A partir deste enfoque apresentam-se propostas para os três aspectos destacados:

- frente ao conflito distributivo a idéia básica é a de constituir um amplo fórum de negociação de preços e salários e secundariamente recuperar a capacidade de regulação dos mercados pelo Estado. Esta posição está intimamente vinculada a um processo de crescimento, que permitiria a pactuação proposta;

- face à debilidade financeira do Estado destaca-se a reforma do orçamento de modo a permitir um efetivo controle e uma reforma tributária de caráter progressivo para elevar as receitas fiscais;

- e em relação ao balanço de pagamentos, àquela altura impactando fortemente a expansão monetária, propunham-se medidas de controle do fluxo de divisas e de capitais.⁸⁰

A argumentação de conjunto conduz à visão de controlar a inflação em um processo subordinado à política de desenvolvimento. Um mecanismo central neste processo é a negociação entre empresas, trabalhadores e governo, supondo-a possível no curso de um esperado crescimento econômico e ampliação do mercado interno. Recusa-se um tratamento concentrado no tempo - visto como uma inversão na relação política antiinflacionária e política de desenvolvimento - e centrada em aspectos especificamente

⁷⁹ Idem, p. 151.

⁸⁰ Idem, p. 152 e 153.

monetários. Deste ponto de vista a concepção de como resolver um problema central do desenvolvimento tem uma sequência linear entre o primeiro e o segundo projetos - sendo que no primeiro a dependência do desenvolvimento e de transformações políticas é sumária (e problemática) a ponto de não receber um tratamento específico.

Esta questão foi alvo de intensa polêmica em 1994 no curso da elaboração do programa e posterior à sua conclusão em maio. Recorrer, ainda que de modo sintético, a este debate ajuda a compreender a proposta contida nas resoluções do 9º Encontro Nacional, documento básico que tomamos para analisar o segundo projeto de desenvolvimento nacional do PT.

Dentre as várias posições apresentadas nesta discussão duas fornecem o contraponto principal, situando-se as demais entre elas. A diferenciação básica poderia ser resumida em dois enfoques, gradualismo versus ataque frontal.⁸¹ A concepção gradualista⁸² considerava que o problema inflacionário seria resolvido ao longo de um processo de retomada do crescimento econômico. Mesmo considerando vários aspectos causais, dava um grande peso ao conflito distributivista e por isso o eixo de sua resposta antiinflacionária era a construção de uma vasta cadeia de foros de negociação de preços e salários. Ao mesmo tempo, supunha que a retomada de um novo processo de desenvolvimento viabilizaria as pré-condições econômicas (as pré-condições políticas estariam dadas por um governo democrático e voltado para a realização de reformas de

⁸¹ MACHADO, J. - Debate econômico na campanha Lula, em Teoria e Debate n.º 27, dez.94/jan.

⁸² SINGER, P. - A batalha decisiva, em Teoria e Debate n.º 25, jun/jul 94.

interesse dos trabalhadores). A concepção de um choque frontal⁸³ considerava necessário eliminar a inflação rapidamente. Apesar de incluir entre as causas o conflito distributivo e outros, o elemento central a ser atacado era a fragilidade financeira do Estado e a quebra de confiabilidade da moeda. Assim pensava como política básica refazer o sistema monetário e fortalecer a capacidade financeira do Estado; um dos mecanismos básicos para isso constituía em criar referenciais internos para uma nova moeda.

Ambos os enfoques propunham combinar-se à política de desenvolvimento. O viés gradualista - o que mais influenciou a redação final do programa aprovado pelo 9º Encontro Nacional - guardava mais relação com a abordagem tradicional da esquerda e de setores críticos latino-americanos.⁸⁴ Formalmente subordinava a política antiinflacionária à retomada do desenvolvimento. Era a partir desta retomada que se criariam as condições econômicas para a execução do principal mecanismo de estabilização de preços, que era o sistema de negociação. Além disso via como obstáculo ao desenvolvimento as políticas centradas no combate à inflação.

A concepção de choque também buscava expressar uma relação formal com o desenvolvimento. Implicava, no entanto, ao menos um período em que o elemento determinante de política seria a estabilização, o que decorria da idéia de um conjunto de medidas concentradas no tempo e com peso em uma ampla mudança do sistema

⁸³ SUPLICY, E. e outros - Estabilização com crescimento e distribuição de renda, em Combate à inflação, 'Plano Real' e campanha eleitoral, São Paulo, edição dos autores, 1994; Batista Jr., P. N. - Contra a inflação, o ataque frontal, em Teoria e debate n.º 23, jan/fev 94.

⁸⁴ Especificamente em relação à abordagem estruturalista. É de notar-se que esta não conseguiu desenvolver políticas de curto prazo em relação à inflação, o que decorria de sua

monetário. Deste ponto de vista, a abordagem inovava em relação à linha de elaboração que vinha desde o primeiro projeto. Visto pelo ângulo dos efeitos sobre o desenvolvimento, a proposta de choque traria um importante impacto na distribuição de renda e na ampliação do mercado interno com o fim do “imposto inflacionário”, portanto incidindo fortemente na consecução do principal objetivo expresso no segundo projeto de desenvolvimento, qual seja, a constituição de um mercado interno de massas. Isto era reivindicado pelos autores desta abordagem, que expressavam uma crítica à forma de tratamento tradicional dado pela esquerda ao tema.⁸⁵ De outro lado, a idéia de um período concentrado em uma política de estabilização nestes moldes exporia conflitos sociais decisivos que vinham se prolongando há anos na sociedade e na economia brasileiras.

A análise deste assunto levanta uma importante inconsistência do projeto de desenvolvimento nacional proposto pelo PT. Assumindo um corte interpretativo que aproxima da tradição de autores estruturalistas - ausência de uma política específica, considerando que a superação da inflação somente se daria com o desenvolvimento - em uma situação histórica em que o problema tinha já adquirido um caráter estruturador do funcionamento da economia brasileira - a formulação do PT deixou de estabelecer

análise geral e, obviamente, das necessidades de financiamento inflacionário impostas pelo curso real do desenvolvimentismo. Conforme RODRIGUEZ, O. - op. cit., capítulo VI.

⁸⁵ Apesar de nenhum destes enfoques reivindicarem a continuidade de uma abordagem estruturalista e de não retomarem as causas básicas levantadas por esta, a concepção gradualista se aproximava mais da metodologia estruturalista, pois era mais claramente subordinada a modificações econômicas de longo prazo, menos caracterizada como política de curto prazo.

Os autores da proposta de “ataque frontal” à inflação criticam a tradição da esquerda e de setores críticos na região no que diz respeito ao tema da inflação: “A intelectualidade e os partidos de esquerda no Brasil e na América Latina de um modo geral vêm demorando a se dar conta da importância econômica e social do problema após as crises inflacionárias da década de

uma proposição que contribuiria para uma das principais teses do projeto de desenvolvimento, a da constituição de um mercado interno de massas. Ao mesmo tempo não deixa de chamar a atenção, na visão que prevaleceu sobre o tema, a idéia de uma administração - através da negociação e pactuação - dos conflitos em torno à distribuição de renda e em torno às fontes de financiamento.

b6) Estado: papel econômico e transformações políticas

O Estado desempenha um papel econômico central no projeto de desenvolvimento nacional do PT. Trata-se da principal força econômica para impulsionar o processo de desenvolvimento. Para cumprir esta atribuição são destacados dois aspectos da atuação estatal: como agente regulador do mercado - face ao comércio exterior e ao controle do movimento de capitais do e para o país; em relação ao financiamento, através de políticas de crédito orientado; e também através de mecanismos de controle de preços; como agente produtivo, através das empresas estatais, cuja privatização seria revista, tendo o setor produtivo estatal um relançamento em termos econômicos.

Do ponto de vista econômico, a função do Estado é bastante semelhante quando comparamos os programas de 1989 e 1994. Alguns diferenciais, no entanto, podem ser notados em relação a três pontos específicos.

80 e têm pago elevado preço político por esse erro de avaliação". Retirado de Suplicy, E. e outros, *Porque o Real nos derrotou?*, São Paulo, edição dos autores, 1994, p. 46.

O programa de 1989 admite um grau de estatização maior, chegando a levantar a hipótese de estatizar o sistema financeiro.⁸⁶ Além disso, o poder regulatório do Estado também é visto com maior alcance. Em relação às relações econômicas com o exterior o programa de 1989 admite a possibilidade de centralizar o câmbio e o comércio exterior.⁸⁷ Em 1994 este tipo de alternativa simplesmente não está presente.⁸⁸

Outra alteração diz respeito à condição de recuperar a capacidade financeira do Estado, que interfere, naturalmente, no desempenho da atribuição a ele conferida. É possível identificar no programa de 1994 a preocupação em encontrar mecanismos que compartilhem com o Estado a tarefa de relançamento da economia. Isto é buscado através de duas formas. A primeira é a elevação da massa salarial, principalmente dos extratos mais baixos, que teria um impacto multiplicador semelhante a uma elevação do gasto público.⁸⁹ A segunda é a participação ao setor privado em investimentos até então típicos da atividade do Estado desenvolvimentista, como por exemplo em infraestrutura.⁹⁰

Que tipo de mudanças políticas realizar no Estado de modo a compatibilizar a atribuição econômica voltada para dinamizar o desenvolvimento? Como relacionar

⁸⁶ 6º EN, p. 33

⁸⁷ 6º EN, p. 34.

⁸⁸ BASES, p. 148 a 150.

⁸⁹ Ver nota 35. Esta argumentação, no entanto, permite um questionamento elementar: dificilmente a elevação da massa salarial nestes termos provocaria um impacto generalizado, atingindo, por exemplo setores chaves da economia que demandam um investimento concentrado e grandes volumes de capital, ou seja, capacidade de centralizar capital. Muito provavelmente o impacto seria concentrado nos setores que produzem bens de consumo popular.

⁹⁰ BASES, p. 142.

mudança econômicas e alterações políticas no Estado? Como os ritmos deste processo se relacionam?

As transformações políticas do Estado são propostas a partir de dois grandes eixos, a democratização e o que é chamado de desprivatização.

Em relação à democratização há a combinação de medidas para a intensificar a democracia representativa e para a introdução de mecanismos de participação direta dos cidadãos. Esta linha está presente nos dois programas, com uma importante continuidade.⁹¹

Como mencionamos anteriormente, o texto do programa de 1994 aprofunda o programa anterior ao detalhar o entendimento da democratização para além do Estado, destacando a necessidade de introduzir no interior da dinâmica econômica mecanismos de fiscalização e controle das decisões empresariais, objetivando reduzir o poder de decisão do capital na esfera econômica, incluindo o espaço microeconômico.⁹²

A desprivatização é entendida, nos dois programas, no sentido de retirar as agências estatais bem como as políticas públicas da influência privada.⁹³

Estamos, portanto, diante de um Estado cujo papel econômico é renovado e ampliado; ao mesmo tempo, este mesmo Estado tem sua forma profundamente revista no sentido da sua democratização e desprivatização.⁹⁴

⁹¹ 6º EN, p. 28 a 31; BASES, p. 14 a 17 e p. 43 e 44.

⁹² BASES, p. 119 a 121.

⁹³ 6º EN, p. 32 e 33; BASES, p. 140 a 143.

⁹⁴ Abordaremos no capítulo III esta diferença qualitativa fundamental do projeto de desenvolvimento nacional do PT frente ao desenvolvimentismo, que propugnava a autonomia estatal para desempenhar a contento suas funções de planejamento e de atuação direta na economia.

Já tratamos de dois aspectos diferenciais nos dois programas que voltam a ter peso no ponto que estamos analisando. Os ritmos das mudanças políticas e econômicas bastante mais dilatado no segundo programa e a ênfase econômica que orienta o segundo problema, condicionam as mudanças políticas no Estado.

Embora o papel conferido ao Estado na condução do desenvolvimento tenha continuidade entre os dois programas - ambos o tratam como agente coordenador e impulsionador direto do processo - a presença de um Estado modificado ou em transformação é muito mais decisiva na primeira elaboração. Neste caso, é para ele que convergem as tensões do processo. Assim, a visão do ritmo das alterações a ser imprimidas ao Estado aparece de forma distinta: pensado principalmente como agente do desenvolvimento e reformado para isso (sem deixar de perseguir a longo prazo maiores mudanças), em 1994; e como base para consolidar mudanças rápidas na correlação de forças e nas relações de poder entre as classes, em 1989.

c) Uma síntese

O exame efetivado nas duas seções anteriores permite-nos considerar o conjunto de elementos da elaboração do PT em torno a uma alternativa para o país como um projeto de desenvolvimento nacional.

No primeiro momento (1989) incidem com bastante força, compondo o núcleo da formulação, alguns elementos de uma visão de transição ao socialismo, o que é dado pela crítica ao Estado (ao pressuposto de uma radical alteração como base para implementar o projeto), pela crítica ao desenvolvimento capitalista e pela dinâmica anti-capitalista para o desenvolvimento de novo tipo. Nesta formulação desenvolvimento e

transição são tratados em conjunto, com o segundo “guiando” a visão geral do projeto. Mais ainda, a perspectiva é de constituir um processo nacional autônomo face ao mercado e ao capital internacionais, fortalecendo o caráter nacional do projeto e distanciando-se (senão opondo-se) à dinâmica do capitalismo internacional (imperialismo).⁹⁵

Em certa medida, o programa de 1994 prossegue o de 1989, como se pode ver nas Diretrizes para o Programa de Governo (1993), nas resoluções do 9º Encontro Nacional (1994) e nas Bases do Programa de Governo (1994). Neste momento, no entanto, o eixo mais coerente é a retomada de certo desenvolvimentismo⁹⁶, ocupando um lugar central a idéia que o motor do programa é um conjunto de reformas econômicas, em particular as que gerariam um mercado interno de massas (que subordina as demais idéias e configura o tom economicista da visão geral de projeto). A anterior relação entre desenvolvimento e poder é alterada, com o primeiro assumindo o “posto de comando”. Além disso, a relação com o mercado internacional assume um caráter ambíguo: por um lado afirma-se um desenvolvimento centrado num mercado

⁹⁵ 6º EN, p. 40.

⁹⁶ Aqui tomamos a definição dada por Bielschowsky para desenvolvimentismo: “...a ideologia da transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais: a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas do mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje; c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente.” Bielschowsky, op. cit., p. 7.

interno de massas, por outro assume também uma postura menos conflitiva frente ao hegemonismo (e não mais imperialismo).⁹⁷

A partir do exame de cada um dos cinco elementos que destacamos para caracterizar o projeto e a evolução que tiveram entre os dois grandes momentos de elaboração, procuraremos apresentar uma visão resumida de conjunto, que procura destacar a relação entre desenvolvimento, poder e mercado, e sintetizar os dois momentos de elaboração:

- um desenvolvimento que implica e que depende de transformações do poder estatal. A compreensão dos ritmos deste processo e da relação entre fatores políticos e econômicos é diferente nos dois programas (1989 e 1994) e isto traz implicações sobre a articulação entre os componentes do projeto e sobre a visão da sua dinâmica;

- um desenvolvimento com crescente autonomia nacional, retomando a constituição de um mercado interno de massas através de reformas distributivas e de um fortalecimento da dinâmica endógena. Esta é a estratégia econômica básica e se articula em maior ou menor grau com o primeiro elemento. O grau de proteção e de dinamismo centrado nos aspectos internos têm compreensão diversa nos dois momentos de elaboração, dependendo principalmente da avaliação em relação ao tipo e amplitude de conflitos com o mercado internacional;

- um desenvolvimento que coloca como um dos objetivos centrais a efetivação da reforma agrária e de um novo modelo agrícola. Interpretações diferentes são colocadas nos dois momentos de elaboração: uma vendo a reforma agrária como um dos

⁹⁷ BASES, p. 50, p.116 a 119 e p. 143 a 145.

elementos centrais para alterar a estrutura de poder, outra vendo-a por um ângulo econômico (e talvez até modernizador);

- um desenvolvimento que tem no Estado um coordenador e impulsionador direto, reduzindo o poder do mercado, nacional e internacional, retomando a idéia de desenvolvimento como resultado não-espontâneo (especialmente em relação ao mercado internacional). A compreensão da amplitude do papel e do caráter da mudança do Estado não é homogênea, considerando os dois momentos de elaboração do projeto. Depende certamente de uma visão, que também não é homogênea, dos conflitos internos e internacionais desencadeados pelo projeto;

- por fim um desenvolvimento que deixa em aberto (ou como algo derivado da evolução de conjunto do projeto) a definição de pelo menos um aspecto particularmente importante na realidade brasileira e latino-americana do período, que é a questão da inflação.

Capítulo 2

Contexto histórico e o projeto de desenvolvimento nacional do PT

O projeto de desenvolvimento nacional defendido PT sofre significativas alterações entre 1989 e 1994. Como entendê-las à luz das mudanças ocorridas no Brasil e no plano internacional? Estas são as preocupações deste capítulo.

Adotamos uma perspectiva que considera múltiplas causas e a mútua influência entre elas para compreender a trajetória de um partido inserido em movimentos mais amplos na sociedade e nas lutas de classe. Vale dizer, de um partido que pode ser entendido como sujeito político mas que atua sob pressão de determinadas condições históricas. Estas condições são, elas próprias, objeto de luta visando sua alteração. Entretanto, ao mesmo tempo funcionam também como condicionantes da ação partidária.

Ainda que não seja o nosso objeto de trabalho o estudo do Partido dos Trabalhadores como um todo, mas sua formulação programática especificamente nos dois momentos assinalados, registramos, como pano de fundo, uma concepção de como analisar o PT. Estamos partindo de um ponto de vista que rejeita um tipo de interpretação monocausal, em particular o expresso em análises sobre o PT que fixam como variável básica sua relação com o Estado e sua composição orgânica, contrafaces da mesma linha de enfoque.⁹⁸ Ainda que sejam elementos muito importantes, quando

⁹⁸ Nesta linha de enfoque estão dissertações como CICONE, R. B. - Da Intenção ao Gesto: um olhar gramsciano sobre a possibilidade de integração do PT à ordem. Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas, 1995; GUIMARÃES, J. R. - Claro enigma: o PT e a tradição socialista. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP :

tomados de forma quase exclusiva podem conduzir a visões algo deterministas da evolução do PT.

Do mesmo modo não nos deteremos nos aspectos especificamente internos, como por exemplo a evolução das correntes internas e da “correlação de forças” entre elas. Ainda que, de forma similar à assinalada acima, também sejam elementos explicativos necessários para uma análise global do partido.⁹⁹

Claramente rejeitando uma relação de monocausalidade, aqui nos interessa a correlação de forças na sociedade, sua rápida alteração, como estas condições influenciam o partido e como este se posiciona neste contexto em movimento.

Nesta abordagem, especial atenção tem a dinâmica internacional, pois de certa forma, condiciona possibilidades e opções políticas da sociedade brasileira.

Duas partes compõem este capítulo.

s.n. , 1990; FURTADO, O. H. P. - Trajetos e Perspectivas Social-Democratas: Do Modelo Europeu para o PSDB e o PT no Brasil. Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas, 1996. Não é casual que estas abordagens adotem, em geral, a análise comparativa cotejando a experiência do PT com a socialdemocracia européia. No geral, omitem ou ao menos secundarizam este pano de fundo básico que são as relações sociais específicas da periferia do capitalismo e a inserção do partido em movimentos amplos da sociedade. A análise de Guimarães é rica sobretudo por relativizar a originalidade do PT, identificando experiências de constituição de partidos operários bem como debates no interior do movimento socialista que contribuem para traçar semelhanças entre o PT (e seus debates) e outras experiências. Questiona, corretamente, interpretações que procuram mostrar o PT como uma experiência absolutamente original. Traz também importantes contribuições para a análise da relação do PT com o Estado, alertando para sua “propensão” à integração. Sofre, no entanto, no nosso entendimento, do defeito de abstrair as condições históricas de periferia onde a experiência do PT se desenvolve.

⁹⁹ Vale anotar, de qualquer forma, um dado no mínimo aparentemente paradoxal. A composição da direção do partido se altera bastante quando comparados os anos de 1989 e 1994. No primeiro, era majoritária a corrente Articulação, considerada, como uma corrente de “centro”; no segundo, com a direção eleita em 1993 (no 8º Encontro Nacional), passaram a ser maioria as correntes situadas mais à esquerda do espectro interno do partido. Sustentamos no Capítulo 1 que o projeto político-econômico do partido evoluiu de posições mais radicais a menos radicais entre 1989 e 1994.

A primeira expõe e discute uma seleção de estudos e intervenções polêmicas que objetivam dar conta de certas características e mudanças no cenário internacional e na sociedade brasileira ao longo do período tomado como referência e que dizem respeito ao nosso tema. Vale dizer, alteram os termos políticos e econômicos para os quais se voltam o projeto de desenvolvimento nacional proposto pelo PT.

É evidente que não se trata de reproduzir a farta literatura sobre o período ou procurar reconstituir toda a complexidade de um período como este. Procuramos, sim, apontar algumas análises sobre aspectos que, a nosso juízo, interferem diretamente no objeto de estudo, que permitam contextualizá-lo: eles giram em torno ao caráter da crise brasileira dos anos 80, identificando os momentos de auge e de viragem, os conflitos fundamentais e as tendências de sua superação. Estamos nos referindo a um período em profunda e rápida mutação quando comparado ao que deu origem à temática do desenvolvimento, o pós-guerra. O tema que organiza esta parte, portanto, é a crise brasileira dos anos 80, sua viragem ao final destes anos e suas repercussões para a problemática do desenvolvimento e do poder no país.

A segunda parte do capítulo recupera para uma avaliação crítica os conceitos utilizados pelo PT frente à crise brasileira e às alterações no contexto internacional. No capítulo 1 procuramos mostrar que as formulações programáticas do PT, em 1989 e 1994, guardam estreita relação com o modo de avaliar a sociedade brasileira e a situação internacional em cada um destes momentos. Esta parte do capítulo buscará avaliar conceitos-chaves utilizados pelo partido - como crise nacional e crise do desenvolvimento - tendo como contraponto as análises escolhidas para sumariar o debate sobre aquele período, organizadas na primeira parte deste capítulo. Será

obrigatório remetermos, ainda que de forma limitada, para algumas referências do debate sobre as crises. Aqui também terá lugar uma avaliação da significativa alteração programática sobre o modo de encarar a dinâmica internacional do capitalismo.

a) Dinâmica da sociedade brasileira e dinâmica internacional nos anos 80

Nesta seção serão tratados três aspectos que a nosso ver permitem sumariar alguns pontos nodais do contexto político-econômico com que se defronta o Partido dos Trabalhadores nos anos 80. São estes:

- a posição singular assumida pelo país no plano internacional, e em particular no ambiente latino americano, que o colocou em significativo descompasso (e em conflito) em relação às políticas preconizadas por instituições e Estados dominantes na economia e nas relações internacionais;
- a perda do dinamismo econômico que caracterizou um determinado padrão de desenvolvimento que marcou, com a especificidade de fases bem demarcadas, a evolução do país desde a década de 1950. Ao mesmo tempo, a entrada em um processo de incerteza quantos aos rumos econômicos bem como de instabilidade dos mecanismos básicos de mercado e de política econômica. Aqui observaremos uma decisiva ruptura ocorrida no âmbito daquele pensamento econômico considerado crítico e inovador: o abandono da problemática do desenvolvimento;
- a enorme dificuldade das classes dominantes e suas direções políticas em organizar o regime em substituição ao período militar. E, simultaneamente, uma crescente espiral de polarização social e política.

Esta seção conclui buscando uma síntese destes três elementos, vale dizer, com um exame do caráter da crise brasileira em 1989 e seus desdobramentos até 1994.

a1) A questão internacional

Um fato singular, observado por autores e enfoques os mais variados, é a incorporação tardia do país às profundas mudanças na organização do poder e da economia internacionais ao longo dos anos 80. Estas mudanças, muitas vezes condensadas em fórmulas como “mundialização”, foram aceleradas ao final destes turbulentos anos, mas percorreram toda a década. Importante notar, como registro, que a nova fase de internacionalização (segundo algumas interpretações) ou um novo modo de funcionamento do capital (segundo outras) e das relações entre Estados é motivo de intensa polêmica, embora, de modo geral, haja um reconhecimento de alterações profundas na dinâmica do capitalismo e da relações de força entre Estados e classes no plano internacional a partir de finais da década de 70, em contraponto com os chamados “trinta anos gloriosos” do pós-guerra.¹⁰⁰

¹⁰⁰ A idéia de que estamos defronte a um novo modo de funcionamento do capitalismo é defendida por Chesnais, cf. CHESNAIS, F - A mundialização do capital, São Paulo, Xamã, 1997.

Bensaïd prefere uma avaliação mais cautelosa, indicando elementos que matizam a concepção “mundialista”, ao destacar a desigualdade dos fluxos de capital especificamente internacionalizados e que as economias nacionais dos principais países capitalistas ainda são o foco principal dos investimentos. Destaca ainda a ausência de instituições mundiais de tipo estatal, à exceção da Comunidade Européia. cf. BENSATID, D. - op. cit., p. 147.

Observações que podem ser lidas com um sentido semelhante ao de Bensaïd são encontradas em VELASCO E CRUZ, S. - op. cit., p. 120 a 126. Ele questiona o “imperativo tecnológico” como fator determinante da nova ordem e aponta a diferença entre “fé” e política ao mostrar a ação extremamente ativa dos Estados hegemônicos em defesa de suas economias e empresas em detrimento do programa neoliberal por eles propagado.

A integração dos países “em desenvolvimento” a este processo ocorre desigualmente, tanto na forma como no tempo. O Brasil é um dos últimos países a aderir. Assim, para citar a região latino-americana, tanto o México como a Argentina iniciaram com bastante antecedência este movimento, com o coroamento da marcha sincronizada com o novo curso internacional através de planos de estabilização monetária. No caso do México isso se dá em 1988 e da Argentina em 1991, portanto, com uma anterioridade de 6 anos e 3 anos, respectivamente, quando comparados com o Brasil. Em todos os casos um conjunto de medidas precursoras nesta direção já vinham sendo tomadas.¹⁰¹ Como é sabido, o Plano Real, cujas bases começaram a ser introduzidas ao final de 1993 e que em julho de 1994 iniciou sua aplicação plena, trazia elementos fundamentais de concepção em comum com os planos de estabilização na Argentina e no México e com os preceitos do liberalismo econômico advogados pelos organismos internacionais.¹⁰²

Mas este é o desfecho de um longo período de conflito. No dizer de um analista atento, a sociedade brasileira como que andou na contramão ao longo dos anos 80, especialmente na sua última metade:

“Corremos o risco de ficar na contramão da história. Quantas vezes teremos ouvido esta frase? De fato, em meados da década passada, ao reavivar um capitalismo de base nacional o projeto neodesenvolvimentista nadava contra a corrente e, nesse sentido, ia ‘contra a história’. Mas esta não era a história impessoal e ferreamente determinada dos apologetas de todo o

¹⁰¹ BATISTA JR., P.N. - O Plano real à luz da experiência mexicana e argentina, in Estudos Avançados, Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Avançados, vol. 10, n.º 28, setembro/dezembro 1996.

¹⁰² BATISTA JR., P.N. - op. cit.

tipo. Era uma história ‘aberta’, sem roteiro prévio, que se fazia a cada momento como resultado agregado de múltiplos e entrelaçados conflitos.

O desencontro, contudo, era muito mais amplo. Em meados da década passada a história de que falamos parecia estar resolvida. Depois de ter amargado o efeito recessivo de suas políticas, com a recuperação espetacular da economia americana, que arranca no final de 1982, a contra-reforma neoliberal avançava com todo ímpeto, livre de qualquer resistência político-ideológica mais consequente - seja porque seus adversários tinham sofrido pesadas derrotas na arena do voto (Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha), seja porque estes acabaram por aderir a muitos de seus temas (Espanha, França). Nos termos da reestruturação por ela promovida as razões de justiça social e de eficácia econômica voltavam a se antepor, na prática e na teoria. Nesse contexto, na contramão da história estava não apenas aquele projeto mas o movimento global da sociedade brasileira, que liberava, nesse momento, imensas demandas sociais sufocadas por vinte largos anos de autoritarismo.”¹⁰³ (grifo nosso)

Este processo, naturalmente, transcorre em meio a intensos conflitos internos e internacionais. Estes últimos se manifestam, em particular, em temas como a política industrial, antecipando as pressões pela abertura do mercado interno, e nas relações com instituições como o Fundo Monetário Internacional, tendo como fulcro o endividamento externo e o modelo de estabilização a ser adotado.

No plano interno a questão internacional irá se coligar com os temas da condução e projeção da economia e com as disputas políticas crescentemente condensadas nos momentos eleitorais. O posicionamento do país frente ao novo cenário internacional seria decidido basicamente na arena interna, mas cada vez mais sob a pressão das novas condições internacionais.

Assim, é de notar-se, a partir do ponto de vista da problemática dos países capitalistas atrasados, que a nova situação mundial consolidada ao longo dos anos 80 passou a excluir da agenda e das iniciativas a questão do desenvolvimento econômico, reduzindo, portanto, a margem de manobra dos países dirigidos por algum tipo de política desenvolvimentista, mesmo que discreta e declinante, como foi o caso do Brasil na maior parte do período em tela. Instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial¹⁰⁴, assumem o papel de formar quadros e de propagar os novos eixos “programáticos” dominantes, amplamente difundidos naquilo que ficou conhecido como *Washington Consensus*: desregulamentação industrial, comercial e financeira; privatização, retirada do financiamento público aos sistemas denominados de bem-estar e a redefinição do papel do Estado; tudo isso sob o manto de uma nova hierarquia de poderes entre os Estados-potência.

“Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados - FMI, Banco Mundial e BID - especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro, convocado pelo Institute for International Economics, sob o título ‘Latin American Adjustment: How Much Has Happened?’, era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Para relatar a experiência de seus países, também estiveram presentes diversos

¹⁰³ VELASCO E CRUZ, S. - op. cit., p. 126 e 127.

¹⁰⁴ O papel do Banco é discutido em interessante artigo na revista inglesa *New Left Review* escrito por um economista que fez parte das suas equipes. A partir do conflito entre o Banco e o Japão em torno ao tema da aceitabilidade ou não de políticas orientadas, o autor discute a mudança de concepção do Banco no início dos anos 80, o processo de formação de posições no seu interior e sua capacidade de influenciar os países. Cf. WADE, R. - Japan, the World Bank, and the Art of Paradigm Maintenance: *The East Asian Miracle* in Political Perspective, Londres, *New Left Review*, n.º 217, mai/jun 1996.

economistas latino-americanos. Às conclusões dessa reunião é que se daria, subsequentemente, a denominação informal de ‘Consenso de Washington’”.¹⁰⁵

“O Consenso de Washington é um conjunto cada vez mais abrangente de regras de condicionalidade aplicadas pelos organismos internacionais, sobretudo o FMI e o Banco Mundial, que os países devedores do mundo capitalista periférico e agora do ex-mundo soviético têm de aceitar para obter apoio político das grandes potências e escasso apoio financeiro dos bancos e agências internacionais.

(...) a peça de resistência do consenso é a que foi denominada ‘Reformas Estruturais’ (não confundir com o velho e bom estruturalismo cepalino) e das quais o porta-voz mais potente é o Banco Mundial, que desde 1985 vêm fazendo esforços redobrados para montar uma sólida doutrina neoliberal.”¹⁰⁶

O desmoronamento do bloco soviético bem como das iniciativas dos países do terceiro-mundo no sentido de construir um campo “não alinhado” reforçaram as vertentes vencedoras nos países-líderes do capitalismo.

Neste quadro, ao final dos anos 80 e daí por diante, não haveria mais lugar para o tema do desenvolvimento nacional. Na verdade, sua proposição passava a ser hostil à nova ordem estabelecida.

a2) Da crise do padrão de desenvolvimento ao abandono do desenvolvimentismo

¹⁰⁵ NOGUEIRA BATISTA, P. - O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos, in NOGUEIRA BATISTA et al. - Em defesa do interesse nacional, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

¹⁰⁶ TAVARES, M. C. - O Dissenso de Washington, in NOGUEIRA BATISTA et al. - Em defesa do interesse nacional, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

No limiar dos anos 80 o modo específico de desenvolvimento capitalista adotado pelo Brasil, através de sucessivos regimes políticos a partir da década de 50¹⁰⁷, encontrava-se esgotado.¹⁰⁸

Os trinta anos gloriosos do Brasil terminaram, no entanto, de maneira inglória. Após a tentativa de sobrevida através do II Plano Nacional de Desenvolvimento¹⁰⁹ o país submerge na recessão, no ajuste pragmático às imposições de uma gigantesca dívida externa, com a consequente perda de dinamismo e em meio ao curso de uma inflação crescente.

Estes últimos capítulos do desenvolvimentismo brasileiro foram seguidos por um epílogo ainda menos glorioso. Os anos de Nova República caracterizaram-se por tentativas várias e frustadas de, simultaneamente, estabilizar a moeda, retomar o desenvolvimento e manter uma retórica de resgate da chamada dívida social herdada dos vinte anos de regime militar.

O que caracteriza esta etapa é, sem dúvida, a quase caótica gestão econômica e a instabilidade na definição de rumos.

¹⁰⁷ A referência ao segundo governo de Vargas é um marco nas análises econômicas sobre o desenvolvimento brasileiro. Mas é de se notar que alterações fundamentais do Estado tiveram início antes da segunda guerra mundial, na década de 30.

¹⁰⁸ Esta é uma avaliação basicamente consensual entre os economistas. Naturalmente suas causas são motivo de intensa polêmica.

¹⁰⁹ Os resultados bem como o caráter do II PND foram alvo de importante polêmica. Os dois principais estudos estão em BARROS DE CASTRO, A. e PIRES DE SOUZA, F. - A economia brasileira em marcha forçada, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, 2ª ed. (1988); e LESSA, C. - A Estratégia de Desenvolvimento 1974-1976. Sonho e Fracasso, Tese apresentada à Faculdade de Economia e Administração da UFRJ, Rio, 1978.

Uma análise intermediária está em SERRA, J. - Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra, em BELLUZZO, L. G. M. e COUTINHO, R. (orgs.) - Desenvolvimento Capitalista no Brasil, vol. 1, São Paulo, Brasiliense, 1982.

“A história macroeconômica da década sintetiza a dimensão mais caótica da transição brasileira: desde que o ministro Delfim Netto, em 1979, alterou o valor do dinheiro e dos salários, prefixando a correção monetária, desvalorizando o câmbio, controlando as taxas de juros e aumentando os níveis de indexação salarial, houve oito novos planos de estabilização, quatro moedas distintas, onze índices diferentes de cálculo da inflação, cinco congelamentos de preços, quatorze políticas salariais, dezoito modificações das regras de câmbio, 54 modificações das regras de controle de preços, 21 propostas de negociação da dívida externa e dezenove decretos governamentais a propósito da austeridade fiscal. A esta enorme e malsucedida descontinuidade se somou o programa Collor...”.¹¹⁰

De outro lado, no interior deste processo, é preciso assinalar a experiência decisiva do plano Cruzado e o seu papel na mudança de ambiente, tanto pela exacerbação dos elementos conflitivos como pela virada de agenda que vai se configurar após o seu fracasso.

Incentivando a contragosto dois conflitos - na frente externa, com a moratória forçada, e na frente interna, com a mobilização dos consumidores - levou ao extremo a instabilidade econômica e a perda de rumos para o capitalismo brasileiro. Mas sobretudo elevou a novo patamar alguns dos conflitos grandiosos na sociedade brasileira: distribuição da renda, soberania nacional e a questão democrática, vale dizer, a luta pela alteração das instituições estatais tanto a partir de dentro (das suas instituições representativas e das formas específicas de inserção dos interesses privados no interior das agências estatais) como de fora (pela pressão social, pela articulação de interesses sociais para fins políticos).

¹¹⁰ FIORI, J. L. - Ajuste, transição e governabilidade: o enigma brasileiro, p. 158 e 159, em TAVARES, M. C. e FIORI, J. L. - (Des)Ajuste global e modernização conservadora, Rio de

Este período teve como desfecho uma radical mudança de comportamento e de agenda das classes dominantes. Estas passam a assumir posições cada vez mais “internacionalistas”, adotando rapidamente o paradigma neoliberal.¹¹¹ Isto se dá também no plano da política oficial:

“Em junho de 87, a virada na orientação geral da política econômica estava consumada. A partir daí, ‘abertura’, ‘desregulamentação’, ‘privatização’, ‘mecanismos eficazes de atração do investimento externo’ convertem-se em palavras-chaves no discurso oficial.”¹¹²

É importante assinalar que esta reorientação econômica não configurava ainda uma mudança geral na sociedade brasileira. Lembremos que o fracasso do plano Cruzado seria seguido da instalação da Assembléia Constituinte, novo foco de conflitos, tema que trataremos adiante.

Ainda que de modo tardio, há um abandono pelas classes dominantes do tema do desenvolvimento nacional e do seu principal instrumento, o Estado. Ao mesmo tempo, progressivamente, o tema passa a ser apropriado pela esquerda.

O prosseguimento em termos econômicos deste período mostra o curto governo Collor e a sequência com Itamar Franco. A política econômica desta fase já está francamente hegemonizada pelo neoliberalismo. O sucessor de Collor avança no seu programa em uma velocidade até maior.¹¹³ Esta sequência seria coroada pela introdução do plano Real a partir de fins de 1993.

Janeiro, Paz e terra, 1993.

¹¹¹ VELASCO E CRUZ, S. - op. cit., pp. 113 a 136

¹¹² idem, p. 136.

¹¹³ FIORI, J. L. - op. cit., pp. 154 e 155.

Ainda que se possa apontar diferenças efetivas entre o plano Real e os aplicados em outros países da América Latina, como o México e a Argentina, eles podem ser

“considerados de forma conjunta, como exemplos de um mesmo modelo geral de estabilização e integração internacional aplicado a diversos países da América latina nos últimos anos. O modelo inclui os seguintes elementos centrais:

- uso da taxa de câmbio como instrumento de combate à inflação;
- abertura da economia às importações, por meio de drástica redução das barreiras tarifárias e não-tarifárias;
- abertura financeira externa, com a adoção inclusive de política de estímulo à entrada de capitais externos de curto prazo;
- medidas de desindexação da economia;
- ajuste fiscal e austeridade monetária;
- venda de empresas públicas.”¹¹⁴

Vimos anotando um conjunto de fatos econômicos e suas repercussões no Estado. É hora de passarmos ao plano das formulações, onde houve uma alteração similar de prioridades. É muito importante, então, registrar a evolução de um setor da intelectualidade brasileira - os chamados economistas críticos -, setor este que ocupou um lugar destacado na condução da política econômica da Nova República.

Na sua maioria este conjunto era vinculado à escola desenvolvimentista da CEPAL, com inflexões críticas à esquerda a partir deste pensamento. E ganhou notoriedade pelo papel de relevo na oposição à política econômica do regime militar.

Este setor, ou melhor a maioria dele, faz uma viragem espetacular entre fins dos anos 70 e meados dos anos 80, cujo resultado foi o abandono da problemática latino-americana “clássica” do desenvolvimento. Este processo, que é de grande importância

para o tema por nós estudado, ocorre por três vias: com a mudança de horizonte utópico, a idéia da inviabilidade do socialismo; com a participação política junto à oposição legal ao regime militar e a consequente responsabilidade governamental que adquiriu com as primeiras vitórias eleitorais em 1982, particularmente em São Paulo; e com a integração ao meio empresarial, iniciada no começo da década de 80.¹¹⁵

“Como ponto de partida, pode-se sustentar que a maioria dos intelectuais brasileiros adota atitude crítica em relação ao capitalismo periférico, tal qual ele vem se desenvolvendo no Brasil. A crítica se dirige sobretudo à desigualdade econômica...

A questão, naturalmente, é se a tendência a agravar a desigualdade é inerente ao capitalismo, enquanto tal, ou se ela pode ser revertida mediante mudanças institucionais *dentro* do capitalismo. O assunto se insere dentro da problemática maior do destino do capitalismo e de sua eventual substituição pelo socialismo.

Tradicionalmente, este debate girou ao redor da ‘maturidade’ do país para a revolução socialista...”¹¹⁶

As derrotas políticas (e militares) da esquerda face ao regime militar no Brasil, acumuladas a derrotas na América Latina em conjunto com as frustrações face ao ‘socialismo real’, acabam por afastar boa parte da intelectualidade, em particular os chamados economistas de oposição, de uma perspectiva crítica mais radical.

Mas uma união orgânica entre esta parcela da intelectualidade e a perspectiva empresarial seria cimentada por processos de participação em entidades empresariais

¹¹⁴ BATISTA JR., P.N. - op. cit., pp. 129 e 130.

¹¹⁵ Cf. SINGER, P. - Intelectuais de esquerda no Brasil: a experiência do poder, in SOLA, L. (org.) - O estado da transição: política e economia na Nova República, São Paulo, Vértice, 1988; e VELASCO E CRUZ, S. - op. cit.

¹¹⁶ SINGER, P. - op. cit., p. 65.

que passaram a absorver um certo grau de oposição ao regime militar, como a Federação das Indústrias de São Paulo.

Assim, um dos momentos importantes desse processo, o Fórum de debates promovido pelo jornal Gazeta Mercantil que reuniu economistas críticos e empresários, em 1983, tem como documento conclusivo uma peça em que “nenhum capítulo (é) dedicado às ‘grandes questões de desenvolvimento’”.¹¹⁷

A participação posterior no governo da Nova República, em especial na condução do plano Cruzado, viria a consolidar esta postura.

Assim houve uma mudança profunda também no plano das idéias e formulações de política e projeto econômico nacional. O que antes guiava amplos setores da intelectualidade brasileira - a problemática do desenvolvimento e da constituição nacional, sob a crítica ao capitalismo, mesmo que ao periférico - foi substituída, primeiro por um neodesenvolvimentismo, e em seguida pela temática da estabilização e do ajuste às novas condições internacionais. Também neste campo passou a existir uma espécie de orfandade da questão do desenvolvimento, que, progressivamente, passa a ser um tema apropriado pela esquerda.

a3) Instabilidade e polarização políticas

Do mesmo modo que, na economia, o que marcou a inflexão do Brasil dos anos 80 foi o plano Cruzado, na política o que determinou movimento similar (e os sinais de projeção para o que viria em seguida) foi a Constituinte.

¹¹⁷ VELASCO E CRUZ, S. - op. cit., p. 56.

Instalada já sob a crise do plano Cruzado e em meio à formação de uma nova agenda no Estado e no pensamento das classes dominantes e de círculos intelectuais influentes – para não falar da campanha já aberta dos meios de comunicação de massa – a Constituinte foi palco de lutas sobre temas cruciais como reforma agrária, soberania nacional, e sobretudo o papel do Estado e sua organização. Enquanto no plano econômico já predominava o ideário liberal, o processo constituinte em andamento – cujo resultado não foi desfavorável, naturalmente, às classes dominantes – já não correspondia aos novos propósitos dominantes. Recrudesce a campanha por um Estado de tipo liberal.

O que parecia um processo transitório “lento, gradual e seguro” do regime militar para um regime de caráter civil, democrático-burguês, transformou-se em um processo de instabilidade institucional crescente, em meio à profunda dificuldade em constituir uma direção política das classes dominantes e a uma contestação social e política que chegou a apresentar-se, no seu auge, como portadora de desígnios alternativos aos até então hegemônicos na sociedade brasileira. Nem mesmo a impressionante votação no PMDB em 1986, formalmente o partido “condutor” da Nova República – que elegeu a quase totalidade dos governadores – assegurou o desdobramento pretendido pelos articuladores militares e civis da transição.

Ao lado de crises ministeriais, de crises partidárias e do “problema” constituinte, gerando uma ampla disfuncionalidade das instituições transitórias, um outro ambiente se desenvolvia. Crescia o número de greves, mobilizações, inquietação social e um processo de organização partidária e sindical muito além dos estreitos marcos projetados ao início da transição, ainda no regime militar.

Este processo culmina em 1989 com os partidos de sustentação da Nova República incapacitados para disputar sua continuidade. Basta dizer que as duas candidaturas que polarizaram as primeiras eleições para a Presidência da República, em 1989, com todo o simbolismo que o fato guardava quase trinta anos depois da última eleição presidencial, eram opositoristas face aos quadros, partidos e orientações políticas que dirigiram a Nova República. Representavam perspectivas opostas em todos os planos e apenas um ponto de contato: a negação política e econômica dos regimes e políticas anteriores.

Importante assinalar a crise governamental de 1992, com a deposição do Presidente Collor. Apesar da mobilização social, ela circunscreveu-se à esfera governamental, sem atingir em maior profundidade o programa de governo em vigor ou as regras institucionais (assume o vice, que é poupado). Nesse sentido, pode-se dizer que se tratou de uma crise governo.¹¹⁸

É possível dizer que a substituição plena do regime militar não se completou senão em 1994. Só então se consolida e se legitima uma direção política para a unidade programática alcançada antes de 1989.

a4) Caráter, auge e viragem da crise brasileira

Procuramos mostrar nos itens anteriores os três aspectos da crise brasileira na segunda metade dos anos 80: o descompasso do país face ao plano internacional, o esgotamento do padrão econômico e a instabilidade e polarização políticas. Durante um determinado e preciso período, estes se retroalimentam e tornam imprevisíveis seus

desdobramentos de conjunto e é esse fato que torna possível caracterizar uma “grande crise”.¹¹⁹

Assim, não é possível caracterizar esta situação apenas por um de seus elementos constitutivos. Por exemplo, uma tipologia das crises que acentua o determinante econômico – que no caso brasileiro joga um peso enorme, na medida em que se trata (também) de um padrão de desenvolvimento operacionalizado ao longo de décadas que entra em declínio vertiginoso – dificilmente conseguiria apreender toda a dimensão do processo em questão. O que mais se encaixaria neste enfoque seria a idéia de uma crise de regulação, que poderia evoluir a uma forma superior de crise do modo de desenvolvimento.¹²⁰ Na sua origem podem estar um dos seguintes fatores: a inviabilidade em assimilar formas de um novo tipo de regulação; a existência de lutas sociais e políticas que questionam a manutenção de compromissos institucionalizados e comportamentos individuais, de modo a bloquear a continuidade da reprodução econômica do sistema; ou ainda, a própria maturidade de um determinado sistema de regulação, que leva ao seu esgotamento.¹²¹ Ainda que esta abordagem tenha sido elaborada tendo em conta o desenvolvimento capitalista e suas crises nos países centrais, ela consegue absorver elementos explicativos importantes. Mas insuficientes. Pois esta abordagem tende a tornar incidental o fator político, ou mais claramente, as lutas de classes e o que se passa com o Estado.¹²²

¹¹⁸ Idem, p. 181.

¹¹⁹ Idem, p. 31.

¹²⁰ BOYER, R. - A teoria da regulação: uma análise crítica. São Paulo: Nobel, 1990.

¹²¹ Idem, p. 90.

¹²² Cf. BENSARD, D. - op. cit., p. 81.

A citação seguinte nos dá uma boa aproximação para avançar nesta discussão:

“Polarizada como foi, a disputa presidencial (de 1989 - CH) desencadeou um intenso debate que teve como pano de fundo alguns consensos negativos básicos:

a) A clara noção de que a crise chegara no Brasil ao limite do suportável; a consciência de que a continuidade do jogo, segundo as mesmas regras, era indesejável – mesmo para os que ganhavam com este, dada a instabilidade e a ameaça de radicalização que ele ensejava.

b) A percepção quase universal de que no centro da crise estava a questão do Estado. (...) a decomposição do sistema estatal chegara a tal ponto que a promessa de uma reforma profunda (...) era indispensável para dar credibilidade a qualquer proposta de mudança ... A unanimidade, porém, terminava aí: no diagnóstico e nas soluções (...) as posições discrepavam...

c) A compreensão mais ou menos generalizada de que, tendo na falência do estado sua manifestação mais patente, a crise expressava o esgotamento do padrão que pautara a economia brasileira por muitas décadas.

(...) As diferenças programáticas e ideológicas que separavam os dois finalistas em 89 eram enormes; mas elas não devem obscurecer este fato: em ambos, o que mais forte se manifestava era uma profunda rejeição do passado.”¹²³

Vamos explorar estas observações. A idéia de que uma determinada situação não pode continuar, percebida de forma ampliada na sociedade e motivando ações correspondentes dos atores políticos nos leva a identificar que é o sistema de dominação

¹²³ VELASCO E CRUZ, S. - op. cit., pp. 150 e 151. Mesmo baseando-se parcialmente nas análises regulacionistas o autor, segundo nossa compreensão, organiza um enfoque mais global para a crise.

que sofre uma crise. Esta pode não se configurar como uma crise revolucionária¹²⁴, mas pode conter elementos potencialmente portadores de desdobramentos nesta direção. Dentre os aspectos levantados “classicamente” para definir uma situação como revolucionária, isto é, uma crise de dominação elevada ao seu máximo limite, é possível identificar, ao menos embrionariamente, os seguintes: um generalizado questionamento, entre os “de cima” e entre os “de baixo” das regularidades anteriores, tanto as referidas ao Estado como às econômicas; uma elevação substantiva da atividade política fora das instituições representativas, pressionando-as mas também contestando-as (como na Constituinte e mesmo na eleição presidencial de 1989); a existência de fissuras e desacordos pronunciados no interior das classes dominantes. Isto ocorria em meio à estagnação e esgotamento do modo de desenvolvimento capitalista no país.

Assim parece ser possível identificar, no seu momento mais agudo, em 1989 – ou se quisermos dilatar temporalmente, entre os anos de 1988 e 1989 – um processo embrionário de uma crise de dominação.

¹²⁴ Conforme a noção estruturada por Lenin em *A Falência da II Internacional*. Vale citar sua passagem mais concisa sobre o tema: “Quais são, de maneira geral, os indícios de uma situação revolucionária? Estamos certos de não nos enganarmos se indicarmos os três principais pontos que seguem: 1) impossibilidade para as classes dominantes manterem sua dominação de forma inalterada; crise da ‘cúpula’, crise da política da classe dominante, o que cria uma fissura através da qual o descontentamento e a indignação das classes oprimidas abrem caminho. Para que a revolução estoure não basta, normalmente, que ‘a base não queira mais’ viver como outrora, mas é necessário que ‘a cúpula não o possa mais’; 2) agravamento, além do comum, da miséria e da angústia das classes oprimidas; 3) desenvolvimento acentuado (...) da atividade das massas...”. Além disso, “a revolução não surge em toda situação revolucionária, mas somente nos casos em que a todas alterações objetivas acima enumeradas vem juntar-se uma alteração subjetiva, a saber: a capacidade, no que respeita à classe revolucionária, de conduzir ações revolucionárias de massa suficientemente vigorosas para quebrar completamente (ou parcialmente) o antigo governo, que não ‘cairá’ jamais, mesmo em época de crise, sem ‘ser derrubado’”. Em *LENIN - A falência da II Internacional*. São Paulo: Kairós, 1979, pp. 27 e 28.

O quadro da sociedade brasileira é bastante modificado nos anos que se seguem. No período posterior a 1989, de 1990 em diante, a crise evolui com sinais trocados, isto é, evolui não para o seu aprofundamento mas para plasmar uma situação onde a imprevisibilidade era menor. Talvez o exemplo maior para sustentar esta afirmação seja dada pelo contexto em que o presidente Collor tem seu impedimento declarado pelo Congresso. Neste momento ainda não deixaram de se manifestar vários elementos da situação anterior, com uma exceção marcante: ainda que se possa falar em uma

“simultaneidade de crises (...) em contraste com o que sucedeu em outras ocasiões, elas não se superpõem, não se enlaçam, permanecem como que insuladas”.¹²⁵

Quais são os fatores que, progressivamente, configuraram uma dinâmica de não aprofundamento e não potencialização da crise? Dois, a nosso ver, se destacam.

As fissuras e diferenças no interior das classes dominantes se reduzem, conformando uma hegemonia dos setores alinhados às posições que denominamos acima de “internacionalistas”. É, na verdade, um processo que, como já assinalamos, tem início logo em seguida ao fracasso do plano Cruzado. Prossegue ao longo dos trabalhos da Constituinte, ganha solidez com a polarização de interesses e programas na eleição de 1989, e resolve-se a seu favor com o resultado obtido naquela eleição.

De outro lado, o nível de atividade política na sociedade começa a reduzir-se. As mobilizações *pró-impeachment* são de certa forma pontuais, um episódio sem sequência, que não têm continuidade. E é importante caracteriza-las de maneira diferente daquelas registradas no período anterior. Aquelas continham uma forte componente social, eram demarcadas por interesses em conflito, que opunham classes ou setores de classe entre

si; estas eram de caráter policlassistas, como se o alvo imediato comum tornasse indistintos os conflitos anteriores.

Para retomar uma fórmula utilizada no início deste capítulo: o movimento global da sociedade já indicava uma nova direção.

Os dois anos que antecederam as eleições de 1994 consolidaram esta tendência. E mesmo que nestas eleições a candidatura de Lula tenha ostentado nos seis primeiros meses do ano a preferência em pesquisas de opinião, isso se mostrou um fenômeno muito mais identificado com a memória política do que com o movimento real em curso. A introdução da nova moeda, em julho de 1994, estabeleceu o corte final entre os dois períodos que analisamos.

Por fim uma última observação: o cotejamento das duas citações – sobre 1989 e sobre 1992 – nos permite ilustrar o caráter temporalmente delimitado da crise. Vale dizer: uma crise que não se prolongou indefinidamente, ainda que vários de seus elementos possam ter permanecido ainda irresolvidos.

b) PT: da crise nacional à crise do desenvolvimento. Conceitos utilizados e concepções programáticas em 1989 e 1994

A seção anterior nos fornece uma base para avaliar como o programa do PT, expressando o seu projeto de desenvolvimento para a sociedade brasileira, se dispõe a interferir na condições sociais, políticas e econômicas que lhe são antepostas. Daremos continuidade à análise iniciada no capítulo 1, agora tendo como contraste o contexto político do país nos períodos assinalados.

¹²⁵ VELASCO E CRUZ, S. - op. cit., p. 181.

Buscaremos assim uma avaliação das noções utilizadas em cada um dos momentos-chave para estruturar uma visão alternativa no que concerne ao desenvolvimento e ao Estado, à luz das observações sobre a evolução da crise no país. Incluiremos aqui o registro sobre as variações de análise sobre a questão internacional. Terá lugar ainda uma discussão das repercussões programáticas no seu conjunto, enfocadas pela relação entre desenvolvimento nacional e poder político.

Em 1989, a noção que organiza a proposta programática do PT é a de que o país vive uma *crise nacional*. Por esta idéia se designava sobretudo a profunda instabilidade política e institucional, levando em conta, como pano de fundo, o esgotamento da fase de desenvolvimento. É possível dizer que o Partido dos Trabalhadores, neste momento, concentrava sua atenção mais no potencial político da crise do que na construção de uma alternativa econômica de desenvolvimento. Isto se evidencia na própria apresentação do programa, sobretudo na maneira de articular poder político e desenvolvimento, conforme procuramos demonstrar no capítulo anterior.

Este potencial permitiria estruturar uma disputa política até então inédita no país, com um bloco de forças obviamente marginal ao exercício do poder político. O partido buscava se colocar, portanto, à frente de acontecimentos que poderiam gerar uma crise de poder. O objetivo era fazer evoluir a correlação de forças na sociedade a seu favor, explorando em cada conflito importante os elementos de organização de formas alternativas de poder e a desarticulação das existentes. O exemplo mais ilustrativo deste comportamento é o tratamento dado à reforma agrária. Longe de organiza-lo como um plano de ação governamental – os pontos elencados neste sentido são bastante

simplificados – o que importava era a desestruturação do poder reunido pelo setor latifundiário, e simultaneamente, o fortalecimento de um poder alternativo.

A idéia programática central que correspondia à crise nacional era a de que a conquista do governo abria um processo de luta pelo poder. Os conflitos em andamento e aqueles que seriam dinamizados por um governo com este caráter, conduziriam a um processo de polarização crescente entre interesses sociais opostos e entre exercícios de democracia opostos, antagonizando classes e setores sociais. Este enfoque condicionava todas as demais abordagens do programa. Entende-se, assim, a insuficiência da abordagem do tema do desenvolvimento nacional, que não chegou a receber um tratamento mais concreto (incluindo, naturalmente, a questão mais do que imediata da inflação ou de uma concepção alternativa de estabilização).

Vimos que em 1994 a situação do país era outra, quando comparada com a experimentada em 1989. Ocorreu uma forte alteração em desfavor de projetos nacionais como o defendido pelo PT. A partir de um consenso econômico no âmbito das classes proprietárias, iniciado em seguida ao fracasso do plano Cruzado, estas passam a construir um consenso em torno à chamada reforma do Estado (resgatando acúmulos anteriores, como a forte campanha contra o Estado interventor da segunda metade dos anos 70). Todo esse processo nacional de constituição de novos rumos correspondia, com um atraso de quase uma década, ao movimento predominante no plano internacional. Mas, nenhum destes consensos foi conquistado, em termos de hegemonia social, senão depois de 1990, ou seja, só o foram com o decisivo impulso fornecido pelo resultado da disputa política de 1989. A partir de 1990, ainda que com percalços, este processo ganha velocidade.

Como se altera a apreciação do Partido dos Trabalhadores face a esta nova realidade?

Vimos no capítulo 1 que a elaboração do projeto de desenvolvimento nacional do PT manteve uma linha de continuidade entre 1989 e 1994, porém com alguns registros diferentes: a noção central que organizava o programa em 1994 é a de *crise do desenvolvimento*; os prazos para a implementação das transformações propostas pelo projeto de desenvolvimento nacional e de poder se alongaram; o enfoque geral, para se pensar os agentes e sujeitos das transformações propostas, passara a ser mais estatal (e menos social).

A inversão de planos, em relação a 1989, assumindo o lugar de destaque a temática da crise do desenvolvimento, parece revelar a forma como o PT absorveu a forte alteração na correlação de forças na sociedade e o impacto dos novos consensos em adiantado estado de conformação. A situação descrita como crise nacional, que caracterizava o ano de 1989, não correspondia mais à situação vigente cinco anos depois. As tarefas programáticas daí decorrentes, centradas nas transformações do Estado, pareciam menos factíveis naquele novo momento.

Mas a inversão de enfoque tão pouco resolvia o problema geral de como abordar a nova situação. O que se ressaltava como mais evidente no novo panorama brasileiro, a crise do desenvolvimento, a esta altura já fazia referência a valores e conceitos em fase de superação. O curso econômico, já francamente internacionalizado e sob a inspiração do modelo neoliberal, apagava a memória do desenvolvimentismo. E, naturalmente, tornava também pouco factível uma modalidade de desenvolvimento nacional em nítida

oposição aos novos parâmetros que crescentemente dirigiam a marcha da economia brasileira.

É claro na elaboração de 1994 que o PT conferia grande importância às consequências do avanço do neoliberalismo no país. No entanto considerava que este caminho não possuía capacidade de estruturar a economia e a sociedade brasileira. Era um “não projeto”. A isso confrontava o seu projeto, apresentado como uma opção de racionalidade. Já havíamos salientado, no capítulo 1 a prevalência de um tom economicista no programa em 1994.

Também face ao plano internacional operou-se uma mudança importante. O projeto passou a ver as relações do país com o exterior de modo menos conflitivo e com mais espaço para se desenvolver uma inserção “soberana”. A mudança de conceitos – de “imperialismo” a “hegemonismo” – para caracterizar o ambiente internacional foi mais do que uma escolha semântica.

Aqui são necessárias três observações sobre a questão.

Primeira: esta alteração conceitual tem muito a ver com a situação conjuntural econômica, especificamente com o problema da dívida externa. Refinanciada, mostrava um quadro em que, ao menos naquele momento, o problema parecia administrado e contornado. A resposta programática neste ponto, como vimos, trazia uma expectativa de negociações externas favoráveis sob um novo governo. Mas muito provavelmente, como analisamos no capítulo anterior, a questão poderia se encaminhar para a retomada da posição expressa no programa de 1989, qual seja, a de um conflito incontornável e a consequente suspensão dos pagamentos.

Segunda: as expectativas mais favoráveis em relação ao mercado internacional tinham a ver também com a avaliação – ou melhor, com o choque de avaliações – no interior do PT no que tange às grandes modificações no capitalismo internacional. A modernização foi reconhecida por um setor partidário como inevitável – inexorabilidade atribuída ao chamado imperativo tecnológico – e que se tratava de participar dela mas de forma diferente da que o país vinha fazendo. Este debate ocorreu no 1º Congresso do Partido dos Trabalhadores. E, embora esta tese tenha sido derrotada, permaneceu influente.¹²⁶

Terceira: ao contrário de um ambiente mais favorável à inserção soberana o que estava em curso, com amplas repercussões internas e com o realinhamento dos setores dirigentes da economia e do Estado no Brasil, indicava uma projeção mais conflitiva para qualquer projeto de desenvolvimento nacional, em particular o defendido pelo PT. Estávamos face a um quadro institucional e econômico muito mais fechado do que na década anterior.¹²⁷

Parece razoável supor que ao centrar sua abordagem na crise do desenvolvimento o PT subestimava os efeitos cumulativos dos processos que se seguiram ao plano Cruzado, à Constituinte e ao resultado das eleições de 1989. A manutenção dos termos básicos do seu projeto de desenvolvimento nacional e de poder transportava o partido para um terreno adverso, onde a disputa seria necessariamente mais prolongada, mais incerta, para dizer o mínimo, na qual a condição de perdedor

¹²⁶ Teses apresentadas ao 1º Congresso do PT, São Paulo, Secretaria de Organização Nacional, 1997.

¹²⁷ Cf. HUSSON, M. - Les trois dimensions du néo-impérialisme. In *Actuel Marx*, Paris: PUF, n.º 18, 1995.

poderia lhe ser imposta ao menos provisoriamente. Pela primeira vez, seu posicionamento não correspondia às tendências mais fortes que iam conformando um novo movimento global na sociedade.

Importante notar, em contraste, que não há uma efetiva revisão ou uma substituição global do programa. Este é um fato, aliás, que também deve chamar a atenção ao lado das alterações no corpo do programa, reforçando, ao nosso entender, as notas introdutórias deste capítulo em que apontamos a insuficiência de análises monocausais e lineares sobre o PT. É possível dizer que o projeto do PT, em 1994, ainda que menos radical que o de 1989, estava mais em contradição com a época, com o contexto nacional e internacional.

Mas se não estamos frente a um novo projeto de desenvolvimento nacional, estamos frente a modificações substanciais nos termos e na dinâmica que redefinem o segundo projeto de desenvolvimento face ao primeiro.

Assim, a visão programática – articulada pela noção de crise do desenvolvimento – implicou alterações na forma de ver os grandes conflitos da sociedade e sua superação. E isto ocorre especialmente em dois aspectos.

Em primeiro lugar, a ação política adquire um caráter mais estatal. As principais transformações – em relação à distribuição da renda e da terra, por exemplo – adquirem uma tonalidade tecnicista e são apresentadas mais como exigências prévias para se alcançar um novo projeto de desenvolvimento, antes que como resultados de grandes conflitos sociais, cujos desdobramentos implicariam em nova conformação da estrutura de poder. A própria estrutura de poder passa a ser vista de forma dependente dos objetivos econômicos propostos.

Em segundo lugar, a temporalidade dos processos é alongada. Eles tomam a forma de processos conflitivos administrados, coordenados pelo Estado. Obviamente, pressupunham a existência de interesses comuns nacionais que cortavam transversalmente os vários setores sociais, cabendo ao Estado recolhê-los, pactuar em condições mais favoráveis aos setores e camadas populares, e estabelecer ritmos de transformações subordinados a uma racionalidade preestabelecida pelo projeto de desenvolvimento nacional.

Capítulo 3

Para onde vai o desenvolvimento?

Neste capítulo traçaremos relações entre a elaboração do PT e algumas referências teóricas que abordam a problemática do desenvolvimento atrasado. Isto será feito ao examinar determinados temas que permeiam o debate mais amplo sobre o desenvolvimento.

Os temas que escolhemos para realizar esta abordagem recolhem um conjunto de aspectos que examinamos ao longo dos dois primeiros capítulos.

Focalizam um ponto de partida geral, que certamente divide águas e define abordagens: qual o diagnóstico que permite apresentar o desenvolvimento como uma saída nacional? De qual desenvolvimento se trata? Como alcança-lo, ou seja, qual programa estratégico para superar o “subdesenvolvimento”, algumas vezes caracterizado como simples “atraso”, um estágio em uma sucessão linear de formas sócio-econômicas?

De outro lado, como compreender os nexos entre o desenvolvimento e o poder político? Na medida em que o desenvolvimento nacional passa a ser visto como um processo que altera a estrutura econômica e social e como objeto de disputa entre as classes sociais, sua construção e sua direção relacionam-se, naturalmente, com o Estado. Este ponto de chegada igualmente define correntes interpretativas e suas perspectivas.

A partir destes dois ângulos estaremos discutindo, portanto, os *sentidos históricos* do desenvolvimento.

As questões acima propostas serão trabalhadas tendo como referência as três abordagens teóricas que, conforme argumentamos na Introdução desta dissertação, parecem estabelecer influência sobre a elaboração do projeto de desenvolvimento nacional do PT.

São elas:

- o estruturalismo, ou seja, o pensamento organizado pelos autores que se vincularam e que reclamam a tradição da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Mesmo considerando que tal pensamento não responde “oficialmente” a todas as questões formuladas, é possível detectar, recorrendo a contribuições expressivas que estudam sob vários ângulos o conjunto da obra da CEPAL, formulações que dizem respeito aos temas selecionados;
- a escola da dependência, entendendo por esta denominação um conjunto variado de estudos críticos ao estruturalismo da CEPAL, surgidos a partir dos anos 60 em um momento de crise do desenvolvimento (e do desenvolvimentismo). Estes estudos põem em questão o “otimismo” desenvolvimentista e seu determinismo marcadamente econômico. Pretendem inserir a noção do conflito social e político. A inclusão da referência à escola da dependência não desconhece a diversificação de rumos e de bases analíticas que permeia este campo de elaboração teórica, o que deverá aparecer à medida em que forem tratadas suas contribuições;
- o pensamento marxista especificamente voltado para a análise da temática do subdesenvolvimento, sob o ângulo – já antecipando sua

abordagem – que focaliza o caráter “desigual e combinado” do desenvolvimento capitalista na periferia do sistema. Este enfoque, como sabemos, é anterior ao surgimento das duas correntes anteriores e tem sua origem no início deste século, tendo como pano de fundo a expansão das relações capitalistas de produção a partir das economias capitalistas mais desenvolvidas. Esta abordagem se constrói explicitamente em oposição ao evolucionismo que caracteriza o pensamento socialista predominante neste período.¹²⁸ Não é a única abordagem marxista do problema do atraso econômico, nacional e de regiões, mas tanto pelos limites desta dissertação como por uma escolha – tendo em vista nosso objeto central de estudo – nos deteremos especialmente nesta contribuição, sem, naturalmente, pretender transforma-la na “única” contribuição expressiva das correntes marxistas a esta temática.

Buscando destacar a contribuição de cada uma das três correntes, acentuamos o que pretendemos: o *sentido histórico* do desenvolvimento na contribuição de cada vertente, naquilo que concerne às questões pontuadas no início deste capítulo. Em seguida, retomaremos uma avaliação de conjunto da(s) formulação (ções) do projeto de desenvolvimento nacional e de poder político do Partido dos Trabalhadores.

Esta é a forma em que está organizada a exposição deste capítulo.

Ao empreender este esforço de reconstituir um pano de fundo teórico – a partir de formulações sobre uma temática comum, mas que aparecem em distintos momentos

¹²⁸ Cf. LOWY, M. - La théorie du development inégal et combiné. In Actuel Marx, Paris: PUF, n.º 18, 1995.

históricos, e que podem ser vistas também sob o ângulo da descontinuidade – e seu contraponto com uma experiência política recente em torno à mesma temática, não podemos desconhecer que estamos nos defrontando com planos teóricos, além de históricos, diferentes. Ainda que possa parecer óbvio, e repetitivo, é importante observar que a experiência programática do Partido dos Trabalhadores, ao final dos 80 e início dos 90, é resultado de um conjunto de influências teóricas, condicionantes históricos e ações conscientes, o que permite defini-lo como sujeito político que atua sob determinadas condições históricas. Fruto de uma experiência histórica determinada, não é, no entanto, uma história escrita em papel virgem. Não estamos frente a uma folha em branco que começou a ser preenchida em 1989, data da primeira formulação programática mais acabada do projeto de desenvolvimento nacional do Partido dos Trabalhadores. A originalidade desta experiência refere-se aos interesses sociais que procurou representar e colocar sob sua perspectiva, à uma particular relação com a história do pensamento latino-americano e socialista, buscando superar formulações problemáticas que tiveram muito peso na região (em particular aquelas formulações de tipo nacionalista, populista ou etapista)¹²⁹, e isso em um momento histórico em que os ventos sopravam em outra direção. Por isso mesmo guarda relações com um *background* de outras experiências, certamente mais marcantes do ponto de vista

¹²⁹ Esta contribuição fica ainda mais realçada quando vemos a seguinte situação: “Três particularidades do proletariado latino-americano devem ser colocadas em evidência: sua diferenciação sócio-econômica bastante mais profunda que aquela do proletariado dos países imperialistas; a dificuldade que encontra em se organizar massivamente e de maneira unificada, sindicalmente e mais ainda politicamente; a dificuldade que encontra para se emancipar politicamente da tutela ideológica pequeno-burguesa, populista-nacionalista, ou seja, a dificuldade que encontra para combater como uma força política autônoma (...)”, in MANDEL, E. - Classes sociales et crise en Amérique Latine, Paris, Critiques de l'économie politique, n° 16-17, setembro, 1974, p. 21, (tradução nossa).

histórico. Do mesmo modo que se pode dizer que o PT não fundou uma nova via de construção partidária¹³⁰, embora tenha trazido contribuições originais a esta questão, com mais razão ainda é possível dizer o mesmo no que tange ao programa.¹³¹

De outro lado, a força das influências teóricas que estamos destacando não pode ser superestimada. Todas as correntes de pensamento a que nos referimos aqui sofreram crises de continuidade, o que se deve a muitos fatores: históricos, políticos, e teóricos propriamente ditos (cuja análise, naturalmente, está muito além dos limites desta dissertação). Mas talvez seja conveniente assinalar, ao menos pontualmente, estes momentos de corte no desenvolvimento teórico destas correntes. Isto deixará mais claro o caráter relativo do contraponto que realizaremos. Além disso, contribui para completar a observação mais geral que fizemos na Introdução, a respeito do vazio teórico referente ao tema do desenvolvimento que encontramos ao longo dos anos 80. Do mesmo modo, complementa as notas sobre este aspecto assinaladas no Capítulo 2, quando nos referimos especificamente ao debate brasileiro.

O estruturalismo da CEPAL sofre sua grande descontinuidade em meados dos anos 60, com a crise das experiências desenvolvimentistas na América Latina e com as derrotas políticas dos regimes que correspondiam a esta formulação.¹³² O final dos anos 80 assistiria ao esforço de retomar esta matriz teórica, agora sob a denominação de

¹³⁰ Sobre este aspecto remetemos à análise de GUIMARÃES, J. - op. cit.

¹³¹ EM TEMPO - O PT e o partido revolucionário no Brasil. Perspectiva Internacional, n.º 8/9, São Paulo: Editora Aparte, 1984.

¹³² O caso do Brasil e o de seu principal teórico estruturalista, Celso Furtado, são exemplares para ilustrar esta afirmação. É nítida a inflexão de sua obra a partir da metade dos anos 60 bem como o impacto do exílio após 1964, com a derrubada do governo do qual foi Ministro do Planejamento. A isto se seguiu a crise reestruturadora dos anos 60, para em seguida retomar um

“neoestruturalismo”.¹³³ A continuidade, se é que é disso que se trata, não reencontra as condições políticas, sociais e econômicas – no plano nacional e internacional – que propiciaram o auge do estruturalismo cepalino. Os novos temas deste prosseguimento estão a meio caminho da agenda do ajuste e aqueles que caracterizaram a abordagem cepalina. De todo modo, é de se registrar o abandono da análise da desigualdade da distribuição do progresso entre os países e regiões, passando a assimilar como pressupostos vários elementos que antes eram criticados.¹³⁴

É exatamente naquele momento de crise do estruturalismo, em meados dos anos 60, que surgem as abordagens da dependência. Ainda que rapidamente tenham expandido sua influência aos vários campos das ciências sociais¹³⁵, sua durabilidade é muito menor que o estruturalismo. Conhece seus limites, junto com a extrema diversificação de seus “ramos”, ao longo dos anos 70.¹³⁶

A história é bem diferente quando nos referimos à corrente de pensamento marxista articulada em torno à “lei do desenvolvimento desigual e combinado”. Esta elaboração tem início com os debates no campo socialista a respeito do caráter da

certo desenvolvimentismo sem estruturalismo. BIELSCHOWSKY, R. - op. cit.; RODRIGUEZ, O. - op. cit.

¹³³ Do qual uma apresentação bastante significativa está em SUNKEL, O. (compilador) - *El desarrollo desde dentro. Un enfoque neoestructuralista para la América latina*. México: Fondo de Cultura Económica, *Lecturas de El Trimestre Económico*, n.º 71, 1991.

¹³⁴ Exemplar neste sentido é o artigo de BITTAR, S. - *Neoliberalismo versus neoestructuralismo en América Latina*. *Revista de la Cepal*, n.º 34. Duas críticas interessantes estão em KAY, C. - op. cit. e GROSFUGUEL, R. - *From Cepalismo to Neoliberalism*. *Review*, XIX, spring 1996.

¹³⁵ HETTNE, B. - *Development theory and the three worlds*. Essex: Longman Scientific & Technical, 1992, capítulo 3.

¹³⁶ COUTROT, T. - *Um balanço da teoria da dependência*, São Paulo, Novos Estudos Cebrap n.º 29, março de 1991. Aqui também é necessário identificar o efeito das derrotas políticas e da dispersão causada pela onda ditatorial e repressiva desencadeada na América latina a partir do

revolução nos países atrasados, especialmente na Rússia. À luz das experiências e análises que decorrem em um período que vai até o início da década de 30, ela constrói uma interpretação particular dos problemas do atraso do capitalismo em um contexto internacional de expansão deste sistema. Conhece sua grande descontinuidade a partir da década de 30. Estudos sob esta influência são retomados na década de 60.¹³⁷

Como procuraremos ver no exame das questões que se seguem as descontinuidades teóricas nas correntes que tomamos como referência não apagaram a história e as suas contribuições. Mas, em contrapartida, fizeram sentir seus limites nas experiências recentes, como a do Partido dos Trabalhadores.

a) Estruturalismo

Como se sabe a CEPAL procurou organizar um diagnóstico das razões do atraso na constituição econômica dos países da América Latina como uma terceira via teórica, alternativa às concepções clássicas e, sobretudo, neoclássicas da teoria econômica e também às concepções de matriz marxista.¹³⁸

golpe de Pinochet no Chile, em 1973. O Chile era, por excelência, um centro irradiador das teses dependentistas.

¹³⁷ LOWY, M. - La théorie du développement inégal et combiné. In *Actuel Marx*, Paris: PUF, n.º 18, 1995. A retomada mais expressiva destes estudos está nos trabalhos de Ernest Mandel, desde o seu Tratado de Economia Marxista (México: Ediciones Era, 3ª ed., 1972). Mais que qualquer outra corrente, sua descontinuidade sofre o efeito combinado da repressão do Estado soviético sob o estalinismo, a partir de meados dos anos 20, e dos Estados capitalistas.

¹³⁸ MORAES, R. C. C. - op. cit. Ver também a análise Francisco de Oliveira sobre o caráter ideológico da obra de Celso Furtado, in OLIVEIRA, F. (org.) - Celso Furtado. São Paulo: Ática, 1983.

Suas análises do “subdesenvolvimento”, a partir dos esquemas conhecidos como centro-periferia¹³⁹, constatavam que o atraso econômico era uma condição da periferia. Entre os vários aspectos assinalados nestes esquemas, está a análise da introdução e difusão de uma forma assimétrica – devido à condição particular ocupada no comércio internacional e ao processo histórico de constituição das economias nacionais periféricas – do progresso técnico gerado no centro. E a decorrente heterogeneidade do tecido social e econômico que apresentava desníveis acentuados de produtividade em seus espaços e setores, desenvolvendo formas permanentes de dualismo econômico e social.¹⁴⁰

A partir de uma análise basicamente econômica, mas não deixando de incluir elementos da formação histórica da economia e dos países da região latino-americana, a CEPAL procurava definir a especificidade do subdesenvolvimento.¹⁴¹ Subjacente a esta especificidade está a idéia fundamental da superação do atraso através de políticas de desenvolvimento induzidas a partir de fora do mecanismo econômico, isto é, através do planejamento estatal.

Mas se a superação do subdesenvolvimento não era um processo espontâneo, e portanto não repetiria o curso das economias capitalistas desenvolvidas¹⁴², a visão de destino das economias subdesenvolvidas era o capitalismo. O desenvolvimento de que

¹³⁹ RODRIGUEZ, O. - op. cit., cap. 1; MORAES, R. C. C. - op. cit., pp. 111 a 118; BIELSCHOWSKY, R. - op. cit., pp. 15 a 18.

¹⁴⁰ OLIVEIRA, F. - A economia brasileira: crítica à razão dualista. Petrópolis, RJ: Vozes, 6ª ed., 1988, especialmente pp. 9 a 13.

¹⁴¹ CARDOSO DE MELLO, J. M. - O capitalismo tardio, São Paulo, Brasiliense, 1982, pp. 13 a 27.

¹⁴² Superando deste ponto de vista, por exemplo, as concepções marxistas de caráter determinista.

se trata é o desenvolvimento capitalista, visto como um processo para a constituição plena deste sistema nos países da região. Esta a tarefa a que se dedicou a CEPAL.¹⁴³ Ainda que os mecanismos “clássicos” não se repetissem, o objetivo era muito claro.

Repetidas vezes a CEPAL em seus documentos esclarece o caráter e o conteúdo da utilização de instrumentos não-mercantis para perseguir objetivos mercantis.

“Estreitamente vinculada às contribuições de teoria, existe ainda uma ampla argumentação de política econômica sobre a planificação e o papel do Estado. A primeira não é vista como um substituto do mercado, mas sim como um meio para dar eficácia à sua operação. Ela é vista como um requisito para canalizar ordenadamente as mudanças estruturais que a industrialização e o desenvolvimento trazem consigo, e portanto, para evitar os desajustamentos e incoerências que acompanham essa transformação, quando ela se realiza de uma maneira espontânea.”¹⁴⁴

Ou seja, a utilização do planejamento e o preponderante papel econômico atribuído ao Estado objetivavam exatamente a constituição do mercado e de relações típicas deste sistema econômico em economias que conservavam estruturas atrasadas e cujo desenvolvimento “natural” não as conduzia neste rumo.

Mesmo quando trata da relação com o capital externo esta perspectiva geral é mantida. Vale dizer, busca-se uma cooperação com este para atingir o objetivo proposto, o que implicaria em formas variadas de regulamentação e de controle, mas não a sua exclusão.¹⁴⁵

Nos estudos da CEPAL não há exatamente um modelo de capitalismo tomado como base. Talvez se pudesse falar em certas características de um modelo inacabado:

¹⁴³ MORAES, R. C. C. - op. cit.

¹⁴⁴ RODRIGUEZ, O. - op. cit., p. 260.

um espaço econômico mais homogêneo, um Estado regulador ao estilo keynesiano, e, sobretudo, um capitalismo de bases nacionais. De todo modo, a perspectiva é a saída do subdesenvolvimento através de um desenvolvimento capitalista induzido pelo Estado.

O programa para atingir este objetivo, a industrialização e a constituição de um mercado interior, dinamizaria um conjunto de elementos constitutivos do projeto em questão.¹⁴⁶ Trata-se de um

“(...) projeto sócio-político, através do qual se tornam visíveis os vínculos do pensamento em questão com os pontos de vista e interesses de determinados grupos e classes sociais, revelando seu caráter ideológico.

Sobressai em primeiro lugar o papel atribuído à burguesia industrial nacional. A ela cabe liderar o aprofundamento de relações de tipo capitalista (...) Assim pois, o projeto sócio-político implícito no pensamento da CEPAL não só aparece como compatível, mas também como convergente com os interesses do grupo mencionado.

É de se observar, no entanto, que mesmo quando defende e privilegia tais interesses, esse projeto – e com ele o pensamento que o contém – possui também um cunho policlassista.”¹⁴⁷

Ao invés de atribuir a construção deste projeto à burguesia nacional, o agente e condutor, por excelência, é o Estado. Naturalmente, modificado no sentido de se dotar de uma racionalidade pensada acima dos conflitos sociais e dos interesses imediatos da própria classe beneficiária. O Estado é concebido, portanto,

“como uma entidade externa ao sistema sócio-econômico, capaz de apreendê-lo de uma forma consciente e de atuar sobre ele, imprimindo-lhe

¹⁴⁵ Idem, p. 258.

¹⁴⁶ Ver a este respeito a importância que Celso Furtado dá ao mercado interno para a unificação das regiões do país e para a construção de uma identidade e autonomia nacionais. In FURTADO, C. - Brasil: a construção interrompida, Rio de Janeiro, 2ª ed., Paz e Terra, 1992.

uma racionalidade que, por si só, ele não possui e conduzindo-o a resultados que, de outra maneira, seria impossível atingir.”¹⁴⁸

E uma condição essencial para isso é que a condução da política de desenvolvimento, e portanto da tarefa fundamental do Estado, seja levada a efeito por uma elite tecnicamente preparada para isso.¹⁴⁹ Esta é a transformação básica proposta para o Estado.¹⁵⁰

b) Escola da dependência

Ainda que varie muito em suas interpretações, é uma característica comum aos trabalhos da escola da dependência a incorporação explícita no diagnóstico do “subdesenvolvimento”, ou da dependência, da dimensão política e social interna – vale dizer, os esforços em localizar internamente as classes e setores sociais que se associam, através de uma correspondência de interesses, às classes (aos Estados) dominantes no plano internacional. Assim, ao lado de ser um fenômeno produzido pela expansão internacional do capitalismo, a dependência não poderia ser compreendida sem uma análise da sociedade e das formas específicas de dominação de classe no seu interior.¹⁵¹ Uma contribuição desta corrente foi a análise do desenvolvimento associado para

¹⁴⁷ RODRIGUEZ, O. - op. cit., p. 264.

¹⁴⁸ Idem, p. 265.

¹⁴⁹ Conforme definição de Celso Furtado, in MORAES, R. C. C. - op. cit., p. 208.

¹⁵⁰ Deste ponto de vista o tema da democratização do Estado não só é marginal como não é mesmo um objetivo. Cf. MORAES, R. C. C. - op. cit., p. 207.

¹⁵¹ Ainda que este propósito seja formulado por Cardoso e Falletto (in CARDOSO, F. H. e FALETTO, E - Dependencia y desarrollo en América Latina, México, 15ª ed., Siglo XXI, 1979) a ausência de uma elaboração de análises concretas, para além do conceito genérico de dependência, é uma das críticas mais importantes a esta escola. Cf. WEFFORT, F. C. - Dependência: Teoria de Classes ou Ideologia Nacional?, in WEFFORT, F. C. - O populismo na política brasileira, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 4ª ed., 1980.

caracterizar processos de crescimento econômico posteriores às crises da década de 60, em particular, no Brasil, fortemente impulsionados pela “tríplice aliança” entre o capital internacional, o capital nacional e o Estado.¹⁵²

Apesar deste traço distintivo, nem todas as elaborações em torno da chamada escola da dependência formulam uma análise das razões econômicas do subdesenvolvimento. Em alguns casos talvez se pudesse dizer que há um acoplamento de uma análise social e política aos esquemas desenvolvidos pela CEPAL.¹⁵³ Deste modo seguiriam a estrutura básica do diagnóstico econômico da CEPAL, mas incorporando análises do Estado e da desigualdade na apropriação social do processo de desenvolvimento.

Há, no entanto, obras significativas dentre as que compõem o campo das teorias da dependência, que procuram analisar a constituição histórica do “subdesenvolvimento” como um processo especificamente capitalista.¹⁵⁴ Algumas destas obras que se filiam à escola da dependência, ao criticar a concepção dualista da CEPAL,¹⁵⁵ passam a avaliar as relações sociais – que ao nível da produção podem ser

¹⁵² Cf. CARDOSO, F. H. e FALETTO, E - op. cit.; também SERRA, J. e TAVARES, M. C. - *Más allá del estancamiento. Una discusión sobre el estilo de desarrollo reciente en Brasil*, in SERRA, J. (org.) - *Desarrollo latinoamericano - Ensayos críticos*, México, Fondo de Cultura Económica, *Lecturas nº 6 de El Trimestre Económico*, 1983.

¹⁵³ CARDOSO DE MELLO, J. M. - op. cit., pp. 24 a 27. Nas notas introdutórias de seu livro, João Manoel considera que a versão apresentada por Cardoso e Falletto não leva às últimas consequências a crítica à CEPAL pois acaba incorporando sua estrutura de análise econômica e histórica, embora sobrepondo a esta análises do Estado e das classes. A crítica a Gunder Frank é mais cortante: tratar-se-ia de uma “mera reprodução radicalizada da problemática cepalina” (p. 24).

¹⁵⁴ Cf. FRANK, A. G. - *Acumulação dependente e subdesenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1980

¹⁵⁵ E também a concepção de transformação por etapas prolongadas, defendida com vigor pelos Partidos Comunistas na América Latina: esta via no “atraso” os sinais de existência de

caracterizadas como pré-capitalistas, mas subordinadas ao modo de produção capitalista – como relações capitalistas, tendo em vista a sua inserção e a destinação de seu produto ao mercado internacional.¹⁵⁶

Há ainda outro aspecto comum a esta forma de enfocar o problema do subdesenvolvimento que é a tentativa de criar uma “ponte” com as análises marxistas do imperialismo.¹⁵⁷

Não existe um ponto de vista comum a esta escola sobre a via de superação da dependência. Para alguns¹⁵⁸ trata-se de superar o capitalismo, que não produziria senão (e no máximo) o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, fórmula que expressa a impossibilidade de superar a condição da dependência nos marcos do capitalismo. Não haveria portanto uma via específica, mesmo que de transição ao socialismo, para estes países, que se integrariam no mesmo horizonte de possibilidades dos países mais desenvolvidos

relações feudais ou semi-feudais e a necessidade de apoiar a burguesia nacional e uma revolução burguesa.

¹⁵⁶ Ao contrário da crítica simplificada de João Manoel (referida na nota n.º 24, acima), a interpretação sobre o caráter das relações sociais de produção é radicalmente diferente entre esta corrente da dependência (Gunder Frank) e a CEPAL. Onde a CEPAL via relações arcaicas, esta corrente da escola da dependência via relação capitalista. Isto também a diferencia de outras interpretações. Esta, aliás, é a crítica de Mandel aos trabalhos de Gunder Frank, e um dos traços que distingue esta corrente da escola da dependência daquela baseada no desenvolvimento desigual e combinado. MANDEL, E. - op. cit., pp. 7 e 8. Na expressão resumida de Lowy: “Os teóricos da dependência (notadamente Gunder Frank) se distinguem dos partidários da concepção do desenvolvimento desigual e combinado pela afirmação do caráter exclusivamente capitalista das economias latino-americanas, depois da colonização - para estes trata-se sobretudo de um ‘amalgama’ entre relações de produção desiguais, sob a dominação do capital.” In LOWY, M. - op. cit. (tradução nossa).

¹⁵⁷ Cf. CARDOSO, F. H. - A dependência revisitada, in CARDOSO, F. H. - As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993, p. 102.

¹⁵⁸ Representado principalmente nos trabalhos de Gunder Frank.

Outras contribuições¹⁵⁹ tratam de maneira ambígua este problema. Por um lado o desenvolvimento associado aparece como uma via possível de alterações significativas na sociedade e na economia dos países dependentes, conservando porém esta condição. De outro, acentua-se o conflito político e seus resultados como a chave para definir o futuro destas sociedades e a possibilidade de reversão da situação de dependência.

Estas duas versões que tomamos como mais significativas da escola da dependência não chegam a estruturar um programa para a superação do subdesenvolvimento ou da dependência. Ou seja, ou o “programa” aparece em uma fórmula genérica (e doutrinária) – um programa socialista – ou simplesmente não aparece.

c) Interpretação do desenvolvimento desigual e combinado

Esta linha interpretativa organiza seu diagnóstico das regiões periféricas a partir do processo de constituição do capitalismo como sistema universal. Encontrando regiões e países submetidos a diversos modos de produção ou mesmo a estágios diferenciados dentro do modo de produção capitalista, há uma submissão destes sem necessariamente destruí-los. Há, assim, não um dualismo mas uma combinação de diferentes modos de produção e estágios dentro do modo de produção capitalista, sob a predominância do capitalismo.

“A hipótese que funda esta teoria poderia ser formulada nos seguintes termos: com a constituição do capitalismo como *sistema mundial*, a história mundial passa a ser uma *totalidade concreta* (contraditória) e as condições do desenvolvimento social e econômico conhecem uma mudança

¹⁵⁹ Especialmente CARDOSO, F. H. E FALLETTO, E. - op. cit.

qualitativa: 'O capitalismo...prepara e, em certo sentido, realiza a universalidade e a permanência do desenvolvimento de diversas nações. Forçado a se colocar à reboque dos países avançados, um país atrasado não se encaminha para a ordem de sucessão...' As sociedades menos desenvolvidas têm a possibilidade, ou, mais que isso, são obrigadas a adotar certas estágios avançados de produção saltando etapas intermediárias... 'O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original de diversas formas econômicas. O processo no seu conjunto adquire um caráter irregular, complexo, combinado.'"¹⁶⁰

Assim, o desenvolvimento do capitalismo nas regiões periféricas ao mesmo tempo que avança por saltos redefine e incorpora, de forma subordinada, relações atrasadas de produção, não se homogeneiza.¹⁶¹

Nesta abordagem, é claro que a superação do atraso é inconcebível sem a superação do capitalismo. Este processo, no entanto, é visto de maneira diferente da via diretamente socialista, como proposta a partir das análises de alguns autores da dependência. Deveria combinar em um mesmo programa tarefas democráticas, ou seja, não diretamente socialistas mas que não poderiam ser resolvidas pela burguesia dos países atrasados – especialmente as questões ligadas à propriedade da terra e à autonomia nacional, implicando na resolução das contradições que afetam a maioria da

¹⁶⁰ LOWY, M. - op. cit., incluindo citação de Trotsky em História da revolução russa, capítulo 1. (Tradução nossa).

¹⁶¹ MANDEL, E. - O capitalismo tardio. São Paulo: Abril Cultural, 1982, capítulo 1. É interessante, ainda, aqui registrar a seguinte observação:

"A tese cepalino-furtadiana da dualidade distingue-se da constatação geral e histórica do 'desenvolvimento desigual e combinado' da tradição marxista (Lenin e Trotsky) precisamente porque para Furtado e a CEPAL o desenvolvimento é desigual – tanto pelas diferenças de grau e ritmo de desenvolvimento quanto pelas diferenças qualitativas entre setores que se desconhecem entre si – *mas não é combinado*." in OLIVEIRA, F. (org.) - Celso Furtado. São Paulo: Ática, 1983, p. 8.

nação, daí também seu conteúdo democrático – com tarefas socialistas, como a expropriação do grande capital.

Este programa de transição ao socialismo coloca no centro de suas preocupações a transformação do poder. À medida que, no seu conjunto, não pode ser absorvido pelo desenvolvimento capitalista na periferia, geraria uma dinâmica de “transcrescimento” do processo político e social que segmentaria interesses de classe, possibilitando a hegemonia do proletariado face ao conjunto da nação.

A dimensão internacional, que caracteriza este enfoque, tem importância tanto como base para análise da condição periférica como para servir de projeção para sua ultrapassagem. Ainda que o espaço nacional seja privilegiado como ponto de partida da transformação social e como arena de disputa do Estado, o “subdesenvolvimento” só pode ser superado em escala supranacional. Para a periferia do capitalismo, a transição ao socialismo é um processo inconcluso enquanto não se ligar a transformações, com este mesmo caráter, nos países centrais. A saída da condição capitalista periférica não é a passagem a uma etapa, ou situação, capitalista autônoma, nacional.

d) Os três “modelos” anteriores e o projeto do PT

A busca de contrapontos entre as três abordagens e as abordagens presentes no que caracterizamos como projeto de desenvolvimento nacional do PT tem como finalidade não só encontrar similitudes e contrastes mas sobretudo verificar, à luz de interpretações que podem ser condensadas em “modelos” interpretativos, o sentido geral, histórico, do projeto do PT.

Estes modelos de análise da desigualdade do capitalismo enquanto sistema universal permitem discutir aspectos estruturais de uma concepção sobre o tema, quais sejam: um diagnóstico do “atraso” ou subdesenvolvimento, ou seja, como avaliar a trajetória, o passado e a constituição das sociedades periféricas bem como os chamados bloqueios no seu desenvolvimento; a idéia mesma do desenvolvimento e sua relação com o capitalismo enquanto sistema sócio-econômico que gera a condição do “atraso” histórico; por fim, o problema das alternativas (ou projetos) de superação da condição subdesenvolvida, atrasada ou dominada, o que remete para a relação entre desenvolvimento e poder.

Assim a utilização dos modelos interpretativos referidos no item anterior, de forma a destacar componentes estruturais de análise e as respostas características de cada uma destas abordagens, é um recurso legítimo, pensamos, para analisar em profundidade o projeto do PT.

De outro lado, como procuramos evidenciar ao longo deste estudo, a escolha das três abordagens – o desenvolvimentismo, a escola da dependência e a teoria do desenvolvimento desigual e combinado – responde a opções analíticas que, também pensamos, são sustentáveis. As duas primeiras correntes têm presença marcante na história do pensamento social latino-americano e especificamente na problemática do subdesenvolvimento. A terceira, ainda que com um peso minoritário nos debates socialistas sobre a periferia e os países dominados, tem ressonância, ao menos em um momento de forma significativa, na elaboração do projeto do PT, sendo isto o que explica ter tomado esta referência e não outra – como poderia ter sido a corrente que considera como categoria básica a economia-mundo – para explorar a variante que

considera a superação do subdesenvolvimento um processo simultâneo de superação do capitalismo.

e) O projeto de desenvolvimento nacional do PT

Retomamos agora o projeto proposto pelo PT, considerando suas especificidades em cada um dos momentos de elaboração (1989 e 1994).

De início podemos dizer que o diagnóstico dos problemas do desenvolvimento capitalista brasileiro têm sua ênfase central – talvez mais correto ainda dizer *quase exclusiva* – colocada nas suas contradições internas. Estas bloqueiam a constituição de uma dinâmica interna de desenvolvimento, de um mercado interior possante, através de mecanismos construídos historicamente para a manutenção da concentração da propriedade e da renda. De outro lado, o Estado, sob controle de interesses privados, perde sua condição ideal de impulsionador do desenvolvimento e de universalização dos benefícios deste. Esta forma de desenvolvimento é resultado de uma determinada dominação de classe, que deve ser revogada (em maior ou menor prazo, com maior ou menor radicalidade, segundo o momento da elaboração do projeto do PT). A subordinação ao imperialismo (ou ao hegemonismo, também conforme o momento desta elaboração) aparece como um elemento que compõe o diagnóstico, mas de nenhuma maneira como um determinante fundamental.

É importante assinalar que, para as três correntes de pensamento que tomamos como referência, a organização internacional do capitalismo e sua dinâmica são um elemento definidor do caráter das sociedades atrasadas, subdesenvolvidas, dominadas ou dependentes.

Incomparavelmente mais do que em qualquer das três grandes abordagens que resumimos nos itens anteriores o tema da subordinação internacional aparece de forma secundária na análise sustentada pelo projeto de desenvolvimento nacional do Partido dos Trabalhadores.

Registramos que este comportamento analítico não é de fácil explicação, mas suas decorrências são perceptíveis em lacunas e na evolução do projeto. Estas lacunas não impedem de formular, no projeto, perspectivas face ao contexto internacional, que variam qualitativamente entre os dois momentos de elaboração do projeto de desenvolvimento do PT. Mostramos no Capítulo 2, inclusive, que a avaliação sobre o contexto internacional e seu poder restritivo sobre as opções de desenvolvimento do país evolui de maneira contraditória: guarda mais expectativas em 1994, justamente quando a ordem internacional é mais fechada ao tema do desenvolvimento nacional.

A via de superação das contradições do capitalismo brasileiro através de um desenvolvimento de novo tipo apresenta uma perspectiva socialista, com variações nos seus prazos, ritmos e na sua dinâmica, ou seja, sob processos qualitativamente diferentes.

Assim, em 1989, o processo que se delineia aproxima-se visivelmente daquele propugnado pela corrente que organiza seu enfoque a partir da concepção do desenvolvimento desigual e combinado. Uma volta à citação que estrutura o programa de 1989 deixa bastante claro a semelhança quanto à dinâmica e ao ritmo previstos para o processo:

“A efetivação de medidas deste gênero - reformas de conteúdo antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista (CH) - mesmo que de cunho não explicitamente socialista, choca-se com a estrutura do

capitalismo aqui existente e somente poderão ser adotadas por um governo de forças sociais e políticas em choque com a ordem burguesa(...)o governo democrático e popular e o início da transição ao socialismo são elos do mesmo processo.”

Importante aqui notar dois aspectos: primeiro, a idéia de que um programa de transformações de carácter democrático radical no seu conjunto não pode ser absorvido pela dominação burguesa; segundo, o carácter ininterrupto do processo. Esta aproximação com a noção de transcrescimento programático a partir de um conjunto de transformações democráticas, consideradas inassimiláveis pela estrutura capitalista, não deve obscurecer diferenças com a visão programática decorrente da interpretação baseada na “lei do desenvolvimento desigual e combinado”. No visão de programa do PT não constam medidas e transformações propriamente socialistas. É a sua dinâmica que, supõe-se, levaria a este desdobramento.

Em 1994 o projeto articula de maneira diferente os prazos e a evolução do processo para a constituição de um desenvolvimento de novo tipo. Recorremos, para facilitar, também a uma citação feita no Capítulo 1, que mostra como, neste momento, a questão é colocada:

“As propostas que apresentará em seu Programa de governo-94 apontam para transformações de carácter democrático e antimonopolistas - antilatifundiárias e antiimperialistas - que se inserem em uma estratégia de longo prazo de construção de uma alternativa ao capitalismo, uma revolução democrática que mude radicalmente as bases do poder.”

Cabe chamar a atenção para os seguintes aspectos: não há propriamente uma alteração do conteúdo programático mas, de modo significativo, nos seus prazos e na sua dinâmica. A conquista do governo pelas forças políticas que defendem este programa e a transição ao socialismo não são vistos mais como “elos de um mesmo

processo”. Sua ligação se daria a “longo prazo”. Entre estes dois pontos imaginários situa-se um período prolongado em que as bases do capitalismo seriam reorganizadas.

O programa para esta reorganização é marcadamente dominado por um viés econômico. É o projeto econômico que sobredetermina o conjunto das ações programáticas e condiciona a evolução do conflito político e social.

Deste ponto de vista é possível considerar uma aproximação relativa com o programa estruturalista. Difere, naturalmente, quanto à perspectiva ou destino do projeto. Mas no que se refere à lógica que domina o programa, para o longo período entre a conquista do governo e a transição ao socialismo, as semelhanças são importantes. Mas os meios que para o enfoque estruturalista – cujo ponto de chegada é o capitalismo desenvolvido – são coerentes, para um enfoque que tem outra finalidade, aliás antagônica, passam a se constituir em questionamento do seu próprio objetivo.

A questão que decorre daí é óbvia: o projeto de desenvolvimento nacional proposto pelo PT em 1994 carrega uma contradição fundamental nos seus termos constitutivos, o que reforça ainda mais a aproximação com as teses estruturalistas que assinalamos acima.

Projetos sócio-políticos sob uma mesma perspectiva estratégica formal, socialista, mas com uma organização e qualificação distintas dos seus elementos constitutivos e da sua dinâmica, implicam, necessariamente, decorrências diversas face ao tema decisivo do Estado.

Quando este projeto se estrutura sob a dinâmica do conflito político, o Estado passa a ser a confluência do conjunto dos conflitos parciais originados em cada vertente do programa. Supõe-se ainda, nesse caso, que o sujeito fundamental deste processo não

é propriamente o Estado ou o governo sob a hegemonia das forças políticas que sustentam este programa, mas sim as classes e os setores sociais interessados na sua concretização.

A perspectiva face ao Estado se altera quando a dinâmica é centrada na busca da reorganização do capitalismo brasileiro, ainda que a longo prazo se preveja sua superação. Nesta ótica o Estado, ainda que “democratizado e desprivatizado”, passa a administrar os conflitos decorrentes da nova situação e do próprio programa. É o guardião dos ritmos e da racionalidade inerente aos objetivos do período de reorganização. Faz parte do que seria uma nova correlação de forças, mas contém a sua evolução nos marcos do projeto econômico que preside a lógica do programa na sua etapa “reorganizadora”.

Mais uma vez a semelhança com a visão estruturalista pode ser reclamada. E de novo podemos também pontuar diferenças importantes: ao contrário da formulação estruturalista, busca-se um conjunto de reformas no sentido da democratização do Estado.

À maneira de uma breve conclusão, é possível dizer que o projeto de desenvolvimento nacional do PT oscila entre duas grandes perspectivas: a socialista e a reorganizadora-reformadora do capitalismo brasileiro. É plausível apontar aproximações em cada um dos pólos deste movimento, respectivamente, com a corrente que interpreta o desenvolvimento capitalista a partir do seu caráter desigual e combinado e com o estruturalismo. Nas grandes questões definidoras de um projeto desta natureza, a temática da dependência não se insere – embora isto ocorra em passagens importantes, mas não determinantes, do programa – de uma maneira similar às duas outras correntes

analisadas. Ela está presente, sobretudo na variante que dá peso à “interiorização” da dependência, na valorização das condições internas, nacionais, do processo; e, simetricamente, na subvalorização dos condicionantes internacionais.

Conclusão

O estudo apresentado nas páginas anteriores procurou:

1º) analisar os programas apresentados pelo Partido dos Trabalhadores às eleições presidenciais de 1989 e 1994 de modo a verificar a possibilidade de interpretá-los como projetos articulados em torno a dois temas básicos, o desenvolvimento nacional e o poder político;

2º) investigar a correlação entre estes projetos e o contexto na sociedade brasileira e no plano internacional nestes dois momentos, sob a hipótese de que um ambiente nacional de crise permitiria a expressão e a conformação de alternativas de conjunto organizadas em torno das questões do desenvolvimento nacional e do poder político;

3º) retomar contribuições teóricas voltadas ao debate da problemática do desenvolvimento na periferia do capitalismo para em seguida reexaminar o (s) projeto (s) apresentado (s) pelo Partido dos Trabalhadores, supondo tanto a existência de influências relativas dos primeiros sobre o segundo e também uma melhor condição, utilizando este pano de fundo, de olhar em profundidade o sentido geral e ideológico do (s) projeto (s) de desenvolvimento nacional e de poder político apresentado (s) pelo Partido dos Trabalhadores.

Em cada um dos capítulos anteriores estabelecemos conclusões parciais que agora sintetizamos.

Os programas organizados pelo PT nos dois anos citados podem ser lidos como projetos de desenvolvimento nacional combinados a uma determinada perspectiva de

transformação ou alteração do poder político. São, evidentemente, genéricos e não têm a formalização que se poderia esperar, sobretudo se os enfocarmos tendo em mente uma influência tão poderosa como foi (e talvez continue sendo ainda) o estruturalismo da CEPAL. São também parciais e incompletos, quando vistos de forma desagregada, com tratamentos desiguais para os vários elementos mais salientes que o conformam, com resoluções muitas vezes ambíguas para os mesmos. Mas se o ângulo de observação for - como o que adotamos - o de encontrar uma singularidade no equacionamento de respostas aos problemas cruciais enfrentados pela sociedade brasileira naqueles momentos, e mais ainda, o de perceber que estas respostas tentam estabelecer uma ligação com o passado e com as possibilidades da sociedade brasileira, aí sim pensamos poder considerar que estamos diante de um projeto de desenvolvimento nacional. Procuramos mostrar, além disso, continuidades e cortes entre os dois momentos de elaboração. Este aspecto será retomado adiante.

Este (s) projeto (s) procura (m) articular potencialidades abertas pela crise do final dos anos 80, que faz confluír para um período concentrado duas grandes interrogações e disputas que polarizam as forças políticas e sociais: a prolongada interrupção do desenvolvimento econômico, obtido ao longo de décadas de pós-guerra, exigia novas definições de curso (em meio a profundas pressões internacionais) e de orientação estratégicas e, simultaneamente, a carência de uma direção política e de instituições adequadas para resolver os profundos problemas de uma substituição inconclusa do regime militar.

Mas a emergência do projeto de desenvolvimento nacional e de poder político do PT só é possível porque, além desta circunstância especial e não-duradoura na

sociedade, o próprio PT passou a reunir crescentemente ao longo do período, condições políticas e sociais para se apresentar como protagonista em um momento decisivo.

Se é possível dizer que este projeto só se manifestou porque havia uma crise nacional, parece também plausível afirmar que na ausência desta – ou se quisermos ser mais precisos, quando os sinais de sua evolução se alteram radicalmente, como foi a passagem de 1989 a 1994 – o projeto perde densidade, coerência, conhece contradições internas profundas e o próprio partido (e seu projeto) sofre um intenso deslocamento com a forte, rápida e desfavorável alteração da correlação de forças na sociedade. Os movimentos amplos da sociedade – conceito que tomamos emprestado de nossa principal referência bibliográfica no Capítulo 2 – mudam de direção entre 1989 e 1994, ou, mais precisamente, entre o período de 1987 a 1989 e de 1990 em diante.

Uma melhor compreensão do projeto do Partido dos Trabalhadores foi possível pelo recurso ao contraponto com contribuições teóricas desenvolvidas em períodos diferentes e em épocas históricas diferentes. Por isso mesmo, registramos uma cautela necessária para não enxergar na elaboração do PT um prolongamento de experiências de caráter e natureza diversas e que sofreram, ao longo do tempo, fortes descontinuidades. Mas este contraponto nos permitiu salientar laços de aproximação – e portanto relativizar bastante a singularidade da contribuição programática do PT – e aprofundar a análise do sentido geral e ideológico do projeto do PT.

Ao longo desta dissertação nos referimos a este projeto ora no singular ora no plural, expressando tanto continuidades básicas mas também cortes e alterações significativas.

Em 1989 e em 1994 o projeto de desenvolvimento nacional e de poder político do PT apresenta uma perspectiva socialista e combina os mesmos elementos estratégicos, vale dizer, mantém sob foco os dois grandes temas – desenvolvimento nacional e poder político – distribuídos em três grandes objetivos: distribuição da terra e da renda, democracia e autonomia nacional. Aí podemos ver continuidade.

Mas o que poderíamos chamar de “forças motrizes” do programa, o seu ritmo e a sua dinâmica alteram-se entre 1989 e 1994.

No primeiro projeto (1989), são as forças sociais interessadas na realização do programa que assumem o papel principal, do que derivam ritmos e uma dinâmica em permanente modificação, a ponto de, na percepção do próprio projeto, considerar que a conquista do governo e a transição ao socialismo seriam “elos de um mesmo processo”. Esta forma de conceber a realização do projeto, orientado pelo objetivo inicial de transformações democráticas radicais, o colocaria em choque com a ordem capitalista e o poria frente à questão da sua superação. Esta apreciação foi considerada por nós como próxima, mas não a mesma, daquela decorrente das análises do capitalismo periférico sob a ótica do desenvolvimento desigual e combinado.

No segundo projeto (1994), o que toma o lugar destacado para impulsionar o programa é o Estado, sob um novo governo. É a ele que cabe definir o ritmo da implementação do programa, que passa a ser condicionado à consecução de objetivos econômicos, especificamente a reorganização do capitalismo brasileiro tendo como base o mercado interno e a distribuição de renda. Nesta nova orientação, a dinâmica é pausada, ou, melhor dizendo: prevê-se um prolongado período entre a conquista do governo e a possibilidade de uma transição ao socialismo, no qual o imperativo

econômico sobredetermina os demais. Foi neste enfoque que consideramos uma aproximação relativa com o projeto sócio-político que pode ser extraído das teses estruturalistas da CEPAL. É bem verdade que este não prevê como objetivo o socialismo, mas o desenvolvimento capitalista e um capitalismo de bases nacionais. Mas pelo papel conferido ao Estado e à forma de sobrepor o projeto econômico de desenvolvimento aos conflitos sociais, esta aproximação existe (e coexiste com as diferenças).

Assim, também podemos ver cortes e orientações significativamente diversas do projeto do PT entre 1989 e 1994. Ele não pode ser compreendido à parte de suas oscilações entre um pólo e outro.

Esta conclusão talvez ficasse incompleta se não indicássemos algumas linhas temáticas, de caráter mais geral, por onde prosseguir uma pesquisa sobre o tema dos projetos de desenvolvimento:

1. Em primeiro lugar uma grande interrogação: qual o lugar da periferia e do tema do desenvolvimento nacional em um contexto de agressivas mudanças internacionais e de novos condicionantes nacionais? Como analisar em profundidade o efeito das transformações, no sentido liberal, do Estado; quais suas repercussões ao se pensar, ao menos no plano abstrato, novamente em um “projeto de desenvolvimento”? Haveria ainda a hipótese de uma reconstrução nacional do Estado (de caráter não liberal)? Ou, estas transformações, supondo naturalmente que não se encaminham para uma igualação e homogeneização do capitalismo em escala mundial, levariam à retomada dos temas da autoorganização social e da principalidade dos conflitos de classe como base para repensar o desenvolvimento nacional (reforçando, portanto, uma

perspectiva para além do capitalismo)? Por fim, como relacionar estas indagações com as grandes contribuições teóricas deste século sobre o tema do desenvolvimento na periferia? Que atualidade ou validade continuariam tendo?

2. A grande dificuldade contida neste assunto é que o desenvolvimento nacional é um tema que parece não ter mais lugar na teoria – embora cresça a desigualdade entre países e regiões. Melhor dizendo, não assistimos mais ao destaque teórico e político – uma característica da dupla natureza do tema – que o tema já teve. Por exemplo, no período do pós-guerra esteve na pauta da reorganização internacional e das instituições que aí surgiram bem como de uma retomada de estudos, sobretudo no campo da teoria econômica, em grande medida influenciados pelo keynesianismo. Este período que se prolonga por, pelo menos, duas décadas não é o único exemplo. É possível apontar outros.

Nos anos 70, particularmente no seu início, têm grande influência principalmente nos meios acadêmicos, os debates em torno das teorias da dependência. Surgida como resposta crítica à crise do “desenvolvimentismo”, esta abordagem, ainda que sujeita a importantes questionamentos e ainda que não tenha tido um prosseguimento mais duradouro que aquela década, influenciou inúmeros estudos e deu alento a um debate que a realidade parecia condenar ao fracasso.

Um outro exemplo, com características históricas e sob termos bastante diferentes, mas que pode ser inserido na mesma problemática, são os debates no interior do movimento socialista – mais precisamente na II e na III Internacional – que transcorrem nas primeiras duas décadas deste século. A rigor estes estudos são iniciados com os últimos escritos de Marx, a respeito do desenvolvimento da Rússia. Assistimos,

então, uma intensa produção de estudos sobre a expansão internacional do capitalismo, a integração de regiões atrasadas e seu destino contraditório. Combinam elementos econômicos, históricos e políticos, buscam uma compreensão da nova totalidade (e suas contradições). Preponderantemente informado por um evolucionismo mas também contrastados por interpretações não-lineares da história, este momento representou um rico acervo para a crítica e a construção de perspectivas para além do capitalismo.

Evidentemente nossa época é outra.

Mas se o tema do desenvolvimento nacional não tem mais lugar na agenda dominante talvez não se possa tão facilmente descartá-lo face à realidade em que vive boa parte, a imensa maioria, da humanidade.

3. Os conceitos sobre a nova época histórica em que adentramos – assim como a própria – estão longe de uma consolidação e de acomodar tendências seguras. Esta é outra fonte extra de dificuldades e que requer extrema cautela. Tendo como referência os vários esforços de desvendamento do que se passa no mundo, há uma variedade de apreensões críticas, mas também, e em grande medida, um forte impressionismo. Já se decretaram vários óbitos: da luta de classes, do Estado nacional, da própria história. Ao mesmo tempo, teimosamente e contra a corrente, continuam a se produzir pesquisas, reflexões e fatos que identificam o conflito e a natureza contraditória dos processos em curso. Se é difícil e temerário pensar que a teoria possa se adiantar à história – como inúmeras vezes se comprovou – em contrapartida é impraticável pensar a história sem teorias. Nesse sentido um esforço em realizar pesquisas próximas à linha do horizonte carregam um risco mas não podem ser consideradas impraticáveis. Devem, contudo,

exercer a máxima cautela (mas não o conservadorismo) e procurar pisar em terreno firme.

4. Um aspecto evidente sob contestação é o da vigência do Estado nacional. Como elemento central em qualquer perspectiva face ao desenvolvimento nacional, esta é uma questão decisiva e, naturalmente, deve ser objeto de detido estudo. Há aí um conjunto de indicadores da sua vigência nos países-líderes desta nova fase histórica. Para além das doutrinas, os Estados destes países continuam agindo agressivamente. Não é o mesmo o que se passa na periferia e nas regiões subordinadas ao “centro”. Há, de fato, uma intensa modificação da estrutura e do papel do Estado, no sentido de adequar-se a um figurino liberal. Ao mesmo tempo as sociedades da periferia estão longe de reproduzir o mesmo padrão. Ao contrário. Trata-se de movimentos contraditórios.

Quais repercussões isto traz para a nossa temática?

Neste momento podemos expressa-los na forma de interrogações: é possível uma reconstrução do Estado nacional? Ou teríamos já passado de um ponto de *no return* e já adentrando em um terreno em que o Estado não poderia mais se colocar à frente da sociedade e nem ordenar seus conflitos? O que indicaria uma primazia evidente do terreno social como ambiente dos novos desdobramentos sobre a questão do desenvolvimento nacional.

Esta passagem, se considerada efetivamente, não eliminaria o problema do poder político. Ao contrário, o recolocaria de maneira radicalmente diferente e de forma mais contundente. Nesse sentido, parece possível esperar que nem tudo seja adversidade na época histórica que adentramos e que uma nova dinâmica social permita ao pensamento

e à ação transformadora superar formulações que reduziam a revolução social e a luta política a processos interiores ao Estado. De outro lado, parece também haver o risco de se pensar a revolução social sem atores políticos e sem focalizar o poder político.

5. Para fazer frente a estes novos interrogantes de qual arsenal teórico dispomos? Qual a vigência de correntes teóricas tão importantes em determinado momento deste século para a análise das contradições do capitalismo, em particular aquelas derivadas do enfoque sobre sua desigualdade, irregularidade e, ao mesmo tempo, capacidade de subordinar diferentes formas econômicas e sociais à sua dinâmica? Este questionamento não pode ser respondido *a priori*. Mas parece que o peso das discontinuidades está presente nas novas elaborações. No entanto, parece também que não se pode, seriamente, propugnar a irrelevância deste *background* teórico.

O que, sim, pode se apresentar-se como uma necessidade teórica é a retomada do estudo de fundamentos das várias correntes que se acercam do tema do desenvolvimento nacional. E, em seguida, buscar relações com as pesquisas mais recentes, procurando investigar continuidades e rupturas. Assim se propõe um duplo movimento, tomando novas referências teóricas e retomando antigas. E a partir desta base procurar respostas às questões que formulamos no início.

Post scriptum

A conclusão desta dissertação coincidiu com os últimos meses da disputa presidencial de 1998. Nesta breve nota é o caso, portanto, de registrar alguns elementos sobre a evolução programática do PT pós-1994, expressa no programa da terceira candidatura presidencial de Lula.

O aspecto inicial a se destacar é que todo o trabalho de elaboração do programa de 1998 não recebeu a mesma atenção e empenho verificados nas campanhas de 1989 e 1994, momentos de condensação do debate programático. O programa de 1998 foi efetivamente secundarizado, subordinado à constituição da chamada frente de oposições. É importante notar que não necessariamente uma política de alianças pressuponha a rarefação programática. Esta, digamos, é a feição vulgar – na verdade, eleitoral – de um processo de alianças. Os processos que envolvem alianças estratégicas necessariamente passam por experiências e debates que definem uma hegemonia política no programa que dirige um conjunto de forças políticas e sociais diversas.

Mas o “minimalismo programático” patente em 1998 pode expressar mais do que a contingência eleitoral. Procuramos mostrar ao longo desta dissertação a íntima relação entre a formulação programática do PT e o movimento geral da sociedade, particularmente o efeito de uma dinâmica conduzente a uma crise nacional e uma dinâmica de afastamento deste contexto e de sua superação. Mostramos ainda que a permanência de um vínculo com a perspectiva socialista que ainda se mantinha no programa de 1994 evidenciava que, condicionado pelo contexto histórico-social, o PT conservava também um elemento de autonomia e de capacidade de prosseguir, não

isento de contradições, uma elaboração sobre o desenvolvimento que continha uma perspectiva não-capitalista, indo além do desenvolvimentismo estruturalista. Ainda que não seja nosso objeto avaliar detidamente o conjunto dos fatores da dinâmica posterior a 1994, é razoável analisa-la como tendo um de aprofundamento da consolidação de um novo período histórico, ainda que sem a pretendida estabilidade sonhada pelos arautos do neoliberalismo caboclo. Muito mais distante, portanto, da situação e da dinâmica características de 1989. Mais adversa também para a continuidade de uma formulação sobre o desenvolvimento e o poder como a da daquele período. É claro que neste novo quadro a capacidade de resistência do PT reduziu-se ainda mais. O minimalismo programático, neste contexto, não é uma surpresa.

De outro lado, chama atenção o aprofundamento, ao máximo limite, do “paradoxo de 1994”. Na nossa análise este paradoxo se dava entre um amplo programa para reorganizar o capitalismo sob bases nacionais mas com uma perspectiva, ainda que longínqua, socialista. Esta forma de tratamento de uma visão alternativa sobre o desenvolvimento nacional e a questão do poder político, que se mostrou inexecutável em 1994, foi acentuada em 1998 em dois sentidos. O programa já não é amplo, restringe-se a medidas pontuais, que não formam mais um todo programático. É notável a ausência de uma formulação econômica mais coerente, para além das intenções de se articular um modelo de desenvolvimento alternativo. O que em 1994 nucleava o projeto de desenvolvimento nacional agora se perde em proposições localizadas e superficiais (sobre por exemplo o tema da inflação, mercado interno, relações com o exterior, etc). Mas não se volta, obviamente, aos termos de 1989, quando a elaboração de um projeto econômico no interior da elaboração geral era bastante limitada e o que articulava o

novo desenvolvimento nacional era uma dinâmica política de alteração radical do Estado. Agora o que vemos é ampla redução – no conteúdo e nos ritmos – das alterações políticas pretendidas. Elas estão organizadas em torno da concepção de aprimorar a democracia representativa, apresentando como um apêndice a busca de experiências, como a da participação direta da população nas definições orçamentárias, que superem esta forma de organização política.

A organização pontual e limitada do programa lembra a elaboração fragmentada do período pré-1989 (sem programa). No entanto, esta semelhança é apenas formal. No seu conteúdo, o que antes aparecia como representação de interesses imediatos da classe trabalhadora (sem constituir-se no seu sentido mais elevado, isto é, como um programa político visando a conquista do poder) aparece agora mesclado com proposições limitadas de reorganização nacional, do Estado e do desenvolvimento. Isto é mais claro no texto que expressa a opinião da frente de partidos. Neste poderíamos dizer que se supera a contradição de 1994 simplesmente pela eliminação de uma perspectiva não capitalista para o desenvolvimento. Já no texto aprovado pelo PT mantém-se, de forma bastante tênue, solitária, sem conexão articuladora com o conjunto do programa, a proposição de 1994. Da seguinte maneira:

“O Programa não se confunde com o Programa socialista do PT ou com os dos outros partidos da Frente. Suas reivindicações se inserem em uma transformação de longo prazo e refletem o Brasil e o mundo que queremos, ainda que esses objetivos não sejam alcançados no prazo de um governo. As reformas que o Programa propõe, ainda que situadas no marco de uma sociedade capitalista, se chocam com o ‘capitalismo realmente existente no Brasil’. A implementação de um programa radical de reformas – por seus efeitos econômicos, mas sobretudo por sua capacidade política de

agregar forças sociais – contribuirá para a refundação de uma perspectiva socialista no país”,¹⁶²

¹⁶² PARTIDO DOS TRABALHADORES - Resoluções do Encontro Extraordinário. Diretório Nacional do PT, São Paulo, 1998.

O texto que apresenta o programa de Lula é UNIÃO DO POVO - MUDA BRASIL (PT, PDT, PSB, PCdoB, PCB)- Diretrizes do Programa de Governo. São Paulo, 1998.

Em setembro de 1998 o conjunto de resoluções dos Encontros e do I Congresso do PT foi publicado em um só volume, em PARTIDO DOS TRABALHADORES - Resoluções de Encontros e Congressos. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 1998.

Bibliografia

ALAVI, H. e SHANIN, T. - Introduction to the Sociology of "developing societies". New York: Monthly Review Press, 1982

AMIN, S. - Delinking. Towards a Polycentric World. Londres: Zed Books, 1990

ARRIGHI, G. - A ilusão do desenvolvimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997

BARROS DE CASTRO, A. e SOUZA, A. E. P. - A economia brasileira em marcha forçada. Rio de Janeiro: 2ª ed., Paz e Terra, 1985

BATISTA JR., P. N. - O Plano Real à luz da experiência mexicana e argentina. São Paulo: Estudos Avançados, Instituto de Estudos Avançados da USP, vol. 10, n.º 28, setembro/dezembro 1996

BENJAMIN, C. e BACELAR ARAUJO, T. - Brasil, reinventar o futuro. Rio de Janeiro: Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro, 1995

BENSAID, D. - La discordance des temps. Paris: Les Éditions de la Passion, 1995

BENSAID, D. - Marx, l'intempestif. Paris: Fayard, 1995

BENSAID, D. - Stratégie et Parti. Paris: La Breche, 1987

BIELSCHOWSKY, R. - Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: 2ª ed., Contraponto, 1995

BLOMSTRÖM, M. e HETTNE, B. - La teoría del desarrollo en transición.

México: Fondo de Cultura Económica, 1990

BRESSER PEREIRA, L. C. - Crise econômica e reforma do Estado no Brasil.

São Paulo: Editora 34, 1996

BUSTELO, P. - Teorías contemporáneas del desarrollo económico. Madrid:

Editorial Síntesis, 1998

CARDOSO DE MELLO, J. M. - O capitalismo tardio. São Paulo: Brasiliense,

1982

CARDOSO, F. H. e FALETTO, E - Dependencia y desarrollo en América

Latina. México: 15ª ed., Siglo XXI, 1979

CARDOSO, F. H. - As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do

desenvolvimento. Petrópolis (RJ): Vozes, 1993

COUTROT, T. - Hacia un programa económico de Lula. Paris: INPRECOR para

América Latina, n.º 41, abril/1994

COUTROT, T. - Um balanço da teoria da dependência. São Paulo: Novos

Estudos Cebrap n.º 29, março de 1991

DORNBUSCH, Rudiger e EDWARDS, Sebastián (org.) - Macroeconomía del

Populismo en la América Latina. México: El Trimestre Económico

Lecturas n.º 75, Fondo de Cultura Económica, 1992

EM TEMPO - O PT e o partido revolucionário no Brasil. Perspectiva Internacional, n.º 8/9, São Paulo: Editora Aparte, 1984

FERNANDES, F. - A revolução Burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1975

FIORI, J.L. - O vôo da coruja: uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1995

FRANK, A. G. - Acumulação dependente e subdesenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1980

FURTADO, C. - Brasil: a construção interrompida. Rio de Janeiro: 2ª ed., Paz e Terra, 1992

HETTNE, B. - Development theory and the three worlds. Essex: Longman Scientific & Technical, 1992

KAY, C. - Estudios del desarrollo, neoliberalismo e teorías latinoamericanas. Revista Mexicana de Sociología, ano LV/n.º3, julho/setembro de 1993

LENIN - A falência da II Internacional. São Paulo: Kairós, 1979

LOWY, M. - Dialéctica y revolución. México: Siglo Veintiuno editores, 1975

LOWY, M. - La théorie du development inégal et combiné. In Actuel Marx, Paris: PUF, n.º 18, 1995

LOWY, M. - The Politics of Combined and Uneven Development. Londres: Verso, 1981.

MANDEL, E. - A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio, Campinas: Ed. Unicamp, 1990

MANDEL, E. - Classes sociales et crise en Amérique Latine. Paris: Critiques de l'économie politique, n° 16-17, setembro, 1974

MANDEL, E. - O capitalismo tardio. São Paulo: Abril Cultural, 1982

MANDEL, E. - Trotsky como alternativa. São Paulo: Xamã, 1995

MANDEL, E. - Trotski: Teoría y Práctica de Revolución Permanente. México: Siglo Veintiuno Ed., 1983

MEIER, G. M. e SEERS, D. - Pioneers in Development. World Bank/Oxford University Press, 1984

MORAES, R. C. C. - Planejamento: democracia ou ditadura? São Paulo: Tese de Doutorado, Depto. De Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1987

OLIVEIRA, F. - A economia brasileira: crítica à razão dualista. Petrópolis (RJ): Vozes, 6ª ed., 1988

OLIVEIRA, F. (org.) - Celso Furtado. São Paulo: Ática, 1983.

PARTIDO DOS TRABALHADORES - 1994. Lula Presidente. Uma Revolução Democrática no Brasil. Programa de Governo. Projeto para Discussão.

São Paulo: 2ª edição, Cadernos de Teoria e Debate, 1994

PARTIDO DOS TRABALHADORES - Bases do Programa de Governo. 1994.

Uma Revolução Democrática no Brasil. São Paulo: Teoria e Debate, 1994

PARTIDO DOS TRABALHADORES - Resoluções da fundação do PT e dos 1º,

2º, 3º e 4º Encontros Nacionais. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação Política, 1995

PARTIDO DOS TRABALHADORES - Resolução Política do 5º Encontro

Nacional do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Diretório Nacional, 1987

PARTIDO DOS TRABALHADORES - Resoluções Políticas do 6º Encontro

Nacional do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Secretaria Nacional de Comunicação, 1989

PARTIDO DOS TRABALHADORES - Resoluções do 7º Encontro Nacional.

São Paulo: Comissão Executiva Nacional, 1991

PARTIDO DOS TRABALHADORES - Resoluções do 1º Congresso. São

Paulo: Diretório Nacional, 1992

PARTIDO DOS TRABALHADORES - Resoluções do 8º Encontro Nacional.

São Paulo: Diretório Nacional, 1993

PARTIDO DOS TRABALHADORES - Resoluções do 9º Encontro Nacional do

PT. São Paulo: Diretório Nacional do PT, 1994

PARTIDO DOS TRABALHADORES - Resoluções do Encontro Extraordinário.

Diretório Nacional do PT, São Paulo, 1998

PARTIDO DOS TRABALHADORES - Resoluções de Encontros e Congressos.

São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 1998

PARTIDO DOS TRABALHADORES - Teoria e Debate, vários números, São

Paulo

PONT, R. - Breve História PT. Brasília: Câmara dos Deputados (Centro de

Documentação e Informação), 1992

RODRIGUEZ, O. - Teoria do subdesenvolvimento da cepal. Rio de Janeiro:

Forense Universitária, 1981

SADER, E. - 1994, Idéias para uma alternativa de esquerda à crise brasileira.

Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993

SAWER, M. - Marxism and the question of the asiatic mode of production.

Haya: Martinus Nijhoff, 1977

- SERRA, J. (org.) - Desarrollo latinoamericano - Ensayos críticos. México: Fondo de Cultura Económica, Lecturas n.º 6, El Trimestre Económico, 1983
- SOLA, L. (org.) - O Estado da transição: política e economia na Nova República. São Paulo: Vértice, 1988
- SUNKEL, O. e GRIFFITH-JONES, S. - O fim de uma ilusão - as crises da dívida e do desenvolvimento na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1990
- SUNKEL, O. (org.) - El desarrollo desde dentro: un enfoque neoestructuralista para la América Latina. México: El Trimestre Económico, Lecturas n.º 71, Fondo de Cultura Económica, 1991
- SUPLICY, E. e outros - Porque o Real nos derrotou? São Paulo: edição dos autores, 1994
- TAVARES, M.C. e FIORI, J.L. - Desajuste global e modernização conservadora. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993
- UNIÃO DO POVO - MUDA BRASIL (PT, PDT, PSB, PCdoB, PCB)- Diretrizes do Programa de Governo. São Paulo, 1998
- VELASCO E CRUZ, S. C. - Estado e economia em tempo de crise - política industrial e transição política no Brasil nos anos 80. Campinas (SP):

Depto. de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Unicamp, 1992

WALLERSTEIN, I. - After Liberalism. New York: The New Press, 1995

WEFFORT, F. C. - O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e
Terra, 4ª ed., 1980

WEFFORT, F. (org.) - PT: Um projeto para o Brasil. São Paulo: Brasiliense,
1989